

Nas Trincheiras da Cura

As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial

Gabriela dos Reis Sampaio

Gabriela dos Reis Sampaio

Nas Trincheiras da Cura

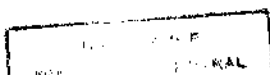
As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial

Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Schalhoub

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 20 / 03 / 95.

Campinas - Fevereiro de 1995



A memória de minha avó
Antônia Morales dos Reis Sampaio

Agradecimentos

É difícil acreditar que coloquei um ponto final nesta tese, e que cheguei na gostosa parte dos agradecimentos - e que agora a minha única preocupação é não esquecer o nome de tanta gente que me ajudou. Para realizar o mestrado no curto período de dois anos, muitas foram as pessoas que me ajudaram nas diferentes fases do percurso.

A história deste trabalho se inicia na graduação em Ciências Sociais, quando comecei a pesquisar concepções populares de cura, e tive o prazer de ser orientada por dois professores marcantes. Carlos Brandão, que tanto me ensinou com sua paixão pela pesquisa, e Fernando Lourenço, que desde os primeiros anos de graduação esteve sempre presente com toda sua seriedade e amizade.

Muitos foram os amigos também das Sociais que estiveram comigo e acompanharam esta trajetória. Em especial, Paulinho, Andréa, Clarissa, Pedro e Jorge, amigos de todas as horas, com quem sempre pude contar.

No mestrado, encontrei pessoas importantes com quem compartilhei diversos momentos desse trabalho : Albertina, Tânia, Marcelo, João e Cândido estão entre eles. Devo um agradecimento especial à Cristiana, que além de ter sido ótima companheira de pesquisas pelo Rio de Janeiro e ter me acolhido tantas vezes, tornou-se uma grande amiga.

Nas primeiras idas ao Rio, fui recebida com muito carinho por Seu Bento e Dona Zima, que se tornaram meus avós postíços. Já em 1994, na maior fase de pesquisa, passei longos meses na cidade, e devo muito à Dona Lycia, que me emprestou seu apartamento e me brindou, algumas vezes, com sua animada companhia, contribuindo decisivamente para que esta tese pudesse ser realizada.

Também quero agradecer outros cariocas que muito me ajudaram na época de pesquisa - os diversos funcionários que encontrei nos arquivos e bibliotecas em que estive. Dentre tantos, lembro-me especialmente do Irã, no Arquivo Nacional, sempre prestativo e bem

humorado - que auxiliou nas tentativas de superar a ausência do Seu Eliseu - e da Walda, no Arquivo de Niterói, que muito me ajudou com sua competência e seriedade.

Ao falar sobre a pesquisa no Rio de Janeiro, é impossível não deixar de agradecer ao Leonardo, que esteve comigo compartilhando todos os passos, e muito me ensinou dos meandros da atividade. Porém, isso não é nem o começo de tudo que devo ao Léo, meu amigo tão especial desde a graduação. Ele acompanha muito de perto este trabalho desde as suas origens, e sua contribuição fundamental já estava presente no projeto de mestrado. Durante a tese, foram essenciais suas leituras e seus comentários, sempre me instigando a avançar, e agüentando minhas reclamações.

Agradeço também a duas professoras com quem tive o privilégio de discutir o trabalho, as quais fizeram parte da banca de qualificação : Silvia Lara e Maria Clementina Pereira Cunha. Através de leituras detalhadas, e comentários rígidos e sugestivos, contribuíram de forma decisiva para o amadurecimento do trabalho. Com competência e seriedade, mas também com boas doses de incentivo, suas críticas foram fundamentais. À Clementina, em especial, devo um grande agradecimento pelo auxílio e pela atenção no difícil final da tese.

Ao meu orientador, Sidney Chalhoub, é mais difícil agradecer. Tenho que voltar de novo aos tempos de graduação, quando suas aulas instigantes e divertidas despertaram meu interesse pela História. Tive a sorte de ser orientada pelo Sidney desde lá, em pesquisa de iniciação científica. Ao longo de todo esse tempo, passando pela difícil elaboração do projeto de mestrado, pelas incertezas e inseguranças em momentos de pesquisa e redação da tese, ele soube mesclar incentivo, críticas precisas e muita paciência e dedicação. Além disso, seu profundo conhecimento e paixão pelo Rio de Janeiro, sua confiança no meu trabalho e seu bom humor foram essenciais para que eu vencesse minhas dificuldades - não só de paulistana - e conseguisse concluir esta tese.

A parte mais difícil deste trabalho - o momento de sentar, organizar tudo e escrever - foi acompanhada pela minha família, que me agüentou nas horas mais difíceis, e fez de tudo para que eu tivesse

boas condições para trabalhar. Tenho muito que agradecer aos meus pais, que tanto me apoiaram, e aos meus irmãos e cunhadas, que compartilharam tantos momentos desta tese que já fazem parte dela.

Na volta a São Paulo, contei com a amizade e o apoio da minha grande amiga Alessandra, agora também colega de psseios pelo século XIX. Não só por ler e comentar a tese toda, mas também e principalmente por seu incondicional incentivo, devo muito a ela. Gostaria de agradecer também ao Murillo, tão presente nesses últimos meses, pois sem a sua ajuda tudo teria sido muito mais difícil. Contei também com o auxílio do CNPq, que forneceu-me bolsa de pesquisa, e assim pude me dedicar em tempo integral à tese.

Para terminar, o mais difícil de todos os agradecimentos. É meio impossível agradecer ao meu doce Daniel por tudo. Foi ele quem acompanhou mais de perto os momentos mais difíceis desse caminho, dividindo comigo os problemas e as alegrias, me mantendo de pé para que eu chegasse até o fim . Além de ler todos os meus escritos, sempre me incentivando, de cuidar com tanto carinho de toda a impressão e de me salvar nas minhas brigas com o computador, esteve presente com tanto amor em tudo, que é dele também esta tese.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 O Dr. Fura-Uretras e outras histórias de cura	16
Capítulo 2 O Governo da Multidão	65
Capítulo 3 A Higiene e as Artes de Cura no Império	121
Conclusão	162
Fontes e Bibliografia	179

Introdução

Um habitante da capital do Império do Brasil, no ano de 1888, ao abrir uma dentre as diversas gazetas da Corte no dia 22 de março, deparou-se com um artigo assim iniciado :

" O CURANDEIRO DE NITERÓI - É um espetáculo contristador ver essa enorme multidão que procura o curandeiro de Niterói e ainda mais reconhecer no meio da massa popular personagens que têm prestado bons serviços ao país, que têm notável cultura intelectual, que foram apreciados pela sua inteligência lúcida e cuja presença parece aprovar a confiança com que o povo corre a ser iludido por Marius. (...)" (1)

O nosso leitor do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, interessado que era nos temas polêmicos de seu tempo, lê o longo artigo até o fim. Acompanha também os diversos outros artigos publicados no jornal, sob a mesma chamada, nos meses seguintes, interessado nas peripécias do famoso curandeiro. Ficou informado, dessa maneira, que Marius era famoso, procuradíssimo por uma "enorme multidão" proveniente de diferentes setores sociais. Por mais que jornais como esse quisessem associar a procura a curandeiros como Marius a uma prática de setores populares, acabava reconhecendo a presença de políticos, autoridades, enfim, membros dos grupos poderosos e abastados da sociedade no sítio do curandeiro, buscando suas curas milagrosas.

Nosso leitor provavelmente não estranhou o que leu. No Rio de Janeiro do final do século XIX, assim como em todo o país, as mais

1 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/3/1888, p.1.

variadas práticas de cura conviviam lado a lado com a medicina oficial do império, aquela que se julgava a medicina científica. Embora proibidas por lei, e arduamente combatidas por grupos de médicos e por setores da imprensa, as práticas ilegais de medicina estavam presentes com bastante força no cotidiano dos mais variados cidadãos do Império. Tudo isso esse nosso leitor sabia.

Mas ficou claro para ele, ao acompanhar as notícias pelo jornal, que havia uma intenção declarada em acabar com a fama e a clientela de Marius, e de todos os praticantes da "indústria da medicina rápida" (2) que faziam uma ameaçadora concorrência aos senhores médicos. Na série de artigos publicada no DIÁRIO DE NOTÍCIAS, por exemplo, foi explicitado desde o início o objetivo de combater aquele "mal":

"(...) A imprensa não pode calar-se e cruzar indiferente os braços diante desse mal, que se desenvolve e que de dia em dia ganha maior número de indivíduos. Sua ação (...) precisa de tempo para convencer, para destruir a impressão profunda que em espíritos pouco ilustrados pode produzir o charlatanismo e de argumentos poderosos para fazer despertar do sono em que caíram as inteligências esclarecidas, entregues como o grosso da multidão às práticas indecentes da ignorância velhaca. A imprensa precisa chamar ao cumprimento de seus deveres as autoridades, condescendentes com o curandeiro (...)." (3)

2 - idem, 23/3/1888, p.1.

3 - idem, 22/3/1888, p.1.

Por este trecho, é possível ter uma idéia do que aquele jornalista pensava sobre o curandeirismo, e qual o plano de ação que previa para acabar com ele. O curandeiro, agente de "práticas indecentes", era um "ignorante velhaco", pois não tinha estudos ou qualquer conhecimento da "verdadeira medicina", mas era esperto e hábil. Tanto que conseguia iludir facilmente com seu "charlatanismo" a "pouco ilustrada massa popular", e também fazer com que mesmo as "inteligências esclarecidas caíssem no sono", e se deixassem ludibriar. A imprensa, então, em sua missão pedagógica de "persuasão" e "doutrinação do povo" (4), deveria agir, cobrando das autoridades que cumprissem seus deveres e acabassem com aquele "mal", deixando de ser "condescendentes com o curandeiro".

Que poderosa criatura era essa, capaz de envolver pacientes tão diferentes, pobres e ricos, além de livrar-se das garras da lei, e conquistar a ira de parte da imprensa? (5) Se aquele leitor, contemporâneo do curandeiro, interessou-se mesmo pela história de Marius, e leu aqui e ali o que se publicou sobre o assunto, ficou sabendo bastante a respeito.

Eduardo David Rey, mais conhecido como Marius, era um célebre curandeiro que atendia seus clientes no bairro do Fonseca, em

4 - idem, 26/3/1888, p.1.

5 - O caso do curandeiro de Niterói também apareceu em outros jornais, que também cobravam das autoridades o combate ao curandeirismo. Ver, por exemplo, a GAZETA DE NOTÍCIAS, que também noticiou a presença de outros curandeiros, além de Marius, nos anos de 1888 e 1889.

Niterói. Contava-se que antes de exercer esta profissão, era um relojoeiro; um certo dia, porém, começou a passar por experiências que alterariam definitivamente o rumo de sua vida. Marius teria começado a se comunicar com espíritos, entrando em transe que impressionavam sua família - que o julgava louco - e que o levaram até a tentar o suicídio. Após um período de transição e penitências, porém, Marius teria aprendido a conviver com seu dom, usando-o para curar doentes - sua pessoa seria "um simples veículo da vontade superior" (6).

Marius tornou-se famoso pelas diversas curas que realizava. Após consultar os espíritos, receitava ervas e raízes para seus pacientes, e também que bebessem de uma água pura, vinda da fonte "Água Azul". Seus métodos eram comparados aos de antigos "curandeiros-caboclos", famosos por seu conhecimento de plantas medicinais. No sítio onde atendia seus pacientes, tinha um herbário de onde retirava os remédios naturais. Atribuía-se também a Marius a realização de diversos milagres, como o de ter feito uma parálitica voltar a andar.

Em algumas situações, recebia espíritos, e receitava remédios por eles recomendados; outras vezes, adivinhava o motivo da vinda de seus pacientes, dizendo-lhes seus problemas e aconselhando-os. Marius também sabia desmanchar feitiços maléficos que eram preparados para algumas pessoas, curando assim certos males para os quais, segundo ele próprio teria afirmado, a medicina não oferecia solução. E, mesmo realizando tantos prodígios, o curandeiro não cobrava nada de seus clientes: deixava-os livres para pagarem o quanto quisessem ou pudessem.

6 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 27/3/1888, p.1.

Assim, tornou-se uma figura simpática; era conhecido como um homem generoso, a quem muitos deviam favores - até mesmo importantes autoridades. Além disso, era freqüentemente visto nas missas de domingo, mostrando ser um católico praticante. Sua fama espalhava-se por toda a Corte, chegando também a outras distantes localidades.(7)

Eram muitos, então, os motivos que faziam de Marius um curandeiro tão célebre : espírita, ervateiro, milagreiro e até mesmo feiticeiro, apesar de temente a Deus, e ainda por cima carismático, tido como generoso, Marius tinha tudo para conquistar os mais variados pacientes, como de fato conquistara. Usando métodos e tratamentos completamente diferentes daqueles utilizados pelos médicos tradicionais, e ainda oferecendo cura para males que a ciência médica não tinha resposta, curandeiros como Marius, e vários outros agentes de cura não oficiais, conquistaram muitos pacientes. Mas não foi só isso que conquistaram. Esses praticantes das mais variadas formas de medicina, todas consideradas ilegais, acabaram sendo alvo de uma verdadeira "cruzada anti-charlatanismo", isto é, uma perseguição generalizada a todos os que exercessem alguma arte de cura que não fossem formados ou autorizados pelas faculdades de medicina do império. Esta perseguição, acentuada nas últimas décadas do século XIX, era, entretanto, bem antiga.

No decorrer de todo o império, um grupo de médicos lutou para conseguir maior prestígio junto às autoridades brasileiras, tentando

7 - Todas as informações aqui existentes sobre o curandeiro de Niterói foram obtidas na leitura dos jornais cariocas do período.

estruturar e fortalecer a sua medicina, e visando torná-la a única forma legítima de exercício da arte de curar. Para isso, era preciso realizar reformas e melhorias no interior da própria medicina. Mas também era fundamental que criticassem e combatessem as práticas de curas diferentes da sua - algumas muito antigas, bastante arraigadas no cotidiano de diferentes grupos sociais, representavam uma séria concorrência aos médicos científicos, bem mais recentes no país. Dessa maneira, quando começaram a se formar os primeiros grupos de médicos nacionais, ainda na primeira metade do século XIX, começaram também as intenções de eliminar a vasta concorrência.(8)

Esses médicos científicos, tentando fortalecer sua corporação, fundaram em 1829 a Sociedade de Medicina da Corte, que em 1835 passou a se chamar Academia Imperial de Medicina. Lá reunidos, travaram diversas batalhas para obter legitimidade para sua ciência, e influência junto às autoridades do governo.(9) Longe de ser uma tarefa

8 - As primeiras "Escolas Cirúrgicas" do Brasil foram criadas em 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro. Passaram depois a "Academias Médico- Cirúrgicas", e só em 1832 é que foram transformadas em Faculdades de Medicina. Ver Lycurgo dos Santos Filho, HISTÓRIA GERAL DA MEDICINA BRASILEIRA. São Paulo : Hucitec/ Edusp, 1991.

9 - A formação de espaços científicos, institutos de pesquisa e outros estabelecimentos onde reuniam-se grupos de intelectuais era muito importante para que estes grupos se legitimassem, conquistassem reconhecimento social, e produzissem discussões independentes. Ver sobre o assunto Lilia Schwarcz, O ESPETÁCULO DAS RAÇAS : CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL

simples, a consolidação daqueles representantes da medicina científica como influentes e poderosos foi um processo conflituoso e lento, atravessado sempre por novas dificuldades não imaginadas pelos doutores.

Entre essas dificuldades, as práticas ilegais de medicina eram um problema sério a ser enfrentado, pois muitas vezes os médicos legalmente habilitados tinham que lutar com autoridades que não seguiam suas prescrições, e lidar com práticas e crenças fortemente presentes há muito tempo em diferentes setores sociais. Os médicos formados em faculdades praticamente inexistiam no país até o início do século XIX; eram os curandeiros, barbeiros sangradores, benzedeiros e outros práticos os agentes de cura existentes,⁽¹⁰⁾ permanecendo bem procurados durante todo o período imperial - para desespero da classe médica. Muitas vezes, porém, a imprensa ofereceu um grande apoio à luta contra o "charlatanismo". Esta categoria abrangente era utilizada por intelectuais médicos para qualificar toda e qualquer medicina diferente da sua, desde curandeiros, espíritas e boticários até homeopatas e médicos estrangeiros cujos diplomas não tinham sido convalidados pelas faculdades de medicina do país.

No caso específico do curandeiro Marius, a imprensa fez o que pode para acabar com a credibilidade que era conferida a ele. Atacava principalmente os métodos usados por Marius, argumentando que as

NO BRASIL - 1870-1930. São Paulo : Cia das Letras, 1993. A autora mostra que a formação desses estabelecimentos científicos intensificou-se a partir de 1870.

10 - Ver Lycurgo dos Santos Filho, *op.cit.*

prodigiosas curas a ele atribuídas eram puro embuste. Isso porque estariam absolutamente afastadas de qualquer embasamento científico, já que o "médico improvisado" não tinha "a menor leitura", e muito menos os "longos anos de estudo" necessários à formação dos que seriam os verdadeiros médicos. Assim, dizia o jornal que as ervas empregadas pelo "embusteiro Marius" eram apanhadas ao acaso, sem o menor critério; quanto ao fato de receber espíritos, afirmava que o curandeiro não poderia ser um médium, pois agia de maneira diferente dos espíritas conhecidos, nunca revelando quais espíritos o inspiravam, e nem ao menos falando em língua latina.

No que dizia respeito às adivinhações feitas por Marius das intenções de seus consultantes, os jornalistas também tinham suas explicações. Segundo os artigos, o curandeiro tinha empregados seus nos bondes que iam para Niterói, encarregados de sondar as pessoas que se dirigiam ao seu sítio, "apanhando fios das adivinhações" que seriam feitas. Esses espiões contratados, após obterem as informações necessárias, desciam do bonde e, montados em cavalos estrategicamente colocados no caminho, chegariam à casa do "vidente" muito antes dos consultantes, fornecendo as "peças" para a "máquina das adivinhações", ou o "sistema de telefonia humana" (11).

Como se vê, não faltava imaginação aos jornalistas em sua tarefa de desmoralizar o curandeiro, não cessando de qualificar os meios por ele utilizados de "torpemente ridículos" e "grosseiramente

11 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/3/1888, p.1.

embusteiros"(12). Freqüentemente, chamava-se também os clientes de Marius de ignorantes, ou "o eternamente criança Zé-Povinho"(13), explicitando o forte preconceito contra grupos populares ou iletrados da sociedade. Apesar de as gazetas reconhecerem que membros de elites também procuravam Marius, justificavam esses fatos como casos isolados, ou enganos e deslizes de "inteligências esclarecidas", como se tivessem sido levadas pelo desespero. Pretendiam assim afirmar sua missão de "ensinar o povo", e mesmo realizar um "doutrinação" dos clientes de Marius (14).

Aproveitavam também para criticar a condescendência das autoridades no combate a "charlatões" como esse, pois estariam deixando de cumprir com seus deveres ao permitirem a continuidade da "vergonhosa indústria" (15) representada pelo curandeirismo. E, em contrapartida, defendiam arduamente a "verdadeira medicina" (16), aquela exercida pelos "ilustres médicos" (17) : a medicina científica. Ao menos nesse caso do curandeiro Marius, a imprensa em geral mostrou-se totalmente aliada daqueles médicos ligados à Academia de

12 - idem, 24/3/1888, p.1.

13 - GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/1/1889, p.1.

14 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/3/1888, p.1.

15 - idem, 23/3/1888, p.1.

16 - idem, ibidem.

17 - idem, 28/3/1888, p.1.

Medicina, e também aos ideais dos médicos mais diretamente relacionados ao governo imperial, os higienistas.

Não se pode esquecer, entretanto, que a imprensa também abria espaço para críticas a essas perseguições a curandeiros e a outras formas de medicina, havendo mesmo momentos em que os próprios médicos eram duramente criticados. A imprensa nem sempre era uma aliada incondicional dos "senhores médicos", pois havia espaço para a manifestação de diferentes vozes nos vários jornais do período. Essas diferentes vozes eram provenientes das diversas opiniões e atitudes existentes em toda a sociedade em relação às questões da cura, e dos distintos modos de agir dos mais variados pacientes em suas enfermidades.

Quando este trabalho começou, meu objetivo era encontrar e entender os curandeiros do Rio de Janeiro Imperial, como Marius : quem eram, o que faziam, a quem se destinavam, enfim, como se relacionavam com todas as esferas da sociedade. Iniciante nos meandros da história, fui percebendo ao longo da trajetória que muitos outros pontos teriam que ser esclarecidos para que eu pudesse começar a me aproximar do obscuro e distante mundo daqueles curandeiros. Em primeiro lugar, ficou claro que só chegaria aos praticantes da medicina ilegal através dos representantes da medicina oficial; impossível compreender os vários agentes de cura sem compreendê-los em sua relação com os médicos científicos, e com as próprias autoridades do governo imperial. Os vestígios que chegaram até nós

sobre esses curandeiros foram antes passados pelo filtro da medicina legalizada, e das autoridades que lhes conferiam a exclusividade do exercício da cura. É necessário, então, achar as chaves que permitam decodificar esse discurso que recobre o universo cultural dos curandeiros daquele tempo; passar pelo filtro do discurso oficial para chegar aos agentes de cura não legalizados. E assim, mergulhei no complicado Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, tentando relacionar o papel dos médicos higienistas com as transformações que vinham ocorrendo na Corte naquele turbulento contexto.

Por outro lado, descobri a importância de entender o papel da imprensa nas questões relativas à medicina. Se muitas vezes a grande imprensa assumia declaradamente a bandeira do combate a tudo que era considerado charlatanismo, em outros momentos era a mesma imprensa que fazia duras críticas aos doutores, denunciando suas imperícias, criticando absurdos por eles cometidos, e ironizando duramente a classe médica. Isso tudo sem deixar de abrir espaço para que outras posições se manifestassem, tanto no que dizia respeito ao ataque aos respeitados médicos, quanto na espinhosa questão da liberdade do exercício da medicina.

Continuando na busca, fui levada a tentar entender como se lidava com as práticas ilegais de medicina efetivamente, isto é, como higienistas e autoridades do governo imperial tratavam os assuntos relativos a esses agentes de cura. Ficou logo evidente que esses praticantes de medicinas alternativas à oficial compunham uma diversidade enorme de criminosos, ou de "charlatanismos": havia curandeiros, mas também homeopatas, boticários, médicos não habilitados por escolas de medicina, práticos, leigos fabricantes de

remédios, entre outros. Assim, passei a pesquisar as diferentes maneiras de se tratar os diferentes "charlatães".

Além desses caminhos aos quais as fontes e as novas questões surgidas foram me levando, procurei dialogar com a bibliografia sobre a história social da medicina, ou parte dela, ainda que muitas das questões presentes em obras tradicionais da história da medicina não sejam objeto de preocupação deste trabalho. A medicina oficial, embora bastante tematizada aqui, só é pensada neste texto em sua relação com as outras práticas de cura; foi no intuito de melhor compreender esta relação que por alguns momentos me detive com mais cuidado nos doutores. Questões mais detalhadas sobre os médicos científicos, ou a trajetória de sua medicina, ou mesmo o seu envolvimento em diversos outros assuntos do governo e do cotidiano das pessoas, por exemplo, não são do interesse específico desta dissertação - embora seja necessário passar por elas para compreender as batalhas envolvidas nas questões da cura naquele contexto. (18)

Acredito ter traçado aqui o percurso desta dissertação. Falta agora explicitar o conteúdo dos capítulos.

Na pequena história do curandeiro Marius aqui narrada, viu-se a preocupação de alguns periódicos em denunciar aquele tipo de atividade, e a insistência em afirmar que os médicos deviam ser

18 - No primeiro capítulo, autores que trabalham esse tipo de questões são citados e indicados.

preferidos, e não os curandeiros, em função da "ineficácia do charlatanismo" (19). No primeiro capítulo, veremos ilustres médicos, como aquele virulentamente apelidado de "Dr. Fura-Uretras", também serem acusados por seus erros e pela ineficácia de seus tratamentos. O objetivo do capítulo é compreender como se encontravam os médicos científicos naquela conjuntura, para tentar entender o porquê do aumento da perseguição aos diferentes agentes de cura. Busca-se explicitar, também, um pouco do contexto do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, e dialogar com a bibliografia existente sobre a história da medicina. Ao mesmo tempo, é investigada a formação de uma identidade entre aquele grupo de médicos, em contraposição à figura hostil do "charlatão".

No capítulo 2, "O Governo da Multidão", trabalho com casos como o de Marius, e outras manifestações de medicinas alternativas à oficial, encontrados em diversos jornais, para mostrar que muitos e variados tipos de pacientes tinham suas desavenças com os médicos tradicionais e suas prescrições, buscando sempre que possível formas diferentes de tratamento para os seus males. Encontramos, assim, a forte presença das outras artes de cura no cotidiano de diferentes pacientes, concorrendo em pé de igualdade com os médicos oficiais.

O terceiro e último capítulo é um mergulho em documentos variados relativos à saúde pública, buscando compreender qual o alcance das indicações dos higienistas nos casos das tão procuradas

19 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 28/3/1888, p.1.

práticas ilegais de medicina. O que se tenta é desvendar as sinuosas determinações das diferentes autoridades do governo em tais casos, e a relação destas autoridades com as prescrições dos higienistas, que eram dirigidas aos praticantes das práticas consideradas bárbaras, mas também aos seus diversos adeptos.

Mas não se aflija, leitor. O nosso colega de leituras, entretido no caso do célebre Marius, ainda não chegou ao fim da história do curandeiro. Mas para quem sabe pouco sobre o mundo da cura no Segundo Reinado, estendo o convite de acompanhar estas páginas, antes de antecipar mais detalhes do caso Marius...

Capítulo 1

O Dr. Fura Uretras e outras histórias

"Sou assim; não gosto de ver censuras injustas e prefiro os métodos científicos. Há dias, o meu cozinheiro arranjou um prato de mil diabos, e mandando eu chamá-lo, censurei-o asperamente. Ele sorriu cheio de piedade, e disse-me, com um tom que nunca mais me há de esquecer:

- V. Ex.^a fala mal deste arroz, porque não conhece os métodos científicos

(Machado de Assis, *Bons Dias!*, John Gledson (org.), Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: HUCITEC, 1990, p 121.)

Rio de Janeiro, Figueiredo Magalhães. Não a importante rua do bairro de Copacabana. Estamos em 1888, e refiro-me ao célebre médico da Corte, o Doutor Figueiredo Magalhães. Esta história começa quando este clínico recebe a alcunha de "doutor Fura-Uretras", no decorrer de uma séria polêmica travada com outro renomado cirurgião da cidade, o doutor Henrique Monat. A briga estendeu-se por meses, sendo publicada quase diariamente nos principais jornais do Rio(1). As acusações eram sérias, e nada contidas; o debate não poupava desaforos e publicações de situações eticamente não publicáveis, por ambas as partes. Após ter sido intimado a depor em uma delegacia, devido a um requerimento do Dr.Figueiredo Magalhães, o Dr. Monat tornou-se o principal inimigo do colega de Academia Imperial de Medicina, a associação dos mais renomados médicos da Corte.

A disputa, no início, girava principalmente em torno de uma divergência sobre o tratamento de um paciente, o sr. Rosenwald. Este senhor havia sido tratado por Magalhães, que o havia operado, passando depois aos cuidados de Monat, que acusava seu antecessor de ter esquecido uma sonda dentro da bexiga do doente. Segundo Monat, se ele não tivesse operado com urgência o senhor Rosenwald, dispensando-lhe cuidados especiais, certamente o paciente teria morrido. No dia 6 de janeiro de 1888, Monat assim descreve seu oponente:

1 - ver, por exemplo, O PAIZ e o JORNAL DO COMMERCIO durante os primeiros meses de 1888.

"O cirurgião duas vezes despedido do hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, depois de me haver chamado a juízo, recuou prudentemente e foi ontem ao JORNAL DO COMMERCIO deixar o seu retrato moral.(...) Desejei que fosse vista e apreciada (...) por todos os meus colegas e pelo maior número possível de cidadãos decentes dessa cidade e do império; ficariam conhecendo bem uma individualidade repugnante (...). Por bem da humanidade, vai ser posta em evidência sua inépcia e ignorância.(...)" (2)

Nos dias que se seguiram, as acusações permaneceram. Os dois importantes cirurgiões acusavam-se de ignorantes, ineptos e desleixados, entre outros adjetivos, fazendo questão de tornar públicas suas denúncias. O objetivo era que o "maior número possível de cidadãos" conhecesse os erros e as imprecisões que ocorriam no exercício das respectivas atividades médicas.

O dr. Monat insiste por alguns dias na questão do tubo de drenagem supostamente esquecido pelo dr. Magalhães na barriga do sr. Rosenwald, dizendo que salvou sua vida. Magalhães defende-se, afirmando que a sonda podia ter sido deixada dois anos antes por outro médico, o dr. Fort (3), que havia operado Rosenwald. Mas a

2 - O PAIZ. 6/1/1888, p.2.

3 - Segundo Lycurgo S. Filho, o dr. Fort, cirurgião francês, chegou ao Brasil em 1880, e "conquistou logo a simpatia de professores, médicos, figuras da sociedade e do próprio imperador D.Pedro II". Teria ministrado diversas conferências e cursos, mas após alguns meses, o médico teria sido repellido, e suas aulas proibidas, tendo sido denunciado por "deslizes éticos" e "conduta irregular". Assim, seria bom para Magalhães se conseguisse responsabilizar Fort

questão parece solucionar-se quando o próprio paciente, sr. Rosenwald, resolve se manifestar. Suas cartas, sem ofender ou elogiar nenhum dos médicos, confirmam a versão de Monat sobre o caso.

Esse novo depoimento, entretanto, estaria longe de encerrar a disputa entre os médicos oponentes. O caso do sr. Rosenwald foi apenas o começo de uma briga muito maior, não só sobre o tratamento isolado de um paciente, mas de procedimentos e questões centrais da medicina científica que aqui era exercida, a única forma legalmente permitida de exercício da medicina. Outros médicos foram se envolvendo nas discussões, que extrapolavam os limites acadêmicos e institucionais, e tornavam públicas divergências pessoais em termos e expressões bem distantes daquelas usadas pelos mesmos doutores em teses e debates científicos.

Era comum, por exemplo, os médicos acusarem outros médicos de matarem seus pacientes. "Entre muitas outras acusações torpes e falsas fez o sr. Figueiredo Magalhães a de ter eu matado o fotógrafo Manoel de Araújo Freire de Andrade(...)", dizia Monat um dia após ter afirmado que os procedimentos de Magalhães eram tão "torpes" e "brutos" que podiam matar os doentes. Monat diz que o paciente Araújo fora de Magalhães, que "(...) durante meses nada fez, a

pelo caso de Rosenwald, pois em 1888 já era consensual a reprovação aos métodos do médico francês. Cf. Lycurgo S.Filho, HISTÓRIA GERAL DA MEDICINA BRASILEIRA,

São Paulo : Edusp/Hucitec, 1991, v.2, p.122.

não ser cobrar visitas; deixou a moléstia progredir por forma tal, que Araújo viu-se obrigado a despedí-lo."

Em discussões entre médicos como essas, é possível perceber em suas próprias palavras o reconhecimento de que cometiam muitos erros e imprecisões, deixando seus pacientes no mínimo inseguros quanto aos procedimentos a que eram submetidos. A delicada questão dos honorários médicos era mais um motivo de acusação entre os doutores: os oponentes chamavam seus colegas de ladrões e exploradores, evidenciando que não seria nem um pouco difícil que os preços das consultas fossem realmente abusivos. Ao atacarem seus adversários, os médicos deixavam claro para quem quisesse ler nos jornais um outro lado daquela medicina científica : as falhas e os absurdos que os doutores tanto recriminavam também eram cometidas (e muito) por eles mesmos.

Ficava também explícito para quem lesse aquelas publicações que não havia consenso entre aqueles médicos sobre diversos procedimentos utilizados. Desse modo, membros da própria classe médica acabavam indicando que era um risco entregar-se aos cuidados dos seus representantes :

"(...)Diz o Sr.Dr. Lisboa que, além de outras prescrições, aplicou doze sanguessugas no períneo do doente, e que apesar disso a inflamação não cedeu.(...) onde se viu o Dr. Lisboa aplicar-se bichas em tecidos infiltrados de urina, em um foco de pus?"(4)

4 - O PAIZ, 27/1/1888, p.2.

Após ter sido atacado pelo dr. Lisboa, um aliado do dr. Figueiredo Magalhães, o dr. Monat mostrou sua indignação diante dos métodos de seus inimigos, dos quais discordava radicalmente, aproveitando para afirmar que o dr. Magalhães continuava a fazer desastres com seu instrumento. Segundo Monat, as vítimas chamavam o "eletroliso" de Magalhães de "arrebenta - uretras", ou "mata-gente". A partir daí, um novo método de defesa começa a ser utilizado pelo dr. Magalhães. No dia seguinte, na mesma seção onde eram publicados os artigos dos médicos, aparece uma carta ao "Ilmo. Sr. Figueiredo Magalhães":

" Permita, meu caro doutor, que sem que me haja autorizado, recomende seu nome aos que se acharem no estado aflitivo em que há bem poucos dias me vi. O assinalado trabalho de cirurgia que acaba de prestar-me e do qual é, com justiça, reconhecido mestre, dispensa, por isso mesmo, louvaminhas de que deve estar farto.(...)"(5)

Segue-se uma longa carta, assinada por Adolpho de Faria, que dizia sofrer há muito tempo de um estreitamento da uretra, e ter sido curado após submeter-se a uma operação com o dr. Magalhães, que demonstrara "perícia e proficiência como especialista", deixando-o livre de um mal que punha em risco a sua vida. Se o senhor Adolpho de Faria realmente existiu, e escreveu a carta, não há como saber. Mas com certeza aquele testemunho contribuiu para a defesa do dr.

5 - O PAIZ, 23/1/1888, p.2.

Magalhães, que passou a evitar o combate frontal com o dr. Monat, publicando outras cartas de pacientes seus agradecidos.

Monat logo deve ter percebido a força daquelas cartas : depois de dois dias, aparece no mesmo jornal um "agradecimento" ao "ilustre médico" dr. Monat, assinado por um cliente seu que se dizia agora "completamente bom".(6) Provavelmente, os médicos envolvidos nessa disputa percebiam o quanto sua imagem ia se desgastando. Pelo menos era o que indicava a sessão de piadas do jornal, da qual os médicos e suas atrocidades eram alvos permanentes.(7) Monat, que já havia declarado que "(...) Não me perdoa o cirurgião Figueiredo Magalhães estar o seu consultório deserto", devia estar também bastante temeroso com relação à sua própria credibilidade.

O momento era também propício para que outros cirurgiões, especialistas nas mesmas moléstias que Magalhães e Monat, apresentassem seus serviços ao público. A fórmula encontrada pelo dr. Bettencourt, por exemplo, para se auto-promover, também foi a da carta de agradecimento.(8) Dessa maneira, esses outros médicos aproveitavam o fato de sua especialidade profissional estar em evidência para se lançarem no mercado, surgindo como alternativa aos colegas que vinham tentando se destruir. Tentavam aparecer como uma opção viável para os possíveis pacientes marcando sua diferença com relação aos seus pares.

6 - O PAIZ, 25/1/1888, p.3.

7 - As piadas serão melhor trabalhadas no próximo capítulo.

8 - O PAIZ, 1/2/1888, p.2.

As controvérsias promovidas pelos médicos, mostrando tantas rivalidades e diferenças, dificilmente poderiam indicar, mesmo ao mais atento leitor, qual médico estava com a razão. Todos cometiam falhas, erros, imprecisões, que consideravam comuns quando referiam-se a si próprios, e verdadeiros horrores quando eram cometidas pelos outros. Com relação à sonda esquecida na bexiga do sr. Rosenwald, Magalhães disse que não extraiu o "corpo estranho" porque "(...) preparava o doente para tal fim, quando ele resolveu recorrer a outro cirurgião", deixando claro que em nenhum momento considerou aquele fato uma falta grave, ou julgou ter sido negligente, como frisava Monat. Já este médico, ao ter sido acusado por Magalhães de um erro considerado bastante perigoso - teria deixado ocorrer uma infiltração de iodo na bexiga de um doente, seguida de um "pequeno esfacelo" - assim defendeu-se:

"(...) Tal acidente tem sucedido a quase todos os cirurgiões, senão a todos; raros seriam os que não o acusassem em sua clínica."(9)

Com esta justificativa, Monat amenizava seu procedimento falho, pois se todos cometiam erros com tanta freqüência, ele estava na regra: era um cirurgião tão bom como qualquer outro, apesar dessas atrocidades triviais. Por outro lado, as duas partes rivais tinham sempre aliados e testemunhas para defender suas respectivas posições. Se não era possível saber qual lado tinha razão, uma coisa era consensual para quem acompanhasse aquela guerra: nenhum era totalmente confiável.

9 - O PAIZ, 14/1/1888, p.2.

Isso porque ficava bem claro naquela série de acusações e difamações que não havia acordo sobre quais eram os procedimentos corretos. Não seria estranho, então, se a preferência de muitos pacientes fosse também bastante instável, tanto quanto os tratamentos prescritos.

E não apenas instável, eu me arriscaria a dizer. A discrepância dos tratamentos médicos, se dava origem a tantos conflitos e a diversas ironias, podia também indicar que era sabido que havia muitos riscos quando se recorria a um médico. O modo pelo qual uma sociedade carnavalesca representou no carnaval daquele ano os famosos médicos e suas agitadas discussões é, nesse sentido, significativa. O Clube dos Democráticos, uma importante sociedade carnavalesca que, como outras, trazia às ruas seus carros de idéias ironizando situações e fatos principais de cada ano(10), mostrou em seu desfile o carro "Puxa- Puxa Monat e Figueiredo", assim referindo-se à questão:

"Da sonda a grande contenda
um ponto final vos pede
Parece briga de venda
e já fede...

(...)Nestas questões incandescentes
os que mais sofrem são os doentes
Um de ferida muito moderna

10 - Uma análise aprofundada das atividades das Grandes Sociedades, e do carnaval como um todo em sua relação com a sociedade brasileira do século XIX está em Leonardo Pereira, O CARNAVAL DAS LETRAS: OS LITERATOS E AS HISTÓRIAS DA FOLIA CARIOCA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.

vê que lhe cortam a melhor perna.
Lá esquecidos eles já são;
nem mesmo tomam a sua poção.
Esses desastres em tais momentos
são resultados de esquecimentos.(...)" (11)

Esse pequeno trecho do que foi apresentado naquele préstito carnavalesco ilustra bem a forma pela qual os carnavalescos das grandes sociedades assistiam ao combate entre os médicos. Para quem estava do outro lado, acompanhando a disputa, aquilo parecia mais uma "briga de venda" que um debate entre doutores, os quais aí usavam um vocabulário nada acadêmico ou científico. O fato desta questão ter sido tema do carnaval, indica o alcance social dessas polêmicas, que ao ganharem um espaço no desfile das Grandes Sociedades, chegariam também a um grande público, que assistia ao desfile. Ainda que a crítica realizada por aquela sociedade carnavalesca não tivesse nenhuma intenção de diagnóstico social, ou de alertar pacientes incautos, e pretendesse apenas ironizar uma questão que a própria agremiação julgava relevante, muitas pessoas assistiam ao desfile.

Não se pode esquecer que o Clube dos Democráticos era uma associação de "finos rapazes", que provavelmente apoiava a classe médica de maneira geral, defendendo a medicina científica como única forma legítima de exercício da arte de curar. O que o desfile pretendia criticar era justamente o vexame promovido pelos médicos envolvidos na polêmica, que expunham publicamente graves deslizes cometidos

11 - O PAIZ, 15/2/1888, p.2.

por quem deveria ser um exemplo de integridade profissional - ao menos na opinião de grupos letrados que apoiavam médicos científicos. Portanto, deveriam estar mais interessados em criticar aqueles dois doutores, especificamente, que a classe médica como um todo.

Mas, fosse qual fosse a intenção dos Democráticos, ao criticar dois membros da classe médica, acabavam abrindo a possibilidade de que se ridicularizasse muitos outros representantes da mesma classe. Afinal, o desfile estava na rua, para quem quisesse assistir. A ironia que o desfile pretendia realizar não seria, necessariamente, a mesma para todos que o assistissem - cada pessoa do público interpretaria aquele humor à sua maneira, de acordo com suas próprias experiências e concepções. Assim, era possível que as "gargalhadas na multidão" provocadas pelo desfile se estendessem a muitos outros médicos e suas estranhas prescrições.

Segundo o artigo, o carro trazia também "dois espirituosos rapazes" caricaturizando os dois clínicos, montados cada um em uma extremidade de uma grande sonda. Parecia estar bastante claro para o público que ria do desfile - fosse para as famílias elegantes que esperavam o desfile nas sacadas da rua do Ouvidor, ou para a multidão que se espremia pelas vielas por onde passava o préstito - que, naquela falta de acordo entre os médicos, eram os pacientes os maiores prejudicados. Os que mais sofriam com os "esquecimentos" eram os doentes, entregues nas mãos dos "desastres" de profissionais que absolutamente não transmitiam confiança aos outros nos seus experimentos.

Entretanto, não interessa aqui investigar procedimentos médicos, ou entrar em minúcias sobre os métodos desse ou daquele cirurgião, buscando quem estava mais certo. O que essa rixa entre importantes médicos desnuda é a grande disputa e rivalidade no interior da classe médica, a falta de consenso sobre os procedimentos daquela poderosa ciência, que tanta influência vinha tendo nas transformações profundas pelas quais vinha passando aquela sociedade nas últimas décadas do império. Por mais que muitos médicos influentes dentro e fora da corporação tentassem frisar a superioridade de sua ciência, estavam longe de obter legitimidade junto a diversos setores sociais. O medo e a suspeição sobre os médicos, que eram motivo de tantas ironias, eram muito presentes naquele momento.

Mas não era só através de ironias que a classe médica era criticada - e nem eram só os doutores Monat e Magalhães os alvos das críticas. Havia nos jornais vários artigos e cartas denunciando escândalos e problemas surgidos nos procedimentos de diversos médicos, principalmente daqueles que ocupavam cargos na Inspetoria Geral de Higiene Pública. A Inspetoria, antiga Junta Central de Higiene Pública, era o órgão diretamente relacionado à política higienista do império, e desempenhava um papel importante na orientação das autoridades com relação ao combate às epidemias, e, conseqüentemente, aos projetos de modernização e reformas da cidade.

No verão de 1889 a febre amarela grassou na capital do império com muita intensidade, como acontecia há anos na principal cidade do Brasil na época. Como maior centro cultural , comercial,

político e administrativo, o "centro nervoso" do país (12), o Rio de Janeiro tinha a reputação de ser uma das cidades mais insalubres do mundo, sendo visitada ciclicamente por inúmeras moléstias. E naquele ano não foi diferente. A febre amarela assolava a cidade, e os inspetores da Higiene Pública tomavam diversas medidas para tentar controlar a situação, espalhando seus delegados pelos distritos. Muitos cidadãos, entretanto, não estavam muito felizes com a atuação destes agentes da higiene, como indicam diversas cartas publicadas nos jornais. Sob a chamada "A odisséia da higiene", um leitor reclamava que

"(...) é realmente deplorável que se possam dar tais fatos em presença do governo, e em uma repartição a cujo zelo estão confiadas milhares de vidas e a saúde dos habitantes desta cidade. Referimo-nos à inspetoria geral de higiene e ao serviço dos seus delegados nos respectivos distritos. Nada há mais descuidado, mais escandalosamente iludido do que esse serviço, para o qual se nomearam ultimamente delegados extraordinários em grande número, com aumento excessivo da despesa pública, e sem o menor proveito para a população. (...) grande número de moços sem prática e sem o menor conhecimento da higiene entraram para aquela repartição como se entrassem para um pensionato do

12 - cf. Sérgio Pechman e Lilian Fritsch, "A Reforma Urbana e o seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século" em REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.5 n.8/9, p. 139-195, set.1984/abr.1985.

estado, e por sua inépcia ou desídia nada fazem para obstar o desenvolvimento da epidemia (...)." (13)

Como este anônimo, muitos leitores declararam-se descontentes com a atuação da Inspetoria durante aquela epidemia. Novamente, médicos eram acusados de "inépcia" e "desídia", de negligência no atendimento dos doentes, de descaso frente à situação de muitos pacientes - agora por outro motivo, isto é, o falta de solução para os doentes de febre amarela. Só que dessa vez os protestos partiam de cidadãos, e não mais dos próprios médicos. Como no caso do autor desta carta publicada no jornal, essas pessoas que reclamavam não entravam em discussões detalhadas sobre procedimentos científicos, ou especificidades de complicadas cirurgias, mas estavam bastante insatisfeitas com o atendimento que vinham recebendo, ou melhor, com a falta dele. Assim, criticavam o escancarado desperdício do dinheiro público, que transformava aquela "repartição" num verdadeiro "pensionato do estado".

As reclamações intensificaram-se tanto, em pleno auge da epidemia de febre amarela, que as autoridades da Inspetoria resolveram manifestar-se sobre aquela situação. Em artigo publicado no mesmo jornal, afirma-se que a "ausência total de providências que já deveriam ter sido tomadas" pelo governo seria o principal fator do alastramento da epidemia, e não a atuação dos delegados - indicando que havia discordâncias entre higienistas e autoridades do governo. Sem elucidar quais providências seriam aquelas, passa a defendê-los :

13 - O PAIZ, 8/3/1889, p.1.

"Os seus delegados são quase todos moços formados há pouco tempo (hábeis e inteligentes naturalmente), porém sem prática alguma das exigências de semelhante serviço; por isso diariamente registra a imprensa uma série de reclamações que partem de todos os lados, e longo seria se fossem publicadas as que fazem nas diversas redações dos jornais desta corte.(...)" (14)

O artigo segue, justificando a ausência dos médicos que ocupavam os cargos de delegados de higiene naquele serviço pelo fato de ocuparem eles vários outros empregos, como o de professores da faculdade de medicina, por exemplo - embora tivesse afirmado no começo que muitos delegados eram "moços formados há pouco tempo". Além disso, alegava que a maioria residia longe dos locais de trabalho. Reconhece que há muitas reclamações, "por todos os lados" e "nas diversas redações dos jornais", mas considera as mesmas injustas, pois os médicos tinham que se dedicar às suas variadas atividades, e "seguir com todo o critério que possui o movimento científico", e portanto seria impossível "atender a todas as exigências do serviço".

A situação parecia complicada. De um lado, diversos cidadãos, provenientes de diferentes setores sociais, atemorizados com a devastação promovida por mais uma epidemia de febre amarela, reclamavam nos jornais que não podiam contar com os órgãos que deveriam tomar providências. Mostravam que havia uma insatisfação bastante generalizada em relação aos médicos, em cujas prescrições não pareciam confiar. De outro lado, membros da classe médica, que,

sentindo-se responsáveis por uma grandiosa tarefa, uma verdadeira missão - a de conduzir o país ao progresso científico, rumo à "modernidade" e à "civilização" (15) - mal davam conta das tarefas que lhes cabiam, reconhecendo que eram impossibilitados de "atender a todas as exigências do serviço".

E não eram poucas estas "exigências". A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, sofria os efeitos das profundas transformações que vinha atravessando a sociedade brasileira em seu processo de aburguesamento. Vários autores escreveram sobre o tema, mostrando como as mudanças nas relações de trabalho, e o crescimento da população e da cidade, alteraram definitivamente a vida da capital do império (16). No modo de entender de diversos governantes, o combate às epidemias e à

15 - Sobre a questão da responsabilidade que os médicos se atribuíam na condução da nação ao progresso científico ver, entre outros, Lília Schwarz, O ESPETÁCULO DAS RAÇAS : CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL - 1870 -1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

16 - ver, por exemplo, Sidney Chalhoub, TRABALHO, LAR E BOTEQUIM: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE. São Paulo: Brasiliense, 1986; e VISÕES DA LIBERDADE : UMA HISTÓRIA DOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO NA CORTE. São Paulo: Cia das Letras,1990; Magali Engel, MERETRIZES E DOUTORES - SABER MÉDICO E PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO (1840 - 1890). São Paulo: Brasiliense, 1989; Marta Esteves, MENINAS PERDIDAS : OS POPULARES E O COTIDIANO DO AMOR NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Nicolau Sevcenco, LITERATURA COMO MISSÃO. São Paulo: Brasiliense, 1983.

insalubridade tornava-se essencial para fazer do Rio de Janeiro uma cidade à altura das grandes metrópoles européias, afastando para sempre o estigma de foco de doenças , de atraso colonial. Acreditava-se que a solução dos problemas de saúde pública seria o caminho para conduzir a cidade ao "progresso" e à "civilização"; configurava-se os pressupostos da higiene como uma ideologia. E para combater as epidemias, principalmente aquelas que atingiam majoritariamente os estrangeiros, as autoridades acreditavam serem necessárias uma série de reformas urbanas estruturais. Nesse contexto, os médicos higienistas tiveram um papel fundamental.(17)

17 - Sidney Chalhoub trabalha com essas questões, mostrando o processo de formação da ideologia da higiene, ou, nas palavras do autor, a adoção de "um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao "verdadeiro", à "civilização", implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no 'caminho da civilização'. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma 'científica' - isto é, 'neutra', supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral - de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes." Ver CIDADE FEBRIL: cortiços e epidemias na Corte Imperial. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de História da UNICAMP em setembro de 1994, capítulo 1, parte 3.

Como mostrou Lilian Fritsch (18), já na década de 1870 o tema da necessidade de reformas urbanas no Rio de Janeiro estava presente nos debates políticos. Os problemas surgidos com o crescimento urbano, como a insalubridade, ou o temor das epidemias, atrapalhavam o desenvolvimento do comércio e a vinda de estrangeiros, o que levava as autoridades a crer na necessidade das reformas estruturais da cidade . Era esta a orientação dos médicos higienistas, que acreditavam que através de transformações urbanas, e de alterações nos hábitos "bárbaros" e "primitivos" de grande parte da população, a solução para muitos daqueles problemas.

É ainda esta autora que afirma que o combate às epidemias era a maneira de afirmação de um grupo de médicos e sanitaristas, que vinham lutando pelo reconhecimento do seu saber científico, muito embora doenças endêmicas como a tuberculose fossem responsáveis por muito mais mortes. Ao se encarar a urbanização como um problema de saúde pública, seria inegável o aumento da influência e do poder dos médicos nas políticas públicas. Fritsch ressalta o papel de destaque que passam a ter os médicos na comunidade científica, até então dominada por engenheiros.

Como mostram os autores de um artigo já aqui citado (19), havia várias questões que traziam o tema do combate à insalubridade

18 - Lilian de Amorim Fritsch. "Palavras ao vento : a urbanização do Rio Imperial" em REVISTA RIO DE JANEIRO, n.3, agosto / 1986.

19 - cf. Sérgio Pechman e Lilian Fritsch, op.cit. Sobre a questão transformação do espaço urbano no Rio de Janeiro, ver também Robert Moses Pechman e Luís Cesar Queiroz Ribeiro, "A Companhia de Saneamento do RJ : contribuição à

da cidade para o centro dos debates políticos nas últimas décadas do século XIX. Estavam em jogo os interesses comerciais do país, que se viam afetados pela sucessão de epidemias, as quais geravam medidas contra os navios vindos do porto do Rio. Além disso, o desejado progresso da imigração, o incentivo à vinda de mão-de-obra estrangeira, era atravancado pelo estigma de "túmulo dos estrangeiros" que a capital do império recebia em outros países. Havia ainda o desejo de muitos políticos e membros da intelectualidade brasileira, que queriam implementar a "modernização" e o "progresso" no país, tornando o Rio uma cidade avançada como as principais capitais mundiais.

Além de fatores como esses, citados por vários autores que trabalharam com a questão das reformas urbanas do Rio de Janeiro na virada do século, bastava que se abrisse um jornal do período para que se notasse outra questão. Muitos leitores também protestavam contra as condições de higiene da cidade, revelando seu descontentamento com as autoridades - protestos que aumentavam nos períodos de epidemias, mostrando que os habitantes sofriam com a insalubridade.⁽²⁰⁾ Porém, o modo como essas reformas urbanas seriam

história do capital imobiliário" em REVISTA RIO DE JANEIRO n. 1, dez 1985, p.105.

20 - Katia Muricy é uma autora que trabalha com esta ideia, afirmando que havia uma "demanda real" da sociedade para aquelas transformações, sem que houvesse necessariamente uma direta determinação econômica para as mesmas. Cf. Katia Muricy, A RAZÃO CÉTICA : MACHADO DE ASSIS E AS QUESTÕES DE SEU TEMPO. São Paulo : Companhia das letras, 1988, p.15.

conduzidas, a forma pela qual se passaria a intervir no cotidiano de milhares de trabalhadores que viviam naquelas precárias condições, esta é uma outra questão. (21)

O fato é que o tema das reformas urbanas estava em pauta por diversos motivos, o que, inegavelmente, trazia muito mais espaço de influência para os representantes da ciência médica. Os médicos, se traziam suas lutas internas e divergências fundamentais entre colegas, ainda assim vinham tentando conquistar seu lugar de destaque na sociedade, mostrando-se essenciais para conduzir o país rumo ao "progresso" e à "modernidade". Com tantas atribuições, deveria ser realmente impossível "atender a todas as exigências do serviço", como alegava aquele membro da Inspetoria de Higiene há algumas páginas atrás (22).

Tantas "exigências" naquele serviço, ou tanto acúmulo de tarefas, sem dúvida só se davam porque vários membros da classe médica estavam conquistando seu espaço, sua influência sobre a

21 - Muitos autores vêm trabalhando com a questão das implicações da política higienista, e sua influência nas reformas urbanas, na imposição de novos hábitos e valores à sociedade brasileira, visando ordenar as relações individuais e familiares; tais trabalhos revelam o caráter autoritário e arbitrário dessas medidas, que arrancavam às classes trabalhadoras a possibilidade de práticas políticas e culturais autônomas. Ver, por exemplo, Sidney Chalhoub, *A GUERRA CONTRA OS CORTIÇOS : CIDADE DO RIO, 1850 - 1908*. Campinas, Primeira Versão n.19, IFCH / UNICAMP, 1990.

22 - cf. citação de *O PAIZ* de 2/3/1889 à p.14 deste texto.

decisão das autoridades na condução das reformas de modernização da cidade. Para muitos autores que trabalham com essas questões, como Kátia Muricy, por exemplo (23), os médicos estariam ocupando este local privilegiado porque a política higienista traria todo o conteúdo normativo que a racionalidade burguesa que vinha se constituindo exigia, através da difusão do que ela chama de "mitos" que ajudavam a implantar no século XIX essa regularização da vida social brasileira. Entre estes mitos, que estavam por trás das transformações normalizadoras, ela destaca a crença evolucionista no progresso, as ilusões do cientismo, a pretensão humanista do pensamento liberal.

Como os portadores do conhecimento objetivo que levaria o país ao progresso, à civilização, os médicos teriam, na opinião da autora, a autoridade necessária para impor novos valores, novas formas de organização, enfim, medidas que caracterizavam todo um projeto de medicalização da sociedade. Modernizar a cidade significava não apenas realizar reformas urbanas, mas também medicalizar toda a sociedade, ou seja, intervir nos hábitos e costumes das pessoas, ditando novas formas de relações familiares e novos padrões de comportamento. Seria tarefa da medicina produzir um novo tipo de indivíduo e de população, para combater a periculosidade do social, normatizando-o. (24)

23 - cf. Kátia Muricy, op. cit., capítulo 1.

24 - Sobre a integração da família à ordem urbana, através do estabelecimento de uma nova ética das relações afetivas, que orientasse o comportamento dos indivíduos em todas as circunstâncias da vida privada e social, ver Jurandir Freire Costa, *ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR*. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

Esta nova medicina, que estendia à sociedade em geral a noção de doença, teria uma dimensão muito mais política que a medicina do período colonial, que era mais curativa que preventiva. Como definiu Roberto Machado (25), essa medicina que surgiu no século XIX, preocupada não só com o indivíduo doente, mas com todas as instâncias da vida social - a medicina social - passava a ter um papel fundamental no planejamento urbano, pois eram as questões de saúde pública que informavam e direcionavam as transformações da cidade. Seria esta medicina necessariamente política e progressista, sentindo-se identificada com os ideais de civilização, a serviço da modernidade.

Para estes autores, é inseparável do saber médico o poder conferido àquela classe : o monopólio da ciência médica concedia aos higienistas uma grande autoridade na vida política do país, e a influência dos médicos nas diversas instâncias da vida pública era oficializada através do órgão máximo da higiene, a Junta Central de Higiene Pública. Para Machado, "a medicina" dava apoio científico ao "exercício de poder do Estado", que passava a ser seu aliado, garantindo a exclusividade do exercício da profissão aos médicos científicos. A autoridade política que a exclusividade do domínio da ciência lhe proporcionava levaria esta medicina a ser o "agente normatizador fundamental do Estado".

Em uma abordagem que entende a dimensão política como parte constituinte do discurso científico, essa obra clássica de Roberto

25 - cf. Roberto Machado et alli, DANAÇÃO DA NORMA: MEDICINA SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DA PSIQUIATRIA NO BRASIL. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

Machado (escrita em parceria com Katia Muricy e outros autores) sobre a história da medicina acaba exagerando na idéia da imanência política do saber médico, afirmando ser a "medicina social" do século XIX um verdadeiro instrumento técnico-científico "a serviço do Estado". A "medicina", esse termo abstrato e abrangente, que pode englobar tanto diferentes médicos científicos como também uma grande diversidade de pacientes que se relacionavam com eles, passa a ser o sujeito da obra de Machado. Ao trabalhar com "a medicina" como o sujeito de seu estudo, o autor ignora as diferenças e divergências profundas presentes na corporação médica, ainda que se pense apenas nos médicos higienistas, mais preocupados com as relações da sua prática profissional com autoridades e políticas públicas. Dessa maneira, exagera-se na força política da classe médica, como se tivesse sido presente ao longo de todo o século XIX, e enxerga-se a "medicina" como um ente que engloba todos os médicos e suas diversidades. Essa tese influenciou diversos trabalhos que buscam compreender a importância das proposições dos médicos na transformação da vida social brasileira ao longo do século XIX (26).

Há outros autores que trabalham com a história da medicina no Brasil, sempre preocupados em criticar trabalhos ufanistas nessa

26 - É o caso, por exemplo, de Berenice Cavalcante. Esta autora analisa a política higienista, que organizava as relações sociais disseminando novos valores, para atualizar as estratégias de poder, e as formas de dominação sobre os ex-escravos, agora homens livres. Cf. "Beleza, limpeza, ordem e progresso : a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX " em REVISTA RIO DE JANEIRO, n.1. dezembro/1985, p.95.

área, que supervalorizariam a constituição da medicina científica no país, ignorando os problemas envolvidos neste processo. Madel Luz, por exemplo, no livro *MEDICINA E ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA*, considera a medicina uma "estratégia de poder do Estado", voltada para a formação de uma "consciência higiênica no povo". Os médicos seriam os consultores, assessores, conselheiros e críticos desse Estado (27). A autora procura criticar a maneira de intervenção no espaço físico das cidades e na vida da população que as prescrições dos médicos teriam indicado, em nome do cuidado com a saúde. Uma forma de intervenção baseada em interesses sociais específicos, com o objetivo de instituir no país uma ordem política autoritária e excludente, ignorando a natureza das relações sociais e de trabalho na determinação da doença.

O trabalho de Madel Luz, embora proveniente de uma certa tradição marxista, acaba caindo em problemas semelhantes ao de abordagens foucaultianas como as de Roberto Machado, Katia Muricy e Jurandir Freire Costa, entre outros. Isso porque radicalizam a tese da relação entre saber científico e poder político dos médicos, como se tal poder fosse constituinte daquela "medicina social" desde seu surgimento, no início do século XIX. Dessa maneira, tratam a medicina como uma instituição homogênea, absolutamente coerente e de acordo com os interesses das autoridades públicas, um verdadeiro "instrumento do Estado". Não se trata aqui de negar a dimensão

27 - Madel Terezinha Luz, *MEDICINA E ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA : POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE (1850-1930)*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1982.

política do saber médico, ou a influência daquela ciência nas transformações sofridas pela sociedade brasileira, principalmente no final do período imperial. Trata-se de relativizar essa imanência política da medicina, essa ligação tão óbvia entre médicos e autoridades ao longo de todo o século XIX, na qual muitas vezes se insiste.

Em primeiro lugar, porque esse tipo de análise simplifica o processo de constituição de médicos científicos como influentes e poderosos, ignorando os conflitos e as contradições no interior da classe médica ao longo de sua consolidação. Como mostrou Flavio Edler (28), o "enfoque apriorista" de autores como Roberto Machado e Madel Luz assume o fato do prestígio e poder da medicina acadêmica ter existido desde os primórdios do século XIX, sem levar em conta a luta de um grupo de médicos para profissionalizar a medicina. Este grupo, que Edler chama de "elites médicas", teria lutado ao longo de todo o segundo reinado contra a burocracia imperial para poder expandir e legitimar sua autoridade profissional. Além disso, ainda segundo o autor, a medicina brasileira teve que passar por verdadeiras revoluções em seus fundamentos práticos e teóricos, o que resultou em reformas no ensino médico, para que fosse sendo erigido o prestígio do médico como profissional especialista.

28 - Flavio Coelho Edler. "AS REFORMAS DO ENSINO MÉDICO E A PROFSSIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, 1854-1884". Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de História. São Paulo, 1992.

O que a tese de Edler vem demonstrar é que, examinando-se a formação da medicina acadêmica no Brasil, percebe-se que sua constituição como instituição importante e influente nas determinações das autoridades públicas foi um processo longo e conflituoso. O autor afasta assim a imagem de uma medicina homogênea, que fornecia a base científica para o pacto social, durante todo o século XIX. Só no fim do século aquelas "elites médicas" teriam conseguido consolidar sua profissionalização, depois de muitas brigas com os grupos políticos poderosos, e conflitos dentro da própria corporação médica. E só através dessa profissionalização é que o poder técnico e científico desses médicos teria se harmonizado com as concepções cientificistas predominantes entre a intelectualidade brasileira. Assim, o autor historiciza esse processo de legitimação do saber médico perante os órgãos públicos de saúde, mostrando como e quando houve união de ambos "em uma mesma estratégia" como afirmara Katia Muricy (29). Essa convergência de interesses, isto é, quando se pode atestar o prestígio e o poder da medicina acadêmica no encaminhamento dos problemas da área da saúde, para Edler, teria começado a ser atingida nos últimos anos do império, principalmente após importantes reformas no ensino médico ocorridas em 1884. Tal situação de maior prestígio da classe médica iria ser afirmada nas primeiras décadas da república, e não desde o princípio do século XIX, como afirmam vários autores.

Entretanto, pelo que o caro leitor pode notar, acompanhando os arranjos de Monat e Magalhães - aqueles dois

29 - op.cit. p.31.

médicos que o introduziram nas profundezas dos debates no interior da corporação médica - ainda em 1888 aquela ciência estava longe de se constituir como homogênea, ou de se legitimar perante a diversos setores da população; a tal "situação de prestígio" acima referida não parecia estar presente naquele momento. Principalmente se for levada em conta a relação dos esculápios com as camadas populares da sociedade, e não só com as elites intelectuais e as autoridades públicas. A polêmica entre os renomados cirurgiões, ou as denúncias de leitores sobre os delegados da Inspetoria de Higiene, vêm somar-se à tese de Edler sobre a relatividade daquele poder e prestígio dos médicos, ainda no final da década de 1880.

Os autores aqui citados, que trabalham com a história da medicina, têm diferentes preocupações em seus trabalhos. Roberto Machado e seus seguidores, como também Madel Luz, voltam-se muito mais para as relações de poder que o saber científico dos médicos implica. Flávio Edler, numa perspectiva da história da ciência, vai buscar os debates no interior da classe médica para entender como a cientificidade do saber médico se desenvolveu, levando os médicos a conquistarem um lugar de destaque. Todos eles, entretanto, afirmam que não estão interessados em buscar as reações das pessoas diante de todo esse processo, muito menos suas ações. Eles se interessam pela questão da legitimação da medicina, seja perante as autoridades do governo, seja no interior do debate científico. Mas não se preocupam, deixam de lado, a legitimação conferida à atividade médica científica por aqueles a quem a medicina se dirigia, se destinava : os próprios pacientes.

Tais formas de se fazer história da medicina tornam-se portanto unilaterais, pois enxergam a mesma apenas pela ótica do médico. Podem ser extremamente críticas com relação às atitudes dos médicos e das políticas envolvidas no fazer-se da profissão; podem esmiuçar as divergências internas e os conflitos atravessados pela medicina no seu processo de constituição e afirmação. Porém, fica faltando uma parte constitutiva da medicina, ou seja, o seu objeto, sua razão de ser: os doentes, os seus pacientes, e a legitimidade que estes lhe conferiam. Diferentemente dessas abordagens, é preocupação deste trabalho tentar buscar as percepções de diferentes pacientes com relação desse processo de constituição da medicina científica como única forma permitida para se exercer a prática de cura. Embora seja muito mais difícil chegar às percepções dos pacientes do que aos registros de médicos e autoridades sobre esse processo, através das informações deixadas por esses últimos pode-se chegar também aos pacientes. Assim, o interesse principal deste trabalho nas questões da medicina científica é entender como os pacientes se relacionavam com os médicos, e quais eram as outras formas de medicina procuradas.

Como mostrou Roy Porter (30), a história da medicina acabou virando só a história dos médicos, como é o caso das obras aqui

30 - Roy Porter. "The Patient's View : Doing Medical History from Below" em THEORY AND SOCIETY, volume 14, n.2, março / 1985. Ver também Peter Linebaugh, "The Tyburn Riot against the surgeons", em ALBION'S FATAL TREE: CRIME AND SOCIETY IN EIGHTEENTH-CENTURY ENGLAND, Allen Lane, 1975; e Roger Cooter, "Anticontagionism and history's medical record" em

citadas, a cujo tipo de abordagem o autor se contrapõe. Para Roy Porter, ocorre em obras daquele tipo uma distorção histórica, pois é esquecida a relação entre médicos e pacientes, e todo o complexo ritual social dos eventos médicos, que envolvem família e comunidade tanto quanto doentes e médicos. O autor procura buscar, então, o ponto de vista dos pacientes : como entendiam as noções de saúde e doença, como as doenças eram tratadas, como os doentes viam e lidavam com os médicos. Pois, como enfatizou Sidney Chalhoub, para perceber-se o real alcance das práticas higienistas, das políticas de saúde pública, e mesmo da significação da tão citada "normatização", é inevitável reconstituir as visões populares sobre as concepções e práticas da medicina oficial, "dominante"(31).

Portanto, quando se pensa na legitimidade dos médicos científicos e de seus procedimentos, é preciso pensar na relação dos doutores com os seus diferentes pacientes - tanto aqueles que reclamavam das falhas da medicina científica, quanto os mais afastados dela, mais acostumados a outras práticas de cura. E, nesse sentido, como se relacionavam com outras práticas de cura; o quanto estas interferiam na relação dos pacientes com as práticas oficialmente permitidas.

THE PROBLEM OF MEDICAL KNOWLEDGE EXAMINING THE SOCIAL CONSTRUCTION OF MEDICINE. Edinburg. 1982

31 - cf. Sidney Chalhoub, "Vacinophobia : medicina, tradição e protesto popular no Rio de Janeiro (1804 - 1904)". (mimeo). IFCH / UNICAMP. 1994.

A questão da presença e influência de atividades de cura alternativas à medicina européia no século XIX é citada por vários dos autores aqui referidos, de maneira superficial. Roberto Machado, por exemplo, afirma que a grande ofensiva da medicina social no país foi acompanhada pelo ostensivo ataque à figura do charlatão; este combate teria sido a outra face do desenvolvimento do ensino médico. Katia Muricy, por sua vez, afirma que a figura do médico, legitimada pelas faculdades de medicina, "introduz o correlato hostil do charlatão", contra o qual reclamava a repressão do estado. Já Flavio Edler reconhece que o exercício ilegal da medicina comprometia a formação da legitimidade profissional .

Mas nenhum autor detém-se por muito tempo na análise dessas outras medicinas. A figura do "charlatão" é referida, sem maiores detalhes sobre quem era esse ser, que atividade exercia, ou que influência exercia junto às pessoas. Porém, algumas pistas são fornecidas : era algo que os médicos necessitavam combater, algo que comprometeria a legitimidade da classe médica. Para compreender o que significava para os médicos o charlatão, convém examinar de perto como os próprios doutores os viam, no decorrer do desenvolvimento de sua medicina no segundo reinado. O tema do charlatanismo em medicina esteve bastante presente nos debates médicos; desde os primórdios da Academia Imperial de Medicina é possível localizá-lo, seja em teses acadêmicas, em artigos publicados em revistas médicas, ou mesmo em discussões entre os diferentes integrantes do grupo dos médicos. Convido agora o leitor para um recuo no tempo, atrás de indícios desses debates.

* * * *

"Brada-se por toda a parte que estamos em um século de luzes, de experiência e de positivo; que o prejuízo, a superstição, e os embustes perderam toda a influência; que o espírito humano enfim caminha certo com espantoso progresso na vereda da verdade. Entretanto examine-se o mundo, preste-se alguma atenção ao que nele se passa, veja-se o que se pratica, ouça-se o que se diz (...). A multidão dos crédulos não têm diminuído; a imensa família dos patetas não tem ficado estéril.(...) O povo supondo-se muito esperto continua a ser sempre a presa do charlatanismo, da superstição, e da impostura.(...) "(32)

Neste artigo, publicado em 1841 no jornal da Academia Imperial de Medicina, pode-se notar uma forte preocupação rondando a cabeça dos doutores: o fantasma do charlatanismo. Indignado, como vários de seus colegas, o dr. Feital não podia se conformar com o fato de que as luzes da ciência, a mais pura verdade, não fosse naturalmente absorvida pelo povo brasileiro. Bastava um mínimo de atenção ao que se passava no país para constatar-se semelhante absurdo.

32 - J.M.de N.Feital, "O misticismo em medicina, ou o charlatanismo misterioso" em REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1, p.557.

Na opinião do médico, "o povo" agia como uma multidão de "patetas", que se recusava a caminhar em direção ao progresso, e insistia em permanecer nas trevas de suas crenças e superstições. Um pobre bando de selvagens, chafurdando na ignorância, que necessitavam de mestres que os guiassem em direção ao "progresso na vereda da verdade".

Mas, afinal, o que se passava no país, em pleno século de "luzes da ciência" como o XIX ? Por que tantos médicos revoltavam-se e exprimiam publicamente seus ácidos protestos contra toda e qualquer atividade de cura diferente da sua?

Alguns médicos fornecem informações para que se possa pensar sobre essas questões:

"(...) não é lícito aos enfermos dar preferência a um destes pós variados, desses elixires sem número, dessas diversas pomadas e unguentos, com que os seus inventores, mais sábios de que os médicos, pretendem curar radicalmente a maior parte das enfermidades, que estes (ignorantes!) não podem domar. (...) Onde está, pois, neste mundo o que se conveio em chamar - bom-senso? (...)" (33)

Através desse trecho da fala do dr.Imbert, pode-se ter uma idéia do que se passava no país em meados do século XIX: uma esmagadora presença de práticas de cura alternativas à medicina científica. A impressão que o médico passava era que se recorria muito

33 - J.B.A.Imbert. UMA PALAVRA SOBRE O CHARLATANISMO E OS CHARLATÕES. Rio de Janeiro, 1837, p.23.

mais aos curandeiros, aos remédios de fórmulas secretas, elixires, pós variados, ou mesmo a receitas caseiras antigas, com as quais se tinha familiaridade, do que à medicina de origem européia. (34)

A ironia do autor sobre a "ignorância" dos médicos, que eram, na opinião não só de Imbert como de seus colegas, os únicos que deveriam exercer a arte de curar, mostra mais do que a sua perplexidade diante dos fatos. Acaba revelando que muitos dos seus contemporâneos, quase na década de 1840, não confiavam na poderosa ciência pregada pelos médicos, talvez porque eles realmente não conseguissem "domar" os males e "a maior parte das enfermidades" que as afligiam, ou seja, provavelmente sua ciência ainda estava longe de se mostrar mais eficiente do que as práticas concorrentes.

Mais de dez anos depois, é ainda o que atestam diversas teses e artigos escritos pelos representantes daquela ciência:

34 - A antropóloga Paula Montero, ao estudar as transformações históricas que levaram a medicina universitária a constituir-se como medicina hegemônica, afirma que nos primeiros séculos da história brasileira as práticas terapêuticas populares - como garrafadas, benzeduras, curandeirismo, entre outras, tinham maior prestígio entre a população. Segundo a autora, os pajés e curandeiros eram preferidas em relação aos barbeiros sangradores, ou aos raríssimos profissionais da medicina europeia que atuavam no Brasil. Cf. Paula Montero, DA DOENÇA A DESORDEM - A MAGIA NA UMBANDA

Rio de Janeiro : Graal, 1985. Ver também Lycurgo Santos Filho, op.cit., vol 1

"Não reina hoje um sistema exclusivo de medicina, e os nossos práticos mais distantes são ecléticos (...). Há por aí uma espécie de feitiçaria médica, que adotada pela velhacaria e má fé é sustentada pela credulidade dos homens ignorantes (...)."(35)

O dr.Domiciano de Castro nos mostra que a antiga preocupação persistia, pois no Brasil ainda vigoravam os mais variados tipos de medicina. O que se passava no país em 1850 era, como antes, a preponderância de métodos nada científicos de cura.

Além dessas informações, porém, este médico fornece algumas indicações para pensarmos na segunda questão há pouco formulada. Ele, da mesma maneira que o dr. Feital, como também grande parte dos médicos, considerava puro "charlatanismo", "velhacaria" e "impostura" tudo o que divergisse da sua ciência; seriam unicamente fruto de má-fé, independente do que fossem essas tão variadas e diferentes práticas. Talvez por isso a classe médica tanto se revoltasse, afinal passavam anos e anos estudando, e não podiam aceitar tamanhas "ignorâncias" após terem sido iluminados pelas "verdades da ciência", e aprendido que este era o único critério de verdade possível. Daí seus protestos exaltados contra todo e qualquer diferente. Mas talvez não fosse só por isso.

35 - Domiciano Mateus Monteiro de Castro. "Quais os trabalhos da antiga Sociedade e nova Academia Imperial de Medicina que mais têm contribuído para os progressos da medicina prática no país." Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada em 4 de dezembro de 1850, p.23.

Embora em muitas das teses médicas houvesse a reclamação de que os jovens perdiam sua mocidade e estragavam sua saúde estudando para serem médicos, e se sentiam ofendidos e desrespeitados por terem que conviver com tantos "ignorantes"(36), este poderia não ser o único motivo de sua revolta . Havia outro sério problema:

"(...) seria na verdade um absurdo a existência de Escolas Médicas no Brasil, se não houvessem leis que protegessem seus filhos, os quais têm depois de ver-se a braços com o impávido charlatão, que os desafia, insulta, e escarnece cuspiendo-lhes injúrias e tirando-lhes mesmo o honesto meio de subsistência (...)." (37)

A tese do dr. Fragozo ilustra muito bem o quanto a presença de formas alternativas de cura preocupava os médicos. Tais formas pareciam ser as mais procuradas pela população, e se não fossem combatidas acabariam tirando o sustento dos mesmos. Isso significa que eram fortes concorrentes, que competiam lado a lado por seu espaço de atuação na sociedade; a tão apregoada supremacia da ciência

36 - ver, por exemplo, a tese de Joaquim Alves Pinto Guedes Junior. "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?" Tese para o doutoramento em medicina apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1853

37 - Antonio Marcolino Fragozo, "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?" - Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1850, p.11.

estava ainda longe de se constituir de fato. Segundo Aleixo Gary, um químico-farmacêutico que lutava na cruzada contra o charlatanismo, "a voga, a fortuna, os gozos e a fama" pertenciam aos charlatões, pois o público dava "injusta e devotamente a preferência a remédios preparados e vendidos por qualquer leigo." (38).

Havia também declarações mais inflamadas, como a do dr. Francisco de Paula Costa. Referindo-se aos charlatões, diz que agiam,

"(...) a mais das vezes, minando ocultamente, e sempre abreviando o fatal termo da vida dos infelizes, que tiveram o mau fado de se deixarem prender às garras desses novos abutres auri-sedentos, que não se horrorizam de acumularem tesouros, banhados nas lágrimas do órfão e da viúva, tintos de sangue e dolorosamente arrancados das entranhas de homens vivos!..."(39)

E, mais adiante, completa:

"(...) vemos que não é só o vulgo ignorante que tributo lhes paga e a eles recorre, porém que pessoas, aliás dotadas de

38 - Aleixo Gary. DO CHARLATANISMO E DA INFLUÊNCIA DOS REMÉDIOS SECRETOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA. A MEDICINA E A FARMACIA Rio de Janeiro. 1863, p.11

39 - Francisco de Paula Costa. "Algumas considerações sobre o charlatanismo em medicina." Tese apresentada e sustentada em 9 de dezembro de 1841. Em REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1, p.420.

luzes, e ocupando as mais distintas classes da sociedade, também favoravelmente os acolhem, e mesmo os protegem (...)."(40)

Pelo que foi possível notar, o dr. Paula Costa incomodava-se não apenas com os procedimentos não científicos de seus oponentes. O que o irritava profundamente era a forte influência e o poder desses agentes de cura, aqui descritos como verdadeiros monstros, que sem terem passado pelos estudos e esforços que um médico enfrentava em seu processo de aprendizagem, sem terem noções mínimas de ciência, pareciam ter o que os médicos lutavam para conseguir : legitimidade junto às pessoas das mais distintas posições sociais. E, ao menos segundo alguns médicos, algo que também deveria incomodar bastante: rios de dinheiro.

Os médicos, portanto, viam a necessidade de agir, protestar, exigir providências das autoridades, usando as armas que tivessem para não naufragarem nesse mar de medicinas - e conseguirem estabelecer sua prática como hegemônica. Por isso foi necessário criar essa abrangente categoria, o charlatão, denominação que englobava as mais diferentes atividades. Seria em oposição a essa figura hostil que a identidade do médico, portador da ciência , iria sendo construída. Assim, os médicos usavam o título de charlatão para assinalar em todos os seus "outros" uma mesma visão negativa.

Para caracterizar o charlatão, um recurso era bastante utilizado: narravam-se casos de erro, de procedimentos equivocados de falsos médicos que acabavam mutilando, e mesmo matando muitas

40 - idem, p.432

peessoas. Assim, curandeiros, espíritas, sangradores, parteiras, ervateiros, farmacêuticos que produziam remédios e não revelavam suas fórmulas, enfim, qualquer diferente era igualmente um perverso charlatão, que agia sempre de má-fé, enganando as pessoas para enriquecer, chegando até a matá-las. Os médicos, colocados na posição diametralmente oposta, trariam o conhecimento verdadeiro, tornando-se os únicos profissionais confiáveis para questões de saúde. Nos momentos em que era necessário se opor aos concorrentes, os conflitos e críticas internas "desapareciam"; mesmo que um colega arrebetasse a uretra de um paciente, ou que um médico roubasse o paciente do outro...

Mas os médicos não faziam apenas denúncias dos erros e atrocidades cometidas pelos seus monstruosos rivais. Grande parte deles também protestava duramente contra a ineficácia das leis, que por serem pouco rigorosas acabavam permitindo o livre exercício das mais diferentes práticas de cura. Nestes casos, seus autores exigiam sérias e drásticas medidas repressivas por parte das autoridades, como fez o dr. João Monteiro Peixoto:

"Com efeito, sem leis repressivas a vida dos nossos semelhantes acha-se constantemente entregue a homens tão ávidos quanto ignorantes; o empirismo o mais perigoso, o charlatanismo o mais atrevido e grosseiro abusam por toda a parte da credulidade pública (...)" (41)

41 - João Monteiro Peixoto, "Deve haver leis repressivas do charlatanismo médico, ou convem que o exercício da medicina seja inteiramente livre?" Tese

Percebe-se através desse depoimento que Peixoto não via outro meio para livrar-se de seus "ávidos" e "ignorantes" rivais. Não seriam apenas os argumentos científicos ou o sucesso de seus procedimentos convencionais que conquistariam a "credulidade pública", era preciso que se instaurasse a repressão. Além disso, o empirismo na ciência médica era algo impensado àquelas alturas da década de 1850 (42), o que trazia mais uma discordância dos médicos para com as práticas não científicas de cura. Assim como o dr. Peixoto, vários médicos enfatizavam a crescente necessidade de se combater o charlatanismo através de leis repressivas; era preciso "inaugurar" a medicina científica :

"Quando o poder que legisla inaugura uma classe qualquer na sociedade a constitui ipso facto executora de um ato que determina (sic) e basta o simples fato de sua inauguração para torná-la um fato de confiança; porquanto essa classe tem que influir poderosamente em interesse gravíssimo da sociedade. Assim o sacerdócio que se imcumbem da conservação moral e religiosa de um estado é inaugurado, sobre ele depositam os poderes civis e eclesiástico toda a sua confiança: assim a classe médica cuja influência sobre a

para o doutorado em medicina apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1852, p.6

42 - Como mostrou Flavio Edler, os primeiros estudos práticos das disciplinas clínicas e experimentais só foram introduzidos no ensino médico brasileiro após as grandes reformas ocorridas nas instituições médicas em 1884. Cf. Flávio Edler, op. cit.

saúde dos povos é incontestável, necessita de uma inauguração, porque sua missão é toda de confiança." (43)

Por este longo trecho extraído da tese do dr. Guedes Jr., revela-se uma outra face da insistência dos médicos no ataque aos ditos charlatões. Não pretendiam apenas ser mais uma opção de cura, respeitável e merecedora da confiança das pessoas simplesmente em função de seu compromisso com a ciência. Seu objetivo era ser a única opção existente, para que conseguissem definitivamente conquistar o poder e prestígio que acreditavam merecer enquanto representantes da doutrina científica. Para tanto, necessitavam do apoio do "poder que legisla", pois só com suas armas não conseguiriam atingir a legitimidade desejada. Era necessário que as autoridades colaborassem com aqueles médicos, e para isso o dr. Guedes Jr. tentava mostrar que os interesses de ambos eram comuns : a "saúde dos povos" deveria ser uma meta perseguida tanto por médicos quanto por autoridades. Ao menos na ótica do médico, que tentava assim convencer autoridades influentes a apoiar sua classe. Só desta maneira a medicina se tornaria um saber "incontestável" e legítimo; os médicos seriam tão poderosos e confiáveis em relação à saúde quanto eram os padres nas questões religiosas.

No meio de tantas atividades diferentes que eram consideradas charlatanismo, havia uma que era sempre citada, e que representava uma grave ameaça aos interesses dos médicos. Era a homeopatia. Afinal, não era tão simples qualificá-la como pura ignorância, pois muitos homeopatas eram médicos, possuíam um discurso articulado, uma doutrina que poderia substituir a medicina

alopática. Eram adversários que pareciam ser considerados perigosos, pois discutiam em termos científicos os princípios das teorias médicas. Os médicos alopatas foram então obrigados a reconhecer que havia "charlatões" dentro de sua própria classe. O charlatanismo, como uma "espécie de tifo", era uma "moléstia crônica que afligia nossos patrícios", segundo o dr. Paula Costa.(44)

Muitos foram os adjetivos e as expressões usadas pelos alopatas para tentar destruir os homeopatas, que se defendiam, também protestando publicamente. Acirrados debates eram travados, nos quais envolviam-se importantes figuras do cenário público e renomados médicos. Durante a epidemia de cólera de 1855, por exemplo, era comum encontrar nos jornais da Corte artigos de homeopatas criticando os procedimentos de seus adversários alopatas. É o caso do dr. Maximiano Marques de Carvalho, homeopata, que assim se refere ao dr. Silva Castro, um médico alopata:

"(...) o dr. Silva Castro, delegado da junta de higiene pública no Pará, diz no seu ofício ao Exmo Sr.Dr. Paula Cândido, que tem passado pelo dissabor de ver que os doentes não se querem deixar sangrar (...) para que se deixarão sangrar e talvez morrer?"(45)

Para homeopatas como o dr. Maximiano Marques de Carvalho, os métodos alopáticos eram tão perigosos que podiam causar

44 - Francisco de Paula Costa, *op. cit.* pag.419.

45 - JORNAL DO COMMERCIO, 1/8/1855, p.2.

a morte dos doentes. Neste artigo, o homeopata combate a sangria, método bastante empregado na época no tratamento de diversas doenças, indicando os remédios homeopáticos como sendo mais apropriados para o tratamento da cólera. E, ao denunciar seu adversário, acaba mostrando que muitas pessoas não aceitavam as indicações do representante da higiene no Pará, o dr. Silva Castro. A preocupação deste médico devia ser séria, para que ele comunicasse o fato ao dr. Paula Cândido, então presidente da Junta Central de Higiene Pública :

"(...) tem esse precioso meio curativo sofrido uma encarniçada oposição da parte dos charlatães, dos homeopatas, de alguns ignorantes dentre o povo, que presumindo saber alguma coisa, até de medicina, por lástima e vergonha deles nada sabem, mesmo das coisas mais comezinhas(...). O povo fascinado dessas pregações, e dominado ainda pela lembrança dos tristes efeitos da sangria na febre amarela, recusa-se a aceitar o benefício, quando se lhe oferece; e já por duas vezes tenho passado pelo dissabor de ver impugnada a minha prescrição (...)."
(46)

Em sua carta, o dr. Silva Castro insiste em afirmar, acima de tudo, a superioridade da sua medicina, apesar de declarar claramente a recusa do povo à sua prescrição: só mesmo "charlatães" e "ignorantes" recusariam algo tão "precioso". Os homeopatas, junto com outros "ignorantes" do povo, eram considerados charlatães, pois opunham-se ao que os higienistas decretavam ser mais correto, ainda que o próprio

46 - JORNAL DO COMMERCIO, 29/7/1855, p.2.

alopata reconhecesse perante seu superior os limites daquele saber, recordando os "tristes efeitos" da sangria na epidemia de febre amarela.

Mais uma vez desnudavam-se problemas no interior da classe médica, o que trazia à tona as dificuldades da construção da identidade dos médicos - um complicado e conflituoso processo. Para conquistarem o lugar de prestígio e poder que acreditavam lhes caber, os médicos afirmavam sua identidade, em oposição ao que consideravam puros embustes: tudo que fosse diferente da sua ciência. O que não significava, em hipótese alguma, que não houvesse diferenças pessoais, concepções conflitantes sobre métodos e procedimentos dentro da própria ciência médica, enfim, que existisse uma única voz entre aqueles médicos.

Um bom exemplo desse tipo de problema é a publicação da tese do dr. Francisco de Paula Costa⁽⁴⁷⁾, que versava sobre a urgência do combate ao charlatanismo, no jornal da Academia Imperial de Medicina. Os editores escrevem uma longa nota de rodapé, dizendo que aquela tese foi uma das mais importantes que apareceram naquele ano de 1841 na Escola Fluminense de Medicina. Por isso mesmo, consideravam uma grande injustiça ela ter sido reprovada por um dos professores da banca examinadora, e publicavam-na agora em sua íntegra.

47 - Francisco de Paula Costa, op. cit

Pelo fato de que a tese tratava de um tema tão relevante em um país onde "imperava ainda tanto charlatanismo" (48), e era tão bem escrita, só havia uma explicação para essa reprovação. Na opinião dos editores, o professor que havia reprovado Paula Costa só poderia ser conivente com o charlatanismo, considerando-o conveniente para o país. E isso a Academia Imperial de Medicina não podia admitir: significava contribuir com os "infames meios que os miseráveis se servem para locupletar-se". Os editores, então, exigiam a revisão da nota, e a reformulação da atitude daquele professor, livrando a Escola de tão terrível mácula.

A discussão em torno dessa tese e sua reprovação mostra novamente que, em meados do século XIX, não havia uma única voz dentro da comunidade médica, nem mesmo em torno da aparentemente consensual questão do combate ao charlatanismo. Provavelmente não era uma unanimidade entre os doutores a opinião de que tudo que fosse diferente representasse "pura charlatanisse", ou que esse tal charlatanismo devesse ser destruído. O que trazia uma grande inquietação entre os médicos que buscavam uma posição privilegiada para a medicina, através da afirmação de uma identidade, que eram principalmente os médicos da Academia Imperial. Afinal, se entre os próprios colegas havia quem não considerasse o charlatanismo perigoso, um mal a ser combatido, como seria possível convencer a sociedade e as autoridades da necessidade de destruí-lo, forçando assim o prestígio dos médicos?

48 - REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1, p. 418.

Mais do que prestar solidariedade ao colega que havia passado pela humilhação da reprovação, a Academia defendia os seus interesses ao publicar aquelas palavras. Era necessário converter aquele médico desviante que reprovava Paula Costa, ou livrar-se dele se isso não fosse possível - taxando-o de charlatão também, se fosse o caso, ainda que no caso dessa reprovação o real motivo do professor não fosse uma conivência com o charlatanismo. Talvez esse professor pudesse ter achado que não seria bom para a classe as pesadas acusações vindas de seu interior. Em sua tese, o dr. Paula Costa classifica os tipos de charlatões, e entre eles inclui médicos que tinham autorização da lei para exercer a profissão, mas mesmo assim enganavam a população:

"Se lamentamos a existência de pessoas que, sem títulos ou autorização alguma obtida por lei, fazem cotidianamente logros e vítimas, quanto nos não devemos contristar pela existência de médicos, que, deixando a senda longa e trabalhosa da probidade, entranham-se pela estrada larga e fácil do charlatanismo; porém já que eles fizeram um uso tão criminoso de suas autorizações (bem ou mal adquiridas), procuremos derribar o pedestal que alevantaram com suas próprias mãos, arrancando a máscara da impostura (...)."(49)

O dr. Paula Costa, como foi possível notar, não mudou seu tom agressivo e áspero quando passou a tratar de seus colegas. Quando se tratava de charlatanismo, os "criminosos" deveriam ser igualmente

49 - Francisco de Paula Costa, op. cit., p. 438.

derrubados, desmascarados e destruídos. Se um médico levantava tantas acusações contra outros médicos, mais difícil seria manter a credibilidade daquela ciência, e difundir seu papel de salvadora da humanidade - poderia ter pensado o professor. Ao contrário, a tese poderia incitar o ódio aos médicos, reforçando a aversão que muitos possuíam a eles. Se os doutores já eram desacreditados, com tais acusações tudo poderia piorar, as pessoas poderiam achar que qualquer médico seria um charlatão, e o resultado obtido seria o contrário do desejado pela Academia Imperial de Medicina. Os médicos poderiam acabar virando motivo de zombaria; quem sabe até acabassem sendo satirizados em pleno carnaval...

Mas deixando as suposições de lado, voltemos à controvertida tese em questão, na qual o autor não mede palavras para atacar seus próprios parceiros. As acusações do dr. Paula Costa escancaravam ao público um fato muito sério: muitos médicos não deveriam saber o que estavam fazendo quando atendiam seus pacientes; estariam realizando estragos tão grandes quanto os atribuídos aos charlatães. E talvez não fosse só pura má fé, ou necessidade vital de "abutres auri-sedentos", como afirmou Paula Costa. Esses médicos acusados pelo colega poderiam estar agindo de acordo com o que haviam aprendido nas faculdades e em sua experiência, acreditando que faziam o que era mais correto. E cometendo também graves equívocos, como os barbeiros, curandeiros, feiticeiros ou parteiras tantas vezes chamados de bárbaros assassinos.

Por outro lado, nem todos os médicos defendiam que deveria ser adotada a repressão contra os charlatães. O dr. Feital, por exemplo, denuncia o que considera charlatanismo, incluindo aí os próprios

médicos, mas não pede medidas repressivas. Como solução para o problema, afirma que o tempo seria o melhor remédio: descortinaria "todos os embustes", e tornaria patente as "charlatanices" que atravessavam o caminho da ciência.⁽⁵⁰⁾ O farmacêutico Aleixo Gary, que também tanto atacou o charlatanismo, considerava que este só seria destruído através da "instrução derramada sobre as massas". Isso seria bem mais eficaz que todas as leis proibitivas existentes.⁽⁵¹⁾

Através da recuperação de importantes debates no interior da classe médica, foi possível acompanhar um pouco das preocupações daqueles profissionais na busca da afirmação de sua atividade. Ficou claro que a preferência de pessoas de diversos segmentos sociais por outras práticas de cura que não a científica, e a forte desconfiança existente com relação à medicina oficial era algo que preocupava muito os médicos, principalmente aqueles mais preocupados em fortalecer a corporação, buscando maior autonomia e poder para ela na sociedade brasileira. Tal preocupação, muito presente na década de 40, continuou forte nos anos 50 e 60 do século XIX, como mostraram os trechos dos debates médicos aqui trabalhados, apesar das transformações que vinham ocorrendo no país e no interior da própria medicina.

Nos anos 1870, a denúncia sobre a ineficácia das instituições médicas permanecia constante - argumento que também é defendido

50 - J. M. de N. Feital, op. cit., p. 561

51 - Aleixo Gary, op. cit. p. 13.

por Flávio Edler. O autor afirma que além de se livrar da "tutela exercida pela burocracia imperial", para buscar a legitimação da autoridade profissional os médicos ainda tinham um longo caminho a percorrer, pois eram necessárias reformas no ensino médico, e uma nova relação com as autoridades, aumentando suas influências nas questões de saúde pública. Como foi visto anteriormente, com os debates sobre a necessidade das reformas urbanas e do combate à insalubridade, que se intensificaram no início da década de 1870, o prestígio e a importância dos médicos tendia a aumentar.

Mas, como também foi visto aqui, por mais que esse prestígio viesse mesmo aumentando, que a Inspetoria de Higiene tivesse cada vez mais autoridade política, no final dos anos 1880 muitos setores sociais ainda se mostravam bastante incrédulos e temerosos quanto aos mandos daquela medicina científica. E esta, por sua vez, também aparecia bem marcada pelas divergências internas e crises, como ficou explícito nos conflitos entre Magalhães e Monat, por exemplo. O fato da "medicalização da sociedade" estar sendo imposto pelos médicos higienistas não significava em hipótese alguma que toda a sociedade estivesse aceitando facilmente aquelas regras. Ao contrário, costumes e hábitos relacionados a doença e cura de diferentes grupos sociais vinham sendo mantidos; os médicos, ainda que com mais poder junto aos órgãos públicos, não tinham conseguido suprimir práticas "bárbaras" como o curandeirismo, ou outros "embustes" do "vulgo".

A legitimidade da medicina científica, bem como da política higienista, estava bem distante de ser conquistada junto a diversos setores sociais. Um renomado cirurgião, já nosso conhecido, assim

narrava a trajetória dos pacientes de um importante médico, oponente seu :

"(...) Infelizes doentes, atraídos pelo engodo, lá iam ser contundidos do modo mais cruel."(52)

Se essa era uma opinião saída do interior da corporação médica, o que pensariam esses "infelizes doentes" sobre os doutores, e a respeito de sua condição de "pacientes", e de todo esse processo de higienização que vinha sendo imposto ? A busca de respostas para essas questões é o tema do próximo capítulo.

52 - trecho de artigo do dr. Monat, referindo-se aos pacientes do dr. Figueiredo Magalhães, em O PAIZ, 22 /01/ 1888, P.3.

Capítulo 2

O Governo da Multidão

"Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. (..)"

(Machado de Assis, *Bons Dias!*, John Gledson (org.), Campinas: Ed. da Unicamp, São Paulo: HUCITEC, 1990.)

"(...) Sofrendo , durante um período de catorze anos, de um estreitamento da uretra, que eu sentia aumentar de dia para dia, e hesitante sempre em submeter-me a uma operação, apesar da gravidade do meu estado (...) chegou o dia em que foi impossível contemporizar. (...) Acometido de uma retenção de urinas rebelde aos meios empregados em casos semelhantes, tive que procurar os recursos da ciência. Dirigi-me ao posto cirúrgico do dr. Figueiredo Magalhães, a quem expus meu sofrimento (...)." (1)

Voltamos a 1888, trazidos novamente pelo dr. Fura-Uretras. É através de uma carta de agradecimento a este médico, publicada no jornal O PAIZ no decorrer da longa polémica em que se envolveu, já aqui narrada, que inicio o tema deste capítulo.

Como foi visto anteriormente, cartas de agradecimento a médicos como essa, assinada pelo sr. Adolpho de Faria, eram publicadas nos jornais com frequência, trazendo elogios enaltecidos aos cirurgiões. É possível que os próprios doutores mandassem publicar tais cartas, tentando melhorar sua tão desgastada imagem frente aos doentes - principalmente após tantos ataques e xingamentos como os sofridos pelos doutores Figueiredo Magalhães e Monat durante a disputa. Mas mesmo que as cartas fossem feitas sob encomenda dos médicos, elas trazem para uma distante leitora dados para se pensar sobre a relação dos "pacientes" com os doutores e sua ciência médica.

Por mais que a carta fosse propositalmente escrita num tom exagerado, para evidenciar o trabalho do médico que se anunciava, alguma relação com a realidade dos doentes ela tinha que apresentar,

1 - O PAIZ, 24/1/1888, p.2.

para que produzisse o efeito de propaganda desejado. Em várias cartas, como na do sr. Faria, salta aos olhos de quem lê o quanto os doentes relutavam em submeter-se aos tratamentos médicos. Invariavelmente o tom das cartas indica que as pessoas tentavam de tudo, faziam o máximo que pudessem para não serem obrigadas a recorrer aos médicos: o sr. Faria, por exemplo, sofreu "catorze anos", sempre hesitando em sujeitar-se aos tratamentos de um renomado cirurgião; um certo senhor Domingos de Freitas esperou em sofrimento durante sete anos até entrar "para o serviço clínico de um especialista" (2); outra carta, assinada por Gil Carlos de Almeida, atestava ter este homem atingido o "auge do maior desespero", padecendo "terríveis males" até procurar um médico (3).

Como essas cartas, várias outras não transmitiam a sensação de que era algo comum procurar um médico quando se estava doente. Ao contrário, parecia que se render a esses especialistas era mesmo o último recurso, a derradeira tentativa de quem não tinha mais nada a perder. Após esgotar todos os meios tradicionalmente empregados, aquelas pessoas acabavam "tendo que procurar os recursos da ciência". Para mostrar, em seguida, que tais recursos eram quase milagrosos, as cartas deixavam transparecer, ainda que com certa dose de exagero, um temor presente em muitas pessoas em relação aos procedimentos médicos. Na tentativa de mostrar aos leitores do jornal que a medicina era a solução para as doenças, que os médicos eram confiáveis - mesmo aqueles envolvidos em questões comprometedoras - aquelas cartas

2 - O PAIZ. 18/3/1888, p.2.

3 - O PAIZ. 12/1/1888, p.3

evidenciavam o quanto muitas pessoas desconfiavam e evitavam os doutores.

Mas, naturalmente, ainda é cedo para que se possa concluir alguma coisa sobre a desconfiança de pacientes de diferentes grupos sociais em relação aos médicos com muita certeza. Até agora, sabemos que os doutores não inspiravam muita confiança, expondo publicamente seus deslizes e suas diferenças internas. Mas só essas cartas não são suficientes para sustentar o argumento de que eles fossem evitados, embora indicassem essa possibilidade, mostrando que outras práticas de cura eram buscadas com maior naturalidade. Quais práticas seriam essas? Que outros indícios levaram esta autora a afirmar tão insistentemente a recusa aos esculápios? - deve estar se perguntando o desconfiado leitor.

Volto então aos jornais, buscando elucidar a maneira pela qual muitos pacientes se relacionavam com os médicos, sem esquecer que o próprio termo usado para nomear aqueles que se consultavam com os doutores - "pacientes" - revela muito do caráter da relação estabelecida entre médico e doente. Se persarmos nos sinónimos mais comuns ao termo paciente, como por exemplo "resignado, conformado", ou "aquele que espera serenamente um resultado", ou ainda "aquele que recebe a ação praticada por um agente", temos uma imagem de um ser passivo, impossibilitado de transformar sua condição, de agir. Alguém que está sempre "reagindo", mas nunca "agindo". Ou seja, o termo pressupõe uma relação desigual, onde um lado forte determina o teor dos acontecimentos, um "sujeito agente" impõe o que deve ser, e o outro lado, fraco, apenas reage, responde ao primeiro, ou recebe a ação, como bom "sujeito paciente" que é. Roy Porter, em artigo aqui

citado, alertava para o conteúdo autoritário da relação médico/doente expresso no termo "paciente".(4)

Voltemos então às gazetas. Muito antes de cartas como as aqui citadas serem publicadas, e daqueles cirurgiões publicarem suas desavenças nos jornais, já é possível encontrar indicações da maneira pela qual pessoas provenientes dos mais diferentes setores sociais encaravam os médicos e suas prescrições. Em 1828, em um periódico "dedicado às senhoras brasileiras" - um pequeno jornal de circulação reduzida, dirigido a um público feminino - é publicado um longo texto que narra as desventuras de um homem às voltas com um tradicional tratamento médico da época, a sangria :

"Eu sinto que estou perfeitamente como as baratas, sem uma pinga de sangue pela caridosa teoria do meu facultativo assistente, cujo nome oculto e peço aos meus amigos, que não o publiquem, porque espero que a minha morte seja causa da sua conversão de sistema médico, e para que o futuro se esqueça das sanguessugas.(...) em consequência de uma constipação eu me vi entre um boião de canja de arroz, e uma infinidade de boiões de bichas, (...) este modo abreviador da vida humana.(...) Eu me evaporava dia a dia; (...) nunca esperei morrer assassinado por vermes; que muitas vezes esmaguei debaixo dos sapatos.(...) Enfim não sou médico; ignoro as causas que puseram em voga as bichas, e a canja; mas a experiência vai diminuindo a

4 - Cf. Aurelio Buarque de Holanda Ferreira. NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975; e Roy Porter, "The patient's View: doing medical history from below", em THEORY AND SOCIETY, vol.14, n.2, mar/1985.

povoação (...). Vou para a cova sem pinga de sangue, de maneira que se me quisessem dar uma sangria depois de morto para se conhecer se estou morto realmente, correrá na bacia canja de arroz cozido. Deus queira que eu seja o último assassinado pelo novo método de curar à ligeira pela álgebra de diminuir, ou de inanir; e para que ninguém caia no ópio, deixo estas reflexões sobre a minha sepultura.(...)" (5)

O texto, anônimo, estende-se por várias páginas, mantendo o humor trágico ao contar detalhes da vida daquele infeliz paciente, que afirma que teria vivido ainda muitos anos se tivesse seguido a "dieta bem regulada" indicada pelo Dicionário de Medicina (6), tomando "tônicos alimentícios de hora em hora". O uso de um dicionário como

5 - "Reflexões à boca da sepultura por um homem, vítima de 130 sanguessugas, e de 40 dias à canja de arroz" em O ESPELHO DIAMANTINO - periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas. N.8, 21 de janeiro de 1828.

6 - Os Dicionários de Medicina Popular eram livros escritos por médicos destinados a "traduzir" os termos científicos para leigos. Aqui, "medicina popular" é entendida como medicina alopática que pode ser realizada por pessoas comuns na ausência do médico. Os dicionários ensinavam regras básicas de primeiros socorros, e também remédios para várias doenças, mas não só isso. Alguns explicavam como realizar operações "que não admitiam demora", como por exemplo amputações ou hernias. Eram destinados principalmente às pessoas que viviam em localidades afastadas da Corte, que não tinham médicos. Ver, por exemplo, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, DICIONÁRIO DE MEDICINA POPULAR, Paris, 1890; e Theodord J.H.Langgard, DICIONÁRIO DE MEDICINA DOMÉSTICA E POPULAR, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1873.

esse pressupunha a possibilidade de se utilizar o conhecimento da medicina sem a obrigatoriedade da presença do médico. Dessa forma, mesmo sem o representante da ciência médica, ela estaria sendo exercida e divulgada. Mas, segundo o narrador, ele teria sido obrigado a aceitar as sanguessugas impostas pelos facultativos, mesmo não querendo submeter-se a tal procedimento; tentou demover seu médico da decisão de aplicar o "moderno receituário", chegando a implorar "pelas almas dos seus defuntos", mas não teve força suficiente para manter a sua própria vontade; não teve outra saída a não ser aceitar passivamente a imposição médica.

O poder do médico, porta - voz da ciência, aparece neste texto como uma imposição autoritária, que não leva em consideração os temores "ignorantes" de um paciente. Este, que resignou-se e chegou "em circunstâncias de dar aos amigos boas noites para sempre", vinha agora exprimir sua revolta contra a arbitrariedade médica, que havia insistido em um tratamento que, na opinião do doente, teria sido a verdadeira causa de seu estado mórbido, e era tão perigoso que ia "diminuindo a povoação". Se ele havia sido paciente e conformado durante o tratamento, tentava agora alertar as pessoas para o perigo que aquele método provocava, nas mãos de profissionais que não admitiam contestação às suas prescrições.

Um texto de ficção como esse, publicado em um respeitoso periódico, mostrando que vinha de longa data a maneira irônica de se falar sobre os médicos, indica que a desconfiança em relação à medicina existia reconhecidamente muito antes dos vexames publicados pelos colegas Magalhães e Monat. É o que aparece também

na comédia de Martins Pena de 1844 denominada "Os três médicos".
(7)

Esta peça narra o confronto entre diferentes medicinas - alopata, homeopatia e hidroterapia - através de três médicos que disputam a preferência de um paciente. O hidropata, dr. Aquoso, diz que poderia "salvar o gênero humano" com barris de água fria. "Banhos, clisteres, emplastos, tisanas, xaropes pedilúvios de água fria, e só de água fria, sem mais gredientes (sic) - há-de chuchar o doente hoje, e assim se salvará" - diz o médico. Já o dr. Miléssimo, homeopata, afirma que administrando alguns glóbulos ao paciente, seguindo os princípios da doutrina de Hahnemann que "triunfa por toda a parte", poderia exterminar a doença. Há ainda o dr. Cautério, alopata, que acredita que a cura só se daria através da sangria, e que entra na história "seguido de um moço que traz um grande vidro com bichas".

Enquanto os três médicos discutem, acusando-se de estúpidos e ignorantes, charlatães e assassinos, cada um defendendo seus métodos como infalíveis, chega a notícia de que o paciente em questão havia morrido. Os doutores então passam a discutir sobre a causa da morte, e o alopata é acusado de ser o responsável por ela. A discussão só termina quando o doente "ressuscita" : na verdade, ele só se fingira de morto, para tentar escapar de uma chantagem que vinha sofrendo. O chantagista, que se tratava com o homeopata, acaba morrendo (de verdade), e "salva" o doente que se fingia de morto, pois terminam as chantagens, que eram o real motivo de sua "doença". O homeopata é

7 - Martins Pena. COMÉDIAS. comp. por D. Damasceno e M. Figueiras, Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1968

assim responsável ao mesmo tempo por uma cura, e por uma morte: morre seu antigo paciente, que usava a homeopatia, mas o paciente que causara a disputa entre os médicos fica bom, em função desta morte.

O que a peça evidencia, entretanto, é que nenhuma das personagens cria cegamente em nenhum dos médicos; embora cada uma tivesse suas simpatias, ninguém tinha muita confiança naquelas terapias. A ironia da peça revela o quão arriscado era entregar-se aos cuidados de um ou de outro esculápio, e o quanto eles mesmos não tinham muita certeza do que faziam, realizando experimentos com seus pacientes. É explícita, também, a arrogância dos médicos, sempre acreditando que "poderiam salvar o gênero humano", apesar de todos os erros que cometiam, em sua ciência incerta e cheia de dificuldades. Tais atitudes da classe médica eram sabidas e publicamente divulgadas, tornando-se motivo de chacota ao longo de todo o século XIX, indicando que muitas pessoas que se divertiam com aquele tipo de humor - tanto as que o produziam, como as que tinham acesso à peça, e também aos textos de jornais - compartilhavam daquela sensação de descrédito em relação à classe médica.

A forma pela qual os diferentes grupos sociais criticavam os médicos podia realmente variar, pois um texto de ironia ou um desfile carnavalesco poderia gerar gargalhadas em alguns, e pânico em outros. Porém, sentimentos de medo e descrédito em relação aos médicos, por mais variados que fossem, manifestando-se em diferentes setores da sociedade, estavam presentes ao longo de todo o século XIX, vindo aliás de longa data, como foi visto no primeiro capítulo.

A preocupação dos médicos com os ataques que vinham sofrendo, ou mesmo com a forte presença do "charlatanismo" - o que notamos através do tom de tantas teses médicas que discutiam o tema - mostra que havia uma luta a ser travada pela classe médica na tentativa de obter legitimidade junto a diferentes pacientes. Em especial, junto às camadas iletradas, pouco propensas deixar de lado suas próprias tradições de cura em nome da ciência. Os doutores debatiam entre si quais seriam as melhores formas de agir, pensando na ineficácia das leis, em suas divergências internas, em questões relativas ao desenvolvimento da própria ciência. Mas os ataques sofridos não eram poucos, e em fins da década de oitenta as ironias e provocações não tinham diminuído. A própria imprensa, que muitas vezes parecia apoiar a jornada civilizatória empreendida por médicos, literatos, bacharéis em direito e outros intelectuais, não perdia também a oportunidade de publicar textos como este:

"O doente ao médico:

- Mas acha que eu me poderei salvar, doutor?

- Certamente. É uma cura infalível. Os autores mais notáveis provam com estatísticas, que nas condições em que você está, de cem escapa um...

- E então?

- Então, você completa o número de cem que tenho tratado, e os noventa e nove anteriores já morreram." (8)

8 - "Ecos de toda a parte", em O PAIZ, 25/1/1888, p.2.

Era comum, ao ler um jornal daquele período, deparar-se com piadinhas deste tipo. A seção "Ecos de toda parte", que parecia querer reproduzir o que mais se falava nos últimos dias, o fazia sempre de forma irônica, ridicularizando ao máximo temas polêmicos, ainda mais aqueles que se pretendiam sérios. Não era à toa que o tema dos erros médicos, dos absurdos cometidos por cirurgiões - que consideravam absolutamente normais seus procedimentos - fosse bastante explorado durante a exposição de horrores promovida pela dupla Magalhães - Monat. A naturalidade dos médicos em acusar seus colegas de assassinos, em afirmar que muitas vezes a morte de pacientes era resultado dos seus próprios procedimentos, como ocorreu bastante com aqueles cirurgiões ao narrarem seus erros mútuos, não passava despercebida pelos leitores.

O exagero das piadas, como essa que mostra um médico afirmando com a maior calma do mundo que a morte de noventa e nove pacientes era algo normal, e muito bom para comprovar um diagnóstico, mostra uma crítica em relação à postura de diversos médicos. Como representantes da ciência, portadores do remédio que conduziria a nação ao progresso, pareciam considerar as pessoas como meros objetos de pesquisa. Estas, sabendo do papel que lhes era oferecido nessa "experiência científica", respondiam da sua maneira, de acordo com os diferentes sentidos atribuídos à relação com os doutores pelos diferentes agentes sociais. A um leitor propenso a acreditar na força da ciência, essa piada pareceria uma simples brincadeira com os enganos dos doutores; já a outros grupos, que tendiam menos a aceitar essa ciência por estarem ligados a crenças e tradições próprias, podiam ver em piadas como essa um forte elemento de desconfiança em relação

à ciência. Fosse através do humor e das gargalhadas de alguns, ou do sentimento de medo ou raiva de outros, o fato é que pacientes de diversos setores sociais não conferiam aos esculápios a legitimidade por eles almejada.

E lá iam os esculápios de novo tentar limpar os seus nomes. Muitos outros médicos também sofriam acusações e ataques; embora o caso entre Magalhães e Monat tenha sido mais explorado por vários jornais, eles não eram exceções. No começo de fevereiro de 1888, quando ainda ferviam as disputas entre aqueles cirurgiões, um médico tenta se defender por ter sido responsabilizado pela morte de uma parturiente.⁽⁹⁾ Este médico, dr. Carolino de Lima Santos, que havia sido denunciado à polícia, critica as "gazetas diárias" que teriam logo comentado o caso por pura maldade, pois o conheciam bem e deveriam saber que ele era inocente. E afirma que a acusação era falsa, feita por "um bronco, um desconhecido, sem posição séria, (...) que procura ser falado à custa da reputação alheia". E completa:

"A notícia formulada a contento do leigo denunciante - alegando erro profissional e abandono da doente, proceder este raro entre os nossos médicos - (expõe-nos) cegamente à voracidade de muitos perros aí(...) A ciência (...), por duplo dever somos obrigados a defender, ainda que porventura alguma coisa custe a malquerança! (...). Daí resultou esse alarido da ignorância do vulgo, incitada pelos intempestivos comentários das gazetas - comentários fora inteiramente do bom-senso e muito mais da ciência; daí a necessidade de defender-

9 - "Guerra estúpida ao melhor proceder de um parteiro sobre uma já perdida parturiente". O PAIZ, 1/2/1888, p.2

se das petulâncias animadas do denunciante, cujos miolos não deixam de estar endurecidos! (...)”

O médico parecia estar realmente aborrecido. Afinal, a denúncia contra ele atingia a classe como um todo, que já andava tão exposta às acusações "desrespeitosas" vindas de todo lado. Num momento como esse, onde o ataque provinha de um "leigo", e não de dentro da própria corporação, as coisas eram bem diferentes. Em primeiro lugar, o médico parte para a defesa de seus colegas, deixando de lado tantas divergências internas, mostrando uma união dos esculápios contra ataques externos: "erro profissional" e "abandono de doente" seria um "proceder raro entre os nossos médicos", afirma o doutor, em pleno auge do "puxa-puxa Monat x Magalhães". Em nome da defesa da ciência, que deveria ser defendida acima de tudo, justificava o desprezo por reclamações de meros leigos. Aliás, num contexto de supervalorização da ciência como aquele encabeçado pelos médicos, "leigo" passava a ser sinónimo de "perro", cabeça-dura, "bronco", "sem posição séria", entre tantos outros adjetivos... Daí o aborrecimento, a revolta do dr. Carolino Santos, que se acreditava injustiçado por ter, além da dura missão de defender a ciência, que se desgastar em discussões com "petulantes" e "brutos" leigos. E desabafa:

"Realmente, assim... a que fica reduzido o médico à cabeceira do doente sem a liberdade regrada e não outra, imposta pela ciência e pelo dever? Temendo a cada passo as injustiças da imprensa diária, as denúncias dos capoeiras... que metem-se a brincar até com a vida dos enfermos, com as mais firmes reputações e quiçá com a própria polícia... (...) o médico que não tiver consciência de si, boa disposição (...) e

soberania bastante para nunca se afastar das regras da ciência e dos deveres do médico... com certeza oscilará; e o pior será se for um egoísta, um pobre materialista, um mero portador de receitas".(10)

O ponto de vista de muitos médicos é mais uma vez explicitado nesse relato do dr. Carolino Santos. Considerava-se encarregado de uma importantíssima missão, da imprescindível tarefa de conduzir o país à civilização através do progresso da ciência. Porém, o artigo desse médico traz mais informações do que isso. Mostra que o médico tinha muitas coisas com que se preocupar nessa jornada, que o atrapalhavam bastante, fazendo-o se sentir injustiçado. Por um lado, a "imprensa diária", que não perdia a oportunidade de criticar os erros médicos, das formas que encontrasse - e ele registra sua revolta contra tantos ataques severos que vinham sendo dirigidos aos doutores. Por outro, para piorar, a ignorância de "brutos" do povo, que vinham fazer acusações e denúncias contra eles - e é essa a parte que mais nos interessa neste momento, no qual busca-se ainda características da relação dos doentes com os médicos científicos.

Ao sofrer acusações de membros do "populacho" como alega ter sofrido, vindas até de "desclassificados" como os capoeiras, como era o caso ocorrido, aquele médico tenta se defender, e resolver seu problema, simplesmente explicitando seus preconceitos, desmerecendo ao máximo o que considerava "ignorância do vulgo". A denúncia de sua imperícia no caso da parturiente não deveria ser levada a sério, na sua opinião, pois tinha sido feita por um capoeira, um elemento

10 - idem, ibidem.

marginal, provavelmente envolvido com a polícia (11). Para o médico, se seus colegas se desviassem das "regras da ciência" e não suportassem tantas dificuldades da profissão, isso seria até justificável, afinal eram muitas as adversidades a enfrentar. Reconhece assim problemas no interior da classe médica, inclusive a difícil relação com a população mais pobre, problemas estes que poderiam fazer com que alguns médicos "oscilassem" nos seus deveres, tornando-se "egoístas" e "meros portadores de receitas". Isso porque, para o autor do artigo, a medicina era uma tarefa árdua, que exigia muita firmeza; não era para qualquer um.

Porém, todo esse discurso, desnudando preconceitos bastante arraigados contra grupos pobres e iletrados, e elevando a categoria médica a quase semi-deuses, tão difícil e importante era o seu papel, na tentativa de justificar os erros desse médico e de toda a sua classe, não resolvia a questão maior. Ainda que livrasse o dr. Carolino da polícia, não conseguiria trazer à corporação algo que ela tanto almejava : legitimidade junto a grande parte da população. Seu artigo deixou claro que membros da população pobre também tinham suas desavenças com os médicos, e com os tratamentos impostos - na história aqui narrada, um capoeira vinha denunciar um médico por erro profissional. O exacerbado preconceito com relação a camadas iletradas, por serem ignorantes em questões de ciência, ou não terem acesso ao conhecimento acadêmico - o que significava para o médico

11 - sobre capoeiras, ver Carlos Eugênio Libano Soares. A NEGREGADA INSTITUIÇÃO : OS CAPOEIRAS NO RIO DE JANEIRO, 1850-1890 - Dissertação de mestrado. IFCH/UNICAMP, 1993.

que tinham "miolos endurecidos"- deveria tornar-se maior pelo fato de que essas pessoas tinham suas próprias práticas e crenças, o que dificultava ainda mais a penetração da medicina científica no seu cotidiano.

Isso não significa que pacientes como esse capoeira, e a parturiente em questão, não procurassem os médicos, principalmente em situações mais graves, mas sim que esses grupos sociais, que não tinham na ciência sua única verdade, tinham restrições e desconfianças com relação aos médicos, recorrendo também a outras práticas de cura. Como vimos, havia uma desconfiança em relação aos médicos científicos bastante generalizada por diversos setores sociais, embora para os diferentes grupos essa desconfiança tivesse diferentes significados. Mas dizer que havia problemas e desconfianças não significa afirmar que aqueles não eram buscados em nenhuma situação. O que havia eram restrições, tentativas de se adiar a procura ao médico, resolvendo as doenças de outros modos.

Essas restrições aos doutores, expressas nas diversas maneiras pelas quais a classe médica era criticada, continuavam bastante fortes, apesar do longo texto de protesto do dr. Carolino. Por mais enfático que o médico tenha sido ao narrar os tortuosos sacrifícios enfrentados pelos seus colegas de profissão, tentando qualificar de injustas as acusações que vinham sofrendo do "vulgo" e das "gazetas diárias", não parece ter alterado muito a sua situação e a de sua classe, que continuava sendo atacada e desacreditada. Os jornais, por exemplo, mantinham suas críticas, e seu humor afiado. Alguns dias após a publicação do choroso texto do dr. Carolino Santos, lê-se no mesmo jornal:

" - Então como vai nosso doente? diz o médico a um amigo à entrada do quarto de um cliente.

- Foi-se 'agorinha' mesmo. Parece que, se o sr. doutor tivesse vindo há mais tempo, há mais tempo ele teria ido."(12)

Mais uma vez, o médico é desmerecido na seção de piadas daquele jornal. Como em outras tantas do mesmo gênero, o médico é sempre o maior vilão das histórias, cometendo erros terríveis que podiam causar a morte de pacientes (13), ou simplesmente apressando a morte do doente, como sugere o pequeno texto acima.

Mas, se os médicos eram tão desprezados; se muitas pessoas utilizavam todos os meios que conheciam antes de serem obrigadas a

12 - "Ecos de toda parte", em O PAIZ. 16/2/1888, p.2.

13 - Ver a sessão "Ecos de toda a parte" nos primeiros meses de 1888, como por exemplo no dia 22 de fevereiro:

"Um cirurgião novato acaba de amputar uma perna a um doente. Terminada a operação, o ajudante, que auxilia o operador noviço, ousa fazer uma observação, que desde o princípio lhe paira nos lábios :

- Perdão, doutor, parece-me que cortou a perna direita.

- Exatamente.

- Houve um pequeno engano: a perna esquerda e que está gangrenada."

recorrer à temida medicina, como foi afirmado, quais seriam esses recursos mais procurados? Nos próprios jornais encontramos alguns tratamentos alternativos à medicina oficial, que pareciam ser bastante buscados, como os remédios não científicos, por exemplo. Os mais variados elixires, xaropes, pós, licores, específicos, pomadas, pílulas, óleos e outras tantas misturas eram anunciadas havia anos. Sua permanência ao longo de toda a segunda metade do século XIX mostra sua larga utilização por diversas pessoas, que consumiam muitos produtos por conta própria, sem que houvesse necessariamente recomendação médica. É o caso do "Xarope do Bosque", remédio já bastante popular na década de 1850, que assim se anunciava :

"XAROPE DO BOSQUE - Para cura da tísica em todos os seus diferentes graus, quer motivado por constipações, tosse, asma, pleuriz, escarros de sangue, dor de costados e peito, palpitações no coração, coqueluche, bronquite, dor na garganta e todas as moléstias dos órgãos pulmonares. Vende-se na rua do hospício, n.40." (14)

Este xarope, que era anunciado com frequência, alegando ser eficaz na cura de variados sintomas - desde uma simples tosse até casos de palpitação no coração - permaneceu durante décadas nas páginas reservadas à publicidade dos jornais, sendo ainda encontrado na década de 1880. Como ele, os remédios para o peito abundavam, como o xarope "Xumby - Caena", o "mais enérgico específico para as

14 - JORNAL DO COMMERCIO, 30/7/1850.

moléstias pulmonares", conforme seu anúncio (15), ou o "Peitoral de Anacahuitã", derivado do "balsâmico suco" de uma árvore de mesmo nome, encontrada no México (16).

Os variados remédios existentes para o peito, naturais num país onde a tuberculose era tão presente (17), não eram os únicos encontrados nos anúncios. Ao contrário, havia remédios para as mais diferentes enfermidades. Para a pele, a "Salsa, caroba e sucupira branca"; para o estômago, a "Papaina Glicerizada"; contra a calvície, o "Vigor do Cabelo de Ayer"; contra a debilidade, o "Óleo de Testadus Mydus", ou o "Vinho Tônico Depurativo"; para combater o reumatismo, havia o "Linimento Anti-Reumático... (18) Não faltavam opções dos mais variados medicamentos. Muitos deles tinham a autorização da Junta de Higiene, e alguns anunciantes alegavam que os remédios haviam sido recomendados por médicos.(19)

15 - GAZETA DE NOTÍCIAS. 16/1/1888.

16 - GAZETA DE NOTÍCIAS. 6/1/1888.

17 - cf. Lilian de Amorim Fritsch, op. cit.

18 - ver as páginas de anúncios de O PAIZ, GAZETA DE NOTÍCIAS, JORNAL DO COMMERCIO E DIARIO DE NOTÍCIAS, entre outros.

19 - A questão dos pareceres da Junta de Higiene sobre os remédios não produzidos por farmacêuticos, como eram a maioria desses aqui citados - cuja comercialização sem autorização da Junta era proibida por lei - será trabalhada no capítulo 3.

Mas não eram só os remédios não científicos as opções de cura existentes, alternativas à medicina alopática. Muitos agentes de cura não só do corpo como também do espírito, como curandeiros, espíritas ou sonâmbulos (20), anunciavam-se livremente pelas páginas dos jornais, em fins da década de 1880, apesar de todo o alarido dos médicos tentando evitar tais fatos. É verdade que em fins da década de oitenta os anúncios de curandeiros não eram tão freqüentes quanto nas décadas de 50 e 60 do século XIX, mas isso não significava absolutamente que esses profissionais tivessem diminuído, ou desaparecido. A perseguição declarada contra eles a partir de 1888, relatada quase que diariamente na imprensa, mostra a preocupação das autoridades, da imprensa e dos médicos com a forte presença dos curandeiros no dia-a-dia de um número imenso de pessoas, que recorriam a eles com muita naturalidade. Tal preocupação é patente no caso deste artigo:

20 - Os "sonâmbulos" eram médiuns espíritas que exerciam a atividade de curas. Havia também anúncios de profissionais de jogos de azar, indiretamente relacionados à cura, como as cartomantes, cuja atividade também era proibida por lei. No dia 3 de janeiro de 1888, por exemplo, havia, na parte de propagandas da GAZETA DE NOTÍCIAS, um total de 9 anúncios de cartomantes, como os seguintes: "CARTOMANTE e quiromante. Mme Eloiza, a mais antiga e conhecida nestas ciências para qualquer descoberta: na rua da Assembléia n.57. sobrado." ; "CARTOMANTE - da consulta para descobertas de qualquer espécie, das 8 da manhã às 8 da noite; na rua de Santo Antonio n.23. 1o andar." Em GAZETA DE NOTÍCIAS, 3/1/1888, p.3.

"(...) números imensos de curandeiros espíritas e não espíritas, caboclos e não caboclos,(...) pululam na nossa capital vivendo à farta, à custa dos milhares de beócios que os procuram para que lhes extraiam os 'bichos do corpo', para que lhes enxotem o demônio que lhes cabriola no interior, para que lhes endireite as 'espinhelas caídas' e para que lhes curem as moléstias muitas vezes de caráter grave. Quantas e quantas mortes não têm causado esses 'milagrosos', com as suas ervas e garrafadas? Há muito tempo que se clama contra o abuso de tais especuladores. Clama-se, clama-se e ... continua-se a clamar. Morreu, há dias, na rua de S. Luiz Gonzaga, uma menina que fora tratada por um dos muitos curandeiros sabichões. Este fato fez com que o senhor ministro do Império deliberasse acabar com esses concorrentes dos senhores médicos." (21)

A leitura de diversos jornais do período indicava que uma verdadeira guerra estava declarada contra os curandeiros, como é visível neste artigo. A imprensa, que tanto espaço havia dado para os problemas dos médicos, criticando-os a ponto de alguns doutores julgarem-se injustiçados, aderiu também deliberadamente à cruzada anti-curandeirismo. Um combate que vinha sendo travado pelos médicos há bastante tempo, que contava com apoio de autoridades e outros membros de elite intelectualizada, mas que agora parecia ter se tornado mais explícito, e bem mais intenso, fazendo parte de um

21 - "Os curandeiros e o sr. Ministro do Império", em DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 de fevereiro de 1889.

contexto mais amplo de repressão a práticas e crenças presentes entre os populares (22).

Durante toda a segunda metade do XIX nunca havia sido tão abertamente declarado o ataque a esses agentes de cura. Afinal, se o prestígio dos médicos vinha crescendo junto às autoridades públicas e a setores da população, se a influência dos higienistas era maior no final da década de 1880, o combate aos "concorrentes dos senhores médicos" tinha mesmo que aumentar. Pois com todos os problemas no interior da classe médica, e toda a rejeição existente à medicina científica, se não se impedisse a liberdade de ação dos curandeiros, os médicos não conseguiriam obter a legitimidade de sua ciência junto a tantos "pacientes". Como mostrava o artigo, os curandeiros mais variados eram procurados em casos de "moléstias muitas vezes de caráter grave", por milhares de pessoas, que por preferirem esse tipo de medicina eram chamados de "beócios" - talvez, para o autor do texto do jornal, mais beócios por darem primazia aos concorrentes dos senhores médicos, do que por estarem se arriscando nas mãos dos "curandeiros sabichões".

22 - Sidney Chalhoub analisa o cerco repressivo às práticas de populares que se recusavam a aceitar a vacinação obrigatória, inserindo esses acontecimentos em uma discussão mais ampla sobre o aumento da repressão a esses grupos sociais e suas práticas autônomas nas últimas décadas do século XIX. Ver "Vacinophobia : medicina, tradição e protesto popular no Rio de Janeiro (1804 -1904)", op.cit.

As denúncias e acusações a curandeiros cresciam, espalhando-se por muitos jornais. Era comum encontrar-se, sob a chamada "Curandeiros" ou "Exercício Ilegal de Medicina", notificações do tipo :

"EXERCÍCIO ILEGAL DE MEDICINA - O Sr. Dr. Thomaz Delfino, 2o. delegado de polícia, enviou ontem ao sr. dr. inspetor geral da Higiene Pública, as provas documentais de que Ignácio Teixeira, morador à rua Larga de São Joaquim no.156, exerce ilegalmente a medicina, tendo ultimamente tratado, à rua senador Eusébio no. 137, de uma criança que veio a falecer. A autoridade policial iniciou o processo contra o curandeiro e multou-o em 100 \$."(23)

Ou, do mesmo género - apenas notificando - mas fornecendo mais detalhes :

"CURANDEIRO - Por ordem do Sr.Esteves, subdelegado da freguesia da Glória, foi preso Laurentino Inocência dos Santos, que tem casa de 'dar fortuna' e 'zungu' no lugar denominado 'Pendura Saia', no Cosme Velho, onde é conhecido como curandeiro. O sr.dr. chefe de polícia mandou tomar por termo as declarações de Laurentino e remeteu o respectivo auto ao sr. inspetor de higiene, para os fins devidos. Achavam-se na dita casa Antonio José da Rosa, Raymundo Luciano de Siqueira, Colatino Elydi, Emílio João da Silva, Alfredo Luiz Fernandes, Luiza e Rosa Maria da Conceição." (24)

23 - GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/6/1890.

24 - JORNAL DO COMMERCIO. 3/3/1890.

Notícias como estas, que começam a aparecer aos poucos na década de 1880, tornando-se cada vez mais comuns após 1888, mostram que a perseguição aos curandeiros vinha se intensificando, bem como os debates sobre a necessidade de legalização do exercício da medicina. Tais debates, como foi visto no primeiro capítulo, já estavam presentes pelo menos desde a década de 1840, embora mais restritos aos médicos; agora pareciam ter atingido um maior público. Com o advento da república, a discussão parecia tomar novo fôlego, visando a elaboração de um novo código penal.

Nesses anos de final do império e início da república, ficava claro que a pressão dos médicos contra medicinas concorrentes à sua, científica, tinha aumentado bastante, conquistando maior prestígio para os higienistas junto às autoridades. As duas notícias aqui transcritas indicam o poder da Higiene Pública no combate às práticas de medicina não permitidas por lei, trabalhando em conjunto com os delegados de polícia. Percebia-se um maior rigor na aplicação das leis, um maior número de delegados de higiene, espalhados por todos os lados fiscalizando, tendo maior influência política. Em ambos os casos aqui narrados, os delegados de polícia notificam os acontecimentos para os inspetores de higiene, para "os fins devidos".

Mas a imprensa nem sempre se restringia a apenas notificar a presença e as denúncias do envolvimento dos curandeiros com a polícia - aliás, quase nunca fazia só isso. Raramente deixava de dar sua opinião sobre aquelas pessoas misteriosas, nem que fosse sutilmente, como neste caso :

"Curandeiro - O Dr. Bernardino, 1o. delegado de polícia, abriu hoje inquérito com relação ao envenenamento praticado em João Rodrigues Bastos, pelo curandeiro de nome Tito. Compareceu à delegacia a família do finado entregando o dr. delegado diversos vidros contendo as drogas que foram aplicadas em Bastos pelo terrível curandeiro." (25)

Como neste caso, os jornais frequentemente emitiam seu parecer sobre aqueles agentes de cura, deixando bem claro de que lado estavam na guerra contra os concorrentes dos médicos. Os casos envolvendo curandeiros, quase sempre com notícias de vítimas e testemunhas, dificilmente traziam relatos desses envolvidos feitos por eles próprios. Era através da interpretação do autor dos artigos que se conhecia as histórias; a imprensa usava os seus meios para construir a imagem daqueles "terríveis curandeiros", declarando de forma bastante explícita seu apoio ao combate àqueles profissionais tão procurados pela população, segundo a própria imprensa. Havia casos em que o inspirado repórter deixava mais solta sua imaginação, e escrevia longos artigos sobre aquelas pessoas que lidavam ilegalmente com a cura. É o caso do longo texto publicado sob a chamada "A Feiticeira" :

"O sino da igreja da freguesia vibrou solene e triste, nas doze lentas pancadas da meia-noite. (...) Súbito apareceram uns vultos em uma esquina. E os vultos caminhavam pausadamente, como conspiradores de uma tragédia, ou

como almas de outro mundo. E os vultos cercaram-se de uma casa, obedecendo a um deles (...). O que se passava dentro daquela casa? (...) Lá está a rainha (...), uma rainha de 'sabbat', uma espécie de bruxa preta, com vistoso penacho de barretina de guarda nacional, tanga de penas de cores variegadas, e missangas que chocalham sobre o lustroso peito de ébano. Empunha ela, garbosamente,(...), um cetro ornado de fitas de todas as cores, desde o fúnebre preto até o mavórtico vermelho. Ao seu lado vê-se uma bandeira do Divino Espírito Santo, que, conjuntamente com a rainha, recebe as adorações de oitenta e seis fanáticos. Esses fiéis da rainha do 'cangerê' atiram-se lascivamente às danças mais extravagantes. Saltam, gincham, contorcem-se como epiléticos, e atiram-se de roldão aos pés da rainha (...). Há ali de tudo : homens, mulheres e crianças. E a rainha, (...) profere palavras cabalísticas e enigmáticas, em língua desconhecida. (...) É dia claro.(...) A rainha desce do seu trono e despede os fiéis. Mas à proporção que iam saindo daquela casa, caíam em poder dos sinistros vultos que os esperavam mudos e quietos lá fora. Foram todos levados à presença do subdelegado Teixeira da Costa, que dirigira aquela magnífica diligência. (...) A rainha chama-se Luiza. É negra como os mistérios que a preside no interior de seu templo de feitiçarias.(...) Com os fiéis foram apreendidos os seguintes objetos : o trono da bruxa, que é uma cadeira toda enfeitada; o cetro, que é um grosso pau tosco, ornado de milhares de fitas; três bandeiras, sendo uma delas do Divino Espírito Santo, e muitas bugigangas.(...) os 86 fiéis da feiticeira foram conduzidos à casa do subdelegado, de onde saíram em santa paz, depois de severa reprimenda(...) Quanto à feiticeira, que é também curandeira, vai assinar termo de bem viver.(...)" (26)

Esta longa história narrada na GAZETA DE NOTÍCIAS mostra que alguns jornais aderiam à luta contra as práticas ilegais de medicina não apenas em solidariedade aos médicos e outros grupos influentes, que defendiam fervorosamente a ciência. O tema era também uma boa forma de vender jornais, pois provavelmente atraía muitos leitores, não só pelo interesse natural por temas misteriosos, como porque havia uma grande parte da população envolvida diretamente com a questão - aqueles que procuravam os curandeiros, que vinham dos mais variados segmentos sociais. O fato de tantas histórias serem, como essa, tão romanceadas pelos jornalistas indica que o tema estava em alta; quanto mais histórias sobre curandeiros, espíritas, feiticeiras e bruxarias em geral, mais leitores.

Na história acima, envolta no início em um clima de mistério, vê-se os policiais - os "vultos" misteriosos que cercavam a casa - sensatos e corajosos levarem presos os participantes de um culto estranho, ameaçador, onde se diziam palavras "cabalísticas e enigmáticas". Os participantes do culto são "fanáticos", "lascivos", como "demônios", e ainda por cima praticam gestos "como epiléticos". Enfim, toda a descrição feita objetiva criar a imagem da personificação do mal nos praticantes de cultos estranhos a "intelectuais" - não por acaso, negros, pobres, ex-escravos. O diferente tinha que ser taxado de bárbaro, primitivo e perigoso, para que se justificasse sua perseguição, e que o maior número possível de pessoas sentisse que aqueles "seres malignos" representavam uma ameaça, apoiando a perseguição das autoridades. A superioridade da medicina científica ia sendo construída não só através do desenvolvimento daquela ciência. Era

preciso eliminar o diferente, concorrente perigoso e ameaçador que não poderia permanecer como obstáculo à "civilização e ao progresso".

Na descrição detalhada do culto, recheada de adjetivos agressivos e preconceituosos, o autor do texto acaba revelando também ao leitor elementos das práticas religiosas e de cura de milhares de habitantes do Rio de Janeiro do final do século XIX. O texto descreve alguns detalhes de um ritual de negros, que podem ser "peneirados" no meio do linguajar pejorativo usado, como por exemplo a presença de mulheres e crianças junto aos homens, a liderança de uma mulher, a presença da bandeira do Divino Espírito Santo católico no meio de ritos africanos. Descreve também o narrador do texto alguns objetos usados, como o trono e o cetro da rainha, os enfeites de penas, fitas e miçangas, e a ocorrência de danças e de dizeres em língua "desconhecida". Ainda que o jornalista que escreveu o texto tenha criado parte do que narrou, após obter informações sobre os objetos recolhidos pela polícia, e "completado" detalhes da história por sua própria conta⁽²⁷⁾, ainda assim o texto fornece várias pistas para que se possa perceber como era um ritual do qual tantos negros participavam.

O texto informa também que o acirrado combate que vinha sendo travado contra o curandeirismo começava a atingir alguns de

27 - Sidney Chalhoub, no livro *TRABALHO, LAR E BOTEQUIM*, alerta para o fato de que os jornalistas exageravam e faziam muito sensacionalismo ao narrar as notícias, para garantir mais leitores para o jornal: "(...) Lima Barreto conta como os jornalistas se empenhavam em inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal." Cf. Sidney Chalhoub, *op.cit.* pg.13.

seus objetivos repressivos, nesses primeiros anos de república. No caso da feiticeira e curandeira Luiza, embora não tenha sido presa, foi obrigada a assinar "termo de bem viver", o que significava que se comprometia a se sustentar exercendo alguma profissão "honestas", e, portanto, não mais aquela atividade. Quanto aos seus seguidores, apenas tiveram que ouvir um bom sermão do delegado, e foram liberados "em santa paz". A imprensa, porém, continuava em diversos artigos clamando por mais repressão, único meio visto por eles como capaz de acabar com os curandeiros, o que mostra que esses profissionais continuavam sendo muito procurados, ameaçando os médicos, mesmo com a repressão que se intensificava contra os primeiros.

Como esse, vários artigos eram publicados nos jornais trazendo histórias fantásticas sobre "maldosos" curandeiros e "pobres vítimas" que sofriam em suas mãos. É o caso da história publicada na GAZETA DE NOTÍCIAS no dia 28 de agosto de 1889, narrando a desgraça de uma mulher de nome Josefa, "de cor preta", e de sua filha de seis anos de idade.⁽²⁸⁾ O longo texto traz detalhes dramáticos e sensacionalistas do caso dessa mulher, que "trazia o terror estampado nas feições decompostas" após ter fugido da casa do curandeiro Fuão Breves, com quem tinha ido se consultar. De lá a mulher teria fugido "completamente louca", dizendo que "o Breves" queria matá-la. Ao longo do texto são descritos alguns procedimentos do curandeiro,

28 - "Exercício ilegal de Medicina - Mais uma vítima", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 28/8/1889, p.1.

como a imposição das mãos, "peculiar aos magnetizadores e feiticeiros", e o uso de palavras "enigmáticas" .

O artigo termina dizendo que aquela mulher era mais uma vítima "da credice e do charlatanismo audaz", como um bom número de pessoas, "infelizes vitimados pela cobiça de miseráveis". E conclui que tudo aquilo vinha ocorrendo por culpa dos poderes públicos, que cruzavam os braços frente à "exploração da ignorância" amplamente produzida pelo charlatanismo. O autor do texto vinha então exigir medidas repressivas contra tão "infame especulação".

Em muitos artigos de jornais como esse é possível perceber que as histórias sobre os curandeiros narravam também casos, invariavelmente trágicos, dos doentes que os procuravam - sempre através da voz do jornalista. Várias histórias narravam como pessoas desavisadas haviam procurado os curandeiros e sofrido sérias conseqüências, tornando-se vítimas daqueles "exploradores da ignorância do vulgo". A intenção era tentar passar a imagem de que também na opinião das pessoas que os consultavam, e não só na de médicos e jornalistas, os curandeiros deveriam ser combatidos, para que todos se convencessem do perigo que eles representavam. A imprensa pretendia desse modo acabar, a todo custo, com o prestígio dos curandeiros junto às pessoas que os procuravam, insistindo em que aquela prática de cura estava sendo abandonada. Essas "vítimas" eram logo descritas como pessoas pobres, facilmente enganáveis, em geral negras, escancarando mais uma vez o preconceito de muitos jornalistas e médicos contra as camadas pobres da população, que afirmavam que só pessoas ignorantes assim consultariam aqueles embusteiros - embora a própria imprensa reconhecesse com pesar, em alguns momentos, que

não só pobres e ignorantes, mas também pessoas "ilustradas" consultassem curandeiros.

Em um outro artigo(29), que acusa um curandeiro de nome Claro Dias de ser o responsável pela morte de uma "pobre mulher", por ter dado a ela substâncias tóxicas, afirma-se que toda a população da localidade havia se revoltado contra o curandeiro. A polícia, então, após as solicitações do povo, teria entrado em ação, investigando o caso. A revolta contra um curandeiro também aparece em um artigo que conta a história de um pai que perdera seu filho de seis anos, vítima de "uns pós" que teriam sido receitados pelo curandeiro Luiz Ramalho Cardoso (30). A criança, que sofria de vermes, teria sido levada pela mãe à presença do curandeiro, sofrendo "horribéis convulsões" após ingerir o remédio indicado, e vindo a falecer depois de cinco horas. O artigo dizia também que a autópsia do cadáver ainda não havia sido realizada, e que a polícia ignorava o que tinha determinado a morte, e portanto se o curandeiro era culpado.

Não houve, nos meses seguintes, nenhuma nova notícia sobre esses casos. Mas vários artigos transmitiam a informação de que muitas pessoas estavam contra os curandeiros, revoltando-se cada vez mais contra suas perigosas prescrições, e invariavelmente esses textos terminavam exigindo medidas repressivas das autoridades, que

29 - "Exercício Ilegal de Medicina", em GAZETA DE NOTÍCIAS. 23/6/1889, p.1.

30 - "Os Curandeiros - mais uma vítima", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/6/1889, p.2

deveriam exterminar aquela mácula da sociedade representada pelo curandeirismo.

Porém, nem sempre essa idéia de que as pessoas estavam se revoltando contra os curandeiros conseguia ir muito longe na própria imprensa. É o caso da acusação ao curandeiro "Firmo de tal", no jornal O PAIZ (31). O artigo começa reclamando das autoridades, que não incomodariam os curandeiros "nem mesmo com a imposição das penas irrisórias que o regulamento da junta estabelece", mostrando sua revolta com a falta de atitudes repressivas contra aqueles agentes de cura, por parte das autoridades do governo. Diz o autor do texto :

"(...) E enquanto alarga-se a indiferença de quem deve e pode opor barreiras aos assassinatos praticados por torpe especulação as vítimas dos curandeiros caem uma a uma à ação das drogas tóxicas que lhes são impingidas. Mas, dizer-se que a polícia e a junta de higiene não têm elementos de coerção para os criminosos nem é sério, nem aceitável,(...) a menos que o governo queira ser o primeiro a declarar franca a toda a gente a profissão de matar (...)".

Após criticar duramente a indiferença do governo perante a situação dos curandeiros, que eram como que liberados a exercer sua profissão, já que as autoridades se omitiam na aplicação das leis, o artigo prossegue, narrando o caso ocorrido com aquele curandeiro :

31 - "Vítima de um curandeiro", em O PAIZ, 25/2/1889, p.1.

"(...) Estamos informados que na rua Sara está estabelecido um desses curandeiros, Firmo de tal (...). O processo usado por ele é o conhecido pelos que exploram o mesmo ofício: beberagens de ervas e raízes (...). Donaria Maria de Jesus, moradora no sótão da casa no.17 àquela rua, iludida pelo tal curandeiro, entregou a seu tratamento um filho de 8 anos de idade, de cor parda e nome Manoel. A criança estava acometida de febre amarela e desde logo entrou a tomar os cozimentos que lhe dava o criminoso. (...) por vezes o menino rejeitou a medicação, pedindo súplice que não o matassem. Mas o criminoso continuava, (...) até que, manifestando-se os vômitos pretos, disse a Donaria que o enfermo estava mal e que ele ia chamar um carro para levar a criança a uma casa de saúde. E o carro apareceu horas depois, o carro da polícia, onde o pequeno foi metido à força pelo curandeiro, atirado como um animal no veículo só, pois que até a pobre mãe se proibiu de acompanhá-lo. E desde então vaga a pobre mulher de um lado para outro, interrogando ao curandeiro por seu filho, procurando a polícia sem ter quem lhe diga se ele é vivo ou morto.(...)."

O drama narrado nas páginas daquele jornal é retomado dois dias depois, quando se revela que , após uma busca por diversos hospitais, feita por ordem do mesmo jornal, descobrira-se que o menino Manoel havia falecido (32). O artigo acusa o curandeiro de criminoso, pois teria tornado mortal a enfermidade sofrida pelo menino com seu tratamento. Dedicou ainda alguns parágrafos a narrar as "horas de agonia da criança" e os suplícios de sua mãe, mostrando sua revolta contra o curandeiro, e seu arrependimento em tê-lo procurado.

32 - "Vítima de um curandeiro", em O PAIZ, 27/2/1889, p.1.

No dia seguinte, porém, um acontecimento curioso, pouco comum nas denúncias sobre curandeiros publicadas em jornais, vem acrescer-se ao caso da senhora Donaria de Jesus. Sob a mesma epígrafe - "Vítima de um curandeiro" - aparece a seguinte carta:

"Sob a epígrafe supra a ilustrada redação d'O PAIZ, em seu número de ontem, narra um fato absolutamente iludido por quem lhe forneceu informações. Se essa notícia não se referisse ao número da minha casa e se não me chamassem individualmente pelo nome próprio, eu cá não viria à imprensa, porque o fato foi noticiado com circunstâncias tão alheias à verdade, que não se parecem com o que se passou em minha casa. A verdade é a seguinte: uma parda a quem eu conhecia e conheço, porque trato de obter criadas do serviço doméstico para algumas pessoas (...), pediu-me para ficar em minha casa com dois filhos menores, enquanto arranjava um emprego. Acedi a esse pedido, porque em nada me perturbava fazer um benefício. Alguns dias depois apareceu doente um dos filhos da mesma parda, dizendo-me esta que era apenas uma constipação e que ia dar-lhe um sudorífico. (...) No dia seguinte, soube que o pequeno doente estava com vômitos.(...) Não encontrei o distinto Dr.Delegado da inspetoria de higiene, e já indo à polícia pedir guia para fazer a remoção do doente para o hospital, (...) alcancei. Em ato contínuo fez-se o transporte sem a mínima violência, no carro da polícia, como poderá ser atestado pelo respectivo cocheiro.(...) No dia seguinte a referida parda saiu de casa dizendo que ia para onde estava o filho. (...) Procedi como era meu dever; não dei remédio algum ao doente, porque não sou médico e muito menos curandeiro. É possível que a referida parda ficasse zangada por eu mandar o filho para o hospital, e daí as queixas e lamentações e invenções próprias de gente de certa qualidade; mas estou tranqüilo em minha consciência e

lamento que a imprensa se faça eco de acusações infundadas e injustas e que ofendem." (33)

O texto acima transcrito é assinado por Firmo Lopes Rodrigues, que afirmava residir no endereço atribuído pelo jornal à Donaria de Jesus. A maioria das informações trazidas nesta carta de Firmo Lopes Rodrigues nega a melosa história narrada pelo jornal, sobre a ingênua parda e o cruel curandeiro. Todos os exageros relacionados à construção daquelas caricatas personagens ficam relativizados com as novas informações publicadas, levando a crer que mais um jornalista havia dado asas à sua imaginação ao narrar uma história da qual deveria saber pouca coisa.

Isso tudo, porém, não significa que a versão de Firmo fosse totalmente fiel aos acontecimentos. O que se pode perceber com clareza é que a sua maior preocupação era negar que fosse curandeiro, o que ele faz narrando uma conduta que seria considerada impecável pela Inspetoria de Higiene. Essa conduta tão correta, chamando imediatamente o delegado de higiene mais próximo, e mesmo a polícia devido à ausência do primeiro, era muito pouco comum nos hábitos cotidianos das pessoas, que desconfiavam muito das atitudes impostas pelos membros da higiene, e evitavam enviar seus parentes aos hospitais, com medo de não voltar a vê-los. Aliás, pode-se dizer que era um consenso no século XIX o pavor dos hospitais, considerados "depósitos de doentes", pois até mesmo em relatos médicos

33 - O PAIZ, 28/2/1889, p.2.

encontramos descrições de que os hospitais eram muito precários.(34)
O mais comum seria acontecer o mesmo que Firmo diz ter ocorrido com a mãe do menino, que ficara zangada por seu filho ter sido mandado para o hospital.

Mas talvez Firmo tenha mesmo mandado o menino ao hospital, afinal de contas ele diz que mal conhecia mãe e filho. Além disso, mostra também que considerava pessoas como aquelas, "de certa qualidade", isto é, de cor "parda" e pobres - as únicas "qualidades" que são fornecidas ao leitor - dadas a "invenções próprias, queixas e lamentações". Dá para perceber que ele não era muito simpático às pessoas com as quais trabalhava. E, fosse curandeiro ou não, estava bem informado dos perigos que estavam correndo os praticantes daquela atividade, fazendo questão de tornar pública sua defesa,

34 - Muitos eram os relatos indicando essa repulsa das pessoas aos hospitais. Como exemplo, há o romance GABRIELA ENVENENADA OU A PROVIDÊNCIA, de João Vicente Martins (Rio de Janeiro, 1874), que se baseia em acontecimentos reais. Trata-se do caso da morte de uma menina de dez anos que se tratava com um médico homeopata, caso que gera uma grande disputa entre homeopatas e alopatas. Na narração da história, há uma passagem que mostra o desespero do pai da menina ao chegar em casa e ver que queriam levar sua filha a um hospital - o que ele proíbe drasticamente, dizendo que hospitais eram locais onde se ia para morrer. Quanto à afirmação de que os hospitais eram "depósitos de doentes", ver Licurgo S. Filho, op. cit., vol 2, p.15. O autor mostra também descrições dos médicos sobre a precariedade das escolas de medicina e dos hospitais, e analisa as próprias condições insatisfatórias do ensino médico no país, principalmente até a década de 1880.

mostrando que estava apoiando as medidas de higienização que vinham sendo impostas.

O senhor Firmo Lopes Rodrigues devia saber que não eram poucas as medidas que vinham sendo tomadas para eliminar quem fosse suspeito de curandeirismo, conforme aparecia com frequência nos jornais, como foi o caso de um certo senhor Pedro Bombardó. Esse homem foi chamado de curandeiro por um jornal, que em 1889, dizia que estavam sendo tomadas medidas "no sentido de reprimir" curandeiros como ele (35). Até aí, nenhuma novidade; esta parecia ser mais uma denúncia entre tantas que se fazia nos principais jornais do período. No ano anterior, porém, outro jornal havia publicado uma longa carta de agradecimento, no estilo daquelas endereçadas a médicos famosos, dirigida ao "ilustre botânico" Pedro Bombardó (36). Na carta a pessoa dizia ter sofrido durante doze anos de uma terrível moléstia, tendo sido salva pelo "prodigioso emprego de substâncias vegetais" efetuado pelo sr. Bombardó.

A atitude do sr Bombardó, descrita na carta - independente de ser esta carta realmente um agradecimento ou uma propaganda enviada pelo próprio botânico-curandeiro - não causou maiores repercussões, não parecia ter sido denunciada à polícia como exercício ilegal da medicina. No ano seguinte, Bombardó já aparece como criminoso, que necessitava ser reprimido. Casos como este e o de Firmo

35 - "Exercício ilegal de Medicina", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/2/1889.

36 - O PAIZ, 26/1/1888, p.1.

Rodrigues mostram que houve um grande aumento ao combate de tudo que aparecesse como concorrente dos médicos no fim da década de 1880, havendo mesmo uma mudança na forma de considerar o que era ou não charlatanismo. Pelo que foi visto aqui, nesta ampla categoria havia espaço suficiente para tudo. Bastava ser diferente da medicina tradicional, realizar tratamentos com ervas e raízes, e pronto, já entrava para a lista dos perversos e assassinos charlatães, pessoas que ameaçavam a sociedade, e que deveriam ser combatidas duramente. Quanto mais forte fosse a imagem de que esses curandeiros eram cruéis e desumanos, maior seria o respaldo das autoridades para reprimí-los.

Mas por mais que a imprensa insistisse em divulgar esta opinião de que os curandeiros deveriam ser destruídos, cobrando sempre mais repressão por parte das autoridades, isso ainda não era uma unanimidade na Corte no fim do século XIX, nem mesmo entre doutores. É o que fica claro no artigo publicado no JORNAL DO COMMERCIO sob a conhecida chamada "Curandeiros"(37). O texto conta a história de um homem que estava preso e que tinha sido examinado por um médico, o dr. Silvado, morrendo logo depois. E diz :

"(...) Se o doutor Silvado, em vez de diplomado fosse curandeiro, 'médico espontâneo', onde estaria a estas horas? Onde iria parar? O que diriam dele as folhas? - Quanto é bom possuir um privilégio, um monopólio!... Quem será o responsável pela morte de um homem que expirou na polícia

37 - JORNAL DO COMMERCIO, 6/3/1890, p.3.

ao abandono, (...) depois de ter sido medicado por um médico diplomado? Esperemos...justiça dos homens!..."

O texto é assinado pelo Dr. Miguel Vieira Ferreira, que não fornece mais do que seu nome como dado sobre sua pessoa. O que ele faz, entretanto, mostrando-se indignado com o que via acontecer com a questão da medicina, parece ser a impressão mais natural a se esperar de quem acompanhasse todos aqueles fatos, ou lesse as páginas deste texto. Isto é : lia-se todo dia nos jornais denúncias de erros no tratamento de pessoas doentes, e muitas mortes causadas por estes erros, fossem eles cometidos por médicos diplomados ou por simples curandeiros. Porém, só um lado estava sendo perseguido e combatido, e outro continuava a agir impunemente. Como cidadão, o dr.Ferreira tinha mesmo que se revoltar; independente de ser ele adepto ou não de curandeiros, era a saúde e a vida das pessoas que estava em questão. Ameaçadas por médicos ou curandeiros, o que preocupava o dr. Ferreira era o perigo que muitas pessoas estavam correndo, ao qual as autoridades pareciam se preocupar pela metade. Assim, ficava claro que o governo - agora republicano - vinha realizando toda aquela perseguição, alegando tantas vezes agir em defesa do pobre e indefeso povo que se arriscava, para que o exercício da medicina fosse monopólio dos médicos, afirmando que só a medicina científica cuidaria da saúde da população com absoluta segurança, como se os seus médicos não cometessem falhas e erros.

Uma boa mostra de que não havia um acordo na questão do estabelecimento de um monopólio da arte de curar é a discussão ocorrida sobre a legalização do exercício da medicina, que estendeu-se

por vários setores da sociedade, mostrando que as atitudes repressivas pregadas pelas autoridades estavam longe de serem unanimemente aceitas. Havia até mesmo médicos que discordavam da repressão que os higienistas impunham, como o dr. Venâncio da Silva :

"EXERCÍCIO DA MEDICINA - Médico e portanto interessado em tudo quanto se refere à minha profissão, protesto contra qualquer medida repressiva à prática dos curandeiros. É um atentado à liberdade individual, é ofensiva à dignidade médica, abate ou põe em dúvida o prestígio da ciência, é anti-republicana e finalmente inexecutável."(38)

No ano de 1890, com o início do governo republicano, muitas discussões surgem envolvendo o tema da liberdade, que deveria ser a marca do novo regime, segundo se lia em vários jornais. Era preciso afastar práticas e hábitos herdados da monarquia, agora considerados ultrapassados. Para mostrar-se de acordo com o ideal republicano, o médico acima citado sente necessidade de se manifestar publicamente, discorrendo sobre o tema de sua especialidade. Afirmando-se um homem que acompanhava as mudanças de seu tempo, identificado com valores igualitários que acreditava virem junto com a nascente república, declara-se contra "qualquer medida repressiva à prática dos curandeiros", pois no seu modo de ver essa perseguição abalava o prestígio da própria ciência. A dignidade dos médicos seria abalada, segundo o dr. Venâncio da Silva, se para conseguirem consolidar sua profissão tivessem que reprimir seus concorrentes, como se a medicina

38 - GAZETA DE NOTÍCIAS, 19/3/1890, p.3.

científica não fosse capaz, através da própria ciência, de se estabelecer como confiável.

Embora fosse raro encontrar nas gazetas médicos como o dr. Venâncio, que se posicionavam contra a repressão ao curandeirismo, isso não era absolutamente impossível. Foi o que apareceu no caso do curandeiro Breves, de Niterói, provavelmente o mesmo acusado alguns meses depois de tentar matar e conseguir deixar louca uma mulher de nome Josefa, caso narrado há poucas páginas. No artigo publicado em abril de 1889, conta-se que o curandeiro Breves tinha à sua porta "uma tabuleta com um enfático 'Dr' seguido de um nome", o que significava que havia um médico, cujo nome o jornal não revela, que apoiava o curandeiro, mostrando-se aliado de Breves em suas atividades. "(...) trata-se realmente de um médico que autoriza com o seu nome a exploração praticada por aquele curandeiro", dizia o artigo, que considerava um absurdo que um doutor médico concordasse com aquela atividade, e ainda trabalhasse em conjunto com as ervas e beberagens aplicadas pelos curandeiros.

A discussão sobre a liberdade do exercício da medicina estava mesmo muito presente naqueles anos, principalmente no final da década de 1880, aparecendo com frequência debates sobre o tema nas gazetas - até mesmo entre os médicos, que às vezes se manifestavam nos jornais sobre a questão, como foi visto nesses dois últimos casos. O debate era sempre recorrente, como no caso de um artigo publicado no jornal O PAIZ no início de 1889 (39). Tendo como questão central de seu texto a noção de liberdade, a qual propunha-se a defender

39 - "Exercício da medicina", em O PAIZ, 2/3/1889, p.3

acima de tudo, o autor passa a discorrer sobre o curandeirismo, que na sua opinião vinha sofrendo um "ataque triunfante". Manifesta, então, sua posição sobre aquilo :

"(...) A lei não deve proibir que qualquer indivíduo exerça a medicina ou qualquer outra profissão sem ser médico formado ou diplomado, toda a vez que essa pessoa não se apresente como tendo títulos que não tenha. (Já existe lei que proíbe usar-se de qualquer título que não se tenha).(...)"

Para o autor do texto, assim como não se proibia a qualquer homem, mesmo não diplomado em leis, que redigisse para si ou para outra pessoa uma defesa; assim como a lei não perseguia uma só pessoa porque o povo a consultasse sobre seus negócios mais do que a qualquer advogado; assim como não se exigia diploma para que os jornalistas exercessem sua profissão, também não deveria ser exigido diploma a quem exercesse a arte de curar. O autor do artigo não considerava os curandeiros perigosos como vinha se afirmando com tanta insistência. Para ele, a imprensa envenenava e prejudicava muito mais do que todos os curandeiros.

A questão do monopólio do exercício da medicina pelos médicos diplomados, e da repressão aos curandeiros foi muito discutida também pelos membros do Centro Positivista do Brasil (40), que

40 - O Centro Positivista do Brasil era um núcleo de pessoas reunidas com o objetivo comum de propagar a "religião da humanidade" fundada por Augusto Comte, segundo publicação divulgada pelo próprio centro. Ver A LIBERDADE

mostraram-se bastante preocupados com o assunto. Em 1887 o Centro distribuía uma publicação sobre o exercício da medicina, esclarecendo suas posições com relação ao tema. O autor do texto, Miguel Lemos, o então presidente do Centro Positivista do Brasil, dizia que tinha sido motivado a escrever sobre aquele assunto devido a uma recente perseguição legal ocorrida "contra um cidadão por exercer a função médica sem possuir um diploma oficial". Ao longo de todo o texto, o autor coloca-se contra aquele tipo de perseguição, representando a posição dos positivistas brasileiros.

Para os positivistas, não estava na "alçada do poder civil" conceder o exercício de curar a quem quer que fosse. Independente do valor dos meios terapêuticos utilizados pelos curandeiros, que não estavam em discussão, o que realmente incomodava os positivistas era o monopólio do exercício da medicina que havia sido concedido aos médicos, fato que os membros do Centro eram totalmente contra. Isso porque, para eles, nem os membros do governo nem ninguém teria condições de avaliar a capacidade moral dos médicos, não podendo assim serem os indivíduos obrigados a confiarem naqueles profissionais. A confiança das pessoas, que segundo o texto não era depositada nos médicos, pois elas preferiam entregar-se a pessoas "cuja prática confiam" a procurar os médicos, não seria conquistada através dos privilégios concedidos aos doutores.

Essas pessoas não deviam ser combatidas, ainda segundo o presidente do Centro Positivista, pois era muito importante para a cura

ESPIRITUAL E O EXERCÍCIO DA MEDICINA, distribuição gratuita do Centro Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, travessa do Ouvidor no.7, 1887.

dos doentes a sua confiança nos tratamentos - os médicos haviam se esquecido da "influência do moral sobre o físico". O governo deveria deixar livre o exercício da profissão médica, pois o charlatanismo só seria evitado através da moralização e da instrução das classes iletradas, e não com a imposição de novas leis ou com o aumento da repressão, o que na opinião de Lemos só "agravava os males ao invés de atenuá-los". Além disso, o autor dizia que o governo não deveria privilegiar "nenhuma das classes teóricas" como vinha fazendo com a classe médica, pois isso agravava a fragmentação do conhecimento, razão da desordem em que se encontrava a sociedade, e razão também do atraso em que se achava o academicismo, e a ciência médica. Os médicos, que no parecer do positivista não eram capazes de concordar plenamente sobre nenhuma questão, deveriam ser libertados daquele "vicioso monopólio", para que sua ciência progredisse. Diz ainda Miguel Lemos :

"(...) É pela autoridade de sua palavra, é pela sua conduta e pelo seu devotamento que um verdadeiro médico conseguirá substituir-se aos curandeiros quaisquer. Longe de repelir os resultados da medicação empírica, da qual nasceu, como não há duvidar, a arte médica, ele deverá, pelo contrário, apropriar-se todos os que se acharem devidamente confirmados pela experiência.(...) Sem estar mais adiantados que os médicos fetíchicos, pretos ou chineses, os nossos modernos doutores, se considerarmos apenas os resultados, são bem inferiores aos seus primitivos confrades, que sabem sinceramente fazer partilhar aos seus doentes a confiança que eles têm nos meios que empregam. (...)" (41)

41 - idem, p.13.

Ao esclarecer a maneira pela qual encaravam os agentes de cura não científicos, a leitura das posições positivistas sobre o exercício da medicina traz muitos elementos para a compreensão do que representavam as práticas de cura não oficiais para grande parte da população carioca em fins do século XIX. A afirmação de que muitas pessoas não confiavam nos médicos, e que recorriam muito mais aos seus curandeiros conhecidos, deixa de ser uma suposição da autora deste texto após tantas denúncias sobre a presença daqueles agentes de cura, e confirma-se no reconhecimento dessa situação presente em textos dos próprios contemporâneos. Como afirma a publicação dos positivistas, os médicos não tinham legitimidade junto diverso e variados setores da população - em especial junto aos grupos iletrados - e toda a repressão pregada não tinha outro objetivo senão o de obter para os médicos o prestígio que ainda não tinham, através do estabelecimento da sua exclusividade no exercício da profissão.

Os positivistas, indo contra o monopólio da ciência médica pelos doutores diplomados, deveriam ter lá seus motivos, que iam além de apenas uma aparente simpatia pelos curandeiros, defendendo os princípios de sua doutrina. Ao atacar os privilégios dos médicos, visavam liberdade para o acesso e desenvolvimento da ciência. Acreditavam eles que as academias embaraçavam o desenvolvimento científico, o que atrapalharia a divulgação do positivismo, baseado no progresso da ciência. Por isso, recusavam-se a exercer funções acadêmicas em faculdades e escolas superiores, como também a participar de associações científicas ou literárias. Exigiam que o desenvolvimento da ciência fosse livre, desvinculado de qualquer

entidade. Assim, combatiam a restrição da medicina aos acadêmicos, pregando a liberdade da arte de curar - fornecendo, dessa maneira, elementos sobre a relação de muitos pacientes com as medicinas naquele período.

Esta posição é bastante explicitada em um artigo publicado por um médico positivista em um jornal, já no início do período republicano.⁽⁴²⁾ Retomando muitos dos pontos trabalhados na publicação do Centro Positivista de 1887, o longo artigo acrescenta que o monopólio médico não poderia continuar ocorrendo no governo republicano, pois era contrário aos princípios de liberdade daquele regime. Continua defendendo os curandeiros, e atacando os médicos :

"(...) A ciência deve impor-se pela demonstração, e perde sua dignidade tornando-se suspeita, quando quer impor-se pela força.(...) A pretexto de saúde pública, o verdadeiro fim da guerra aos curandeiros é afastar a concorrência para melhorar a situação material dos médicos, embaraçada pelo seu número excessivo.(...) Não há curandeiro que não possa contar boas curas, assim como não há doutor, por mais ilustre que seja, que não tenha de confessar cruéis reveses.(...) A perseguição aos curandeiros não afastará sua concorrência, pois não haverá lei nenhuma capaz de impedir os cidadãos, mesmo os ricos e letrados, e até médicos, de procurarem seus conselhos.(...) A saúde pública nada lucra com essa perseguição, crescendo que mais perigoso que o livre exercício da medicina é armar com diplomas indivíduos incompetentes como muitas vezes tem acontecido. (...)"

42 - Dr.Joaquim Bagueira. "O exercício da medicina", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 28/2/1890, p.2.

Como pode-se perceber, havia vozes dissonantes entre os próprios contemporâneos na questão do combate ao charlatanismo. A desconfiança nos doutores, aqui chamados de "incompetentes", fica explícita no trecho acima transcrito. Afinal, se a medicina praticada pelos médicos oficiais era tão superior à curanderia, como tantos deles apregoavam, não fazia sentido aquela perseguição toda. Se tal guerra vinha ocorrendo, era porque os concorrentes ameaçavam os doutores - concluía o positivista, observando porém que, na sua opinião, nenhuma lei impediria os cidadãos de consultarem os curandeiros, portanto os médicos deveriam buscar outra maneira de "melhorar sua situação material".

Mas uma discussão tão polêmica como esta não se encerraria tão facilmente. Os positivistas, assim como duramente atacaram os médicos, foram da mesma forma contra-atacados. No caso do texto do médico positivista aqui transcrito, publicado na GAZETA DE NOTÍCIAS, a resposta foi imediata. Alguns dias depois, lia-se na seção dedicada às sátiras dos temas mais importantes, após a retomada do final do artigo do médico, inclusive de seu nome :

"Já não há charlatães, nem curandeiros,
velhacos, da ignorância exploradores;
Espíritas não há, nem feiticeiros, há só doutores.
Exige a religião da humanidade,
Essa que manda, entre as doutrinas raras,
Como eterno princípio da verdade, viver às claras.
Que mate quem quiser o seu doente,
Podendo prescindir do boticário.
Que morra o academismo, e cresça, e aumente o obituário.

Um bom princípio do positivismo :
Em medicina a gente o nariz meta,
Que esta história de ciência e academismo
É tudo peta. (...)
Tal como existe o delinqüente nato
Na medicina há o médico espontâneo, eis a verdade.
E sobre ela ninguém dúvida tenha!
Haja plena liberdade, E viva a Penha!" (43)

O texto acima reproduzido vinha cair diretamente sobre o artigo do dr. Joaquim Bagueira, "2o.cirurgião do exército nacional, membro do Apostolado Positivista do Brasil desde 1881, n. em Itabapoana a 9/8/1859", como ele havia se identificado. A ortografia do texto do médico publicado no jornal era bem particular, a qual ele denominava "ortografia positivista", bastante diferente da escrita da época - daí a ironia do tal Pedro Malazarte, que se identificara como "membro do Apostolado Ortogrativista". O autor do poema mostrava que considerava simplesmente ridículas as proposições do positivista, como se não necessitassem serem levadas a sério. Deixava claro, assim, sua posição contrária aos curandeiros e a quem mais "metesse o nariz" nos assuntos de medicina, defendendo que só os doutores poderiam exercê-la. Ao explicitar sua discordância total das opiniões positivistas, desnuda também um exacerbado preconceito com relação a práticas populares, ironizando com o seu "viva a Penha" costumes e tradições

43 - " Fanfreluches", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 1/3/1890, p.1. Assinado por " Pedro Malazarte, poeta nas horas vagas, membro do Apostolado Ortogrativista desde que começou a chupar na mamadeira, n. em S. Gonçalo, no tempo das goiabas, 50 anos depois do João Velhinho."

pesentes entre grupos de pobres e negros, que seriam adeptos dos curandeiros e participariam das festas e comemorações realizadas naquele bairro. Além disso, associa a procura a curandeiros membros daquelas camadas sociais. Dessa forma, mantinha aberto o debate sobre a complicada questão do exercício da arte de curar.

Toda a cotrovertida discussão em torno do combate aos curandeiros mostrava, além do desfilar de posições combatentes entre si, o quanto esses profissionais eram poderosos, influentes junto às pessoas - não só negros e pobres, como sugeria o autor do texto acima, mas também "pessoas dotadas de ilustração", para usar o termo comum aos artigos de jornais. Uma questão tão debatida, tão presente naqueles anos como essa não escapou à apreciação de um grande intérprete da sociedade brasileira do período, Machado de Assis (44). Em crônicas escritas em 1888 e 1889, publicadas na Gazeta de Notícias sempre após a chamada "Bons Dias!", Machado constrói o narrador Policarpo, um ex-relojoeiro que comenta as diversas transformações que vinham acontecendo naquela agitada conjuntura. A questão da perseguição aos curandeiros é, entre tantas outras, tematizada por Policarpo, que

44 - Sidney Chalhoub mostra, através de uma minuciosa análise do romance HELENA, o quanto de explicitação e crítica da ideologia de dominação senhorial do Império há na obra de Machado de Assis, considerado também por vários outros autores como um crítico profundo da realidade brasileira do Segundo Reinado. Ver A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS DE MACHADO DE ASSIS : UMA INTERPRETAÇÃO DE HELENA. Primeira Versão n.33, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991.

narra os fatos sempre através de posições ambíguas (45). É o que fica claro na crônica publicada em 29 de agosto de 1889, que transcrevo abaixo :

"Bons Dias!

Hão de fazer-me justiça, ainda os meus mais ferrenhos inimigos: é que não sou curandeiro, eu não tenho parente curandeiro, não conheço curandeiro, e nunca vi cara, fotografia ou relíquia, sequer, de curandeiro. Quando adoeço não é de espinhela caída, - coisa que podia aconselhar-me a curanderia; é sempre de moléstias latinas ou gregas. Estou na regra; pago impostos, sou jurado, não me podem arguir a menor quebra de dever público.

Sou obrigado a dizer tudo isso, como uma profissão de fé, porque acabo de ler o relatório médico acerca das drogas achadas em casa do curandeiro Tobias. Saiu hoje; é um bonito documento. Falo também porque outras muitas coisas me estimulam a falar, como dizia o curandeiro-mor, mal das vinhas chamado, que já lá está no outro mundo. Falo ainda, porque nunca vi tanto curandeiro apanhado, - o que prova que a indústria é lucrativa.

45 - Isso ocorre porque Policarpo, que agora se tornara escritor, tentava aproximar-se das opiniões de grupos letrados, como os literatos e os médicos, apoiando suas posições civilizatórias e seus projetos de conduzir a nação ao progresso. Porém, por mais que tentasse essa aproximação, a posição social do ex-relojeiro fazia com que ele não concordasse inteiramente com muitas dessas propostas e atitudes das elites, estranhando-as, por mais que não ousasse combatê-las. Uma interpretação detalhada da construção desta personagem narradora por Machado de Assis, e dos movimentos de Policarpo com relação ao tema do carnaval está em Leonardo Pereira, op. cit., capítulo 3.

Pelo relatório se vê que Tobias é um tanto Monsieur Jourdain, que falava em prosa sem o saber. Tobias curava em línguas clássicas. Aplicava, por exemplo, solanum argentum, certa erva, que não vem com outro nome; possuía umas cinquenta gramas de aristolochia appendiculata, que dava aos clientes; é a raiz de mil-homens. Tinha, porém, umas bugigangas curiosas, esporões de galo, pés de galinha secos, medalhas, pólvora e até um chicote feito de rabo de raia, que eu li rabo de saia, coisa que me espantou, porque estava, estou, e morrerei na crença de que rabo de saia é simples metáfora. Vi depois que era rabo de raia. Chicote para quê?

Tudo isto, e ainda mais, foi apanhado ao Tobias, no que fizeram muito bem, e oxalá se apanhem as bugigangas e drogas aos demais curandeiros, e se punam estes, como manda a lei.

A minha questão é outra, e tem duas faces.

A primeira face é toda de veneração; punamos o curandeiro, mas não nos esqueçamos que a curanderia foi a célula da medicina. Os primeiros doentes que houve no mundo, ou morreram ou ficaram bons. Interveio depois o curandeiro, com algumas observações rudimentárias, aplicou ervas, que é o que havia à mão, e ajudava a sarar ou morrer o doente. Daí vieram andando, até que apareceu o médico. Darwin explica por modo análogo a presença do homem na terra. Eu tenho um sobrinho, estudante de medicina, a quem digo sempre que o curandeiro é o pai de Hipócrates, e sendo o meu sobrinho filho de Hipócrates, o curandeiro é avô do meu sobrinho; e descubro agora que vem a ser meu tio - fato que neguei a princípio. Também não borro o que lá está. Vamos à segunda face.

A segunda é que o espiritismo não é menos curanderia que a outra, e é mais grave, porque se o curandeiro deixa os seus clientes estropiados e dispépticos, o espírita deixa-os simplesmente doidos. O espiritismo é uma fábrica de idiotas e alienados, que não pode subsistir. Não há

muitos dias deram notícia as nossas folhas de um brasileiro que, fora daqui, em Lisboa, foi recolhido em Rilhafoles, levado pela mão do espiritismo.

Mas não é preciso que dêem entrada solene nos hospícios. O simples fato de engolir aqueles rabos de raia, pés de galinha, raiz de mil-homens e outras drogas vira o espírito, embora a pessoa continue a andar na rua, a pagar as contas, e até a não pagá-las, que é o meio de parecer ajuizado. Substancialmente é homem perdido. Quando eles me vêm contar uns ditos de Samuel e Jesus Cristo, sublinhados de filosofia de armarinho, para dar na perfeição sucessiva das almas, segundo estas mesmas relatam a quem as quer ouvir, palavra que me dá vontade de chamar a polícia e um carro.

Os espíritas que me lerem hão de rir-se de mim, porque é balda certa de todo maníaco lastimar a ignorância dos outros. Eu, legislador, mandava fechar todas as igrejas dessa religião, pegava dos religionários e fazia-os purgar espiritualmente de todas as suas doutrinas, depois, dava-lhes uma aposentadoria razoável.

Boas Noites." (46)

Policarpo começa a crônica esforçando-se para provar seu distanciamento de práticas não cultas ou como o curandeirismo: ele diz estar "na regra", isto é, de acordo com as pessoas "civilizadas" e "de bem"; logo, não tem nenhuma relação afetiva ou de parentesco com curandeiros, nem sofre de doenças chulas da ralé, só de males "latinos

46 - Machado de Assis, "Bons Dias!", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 29 de agosto de 1889, APUD John Gledson (org.), BONS DIAS!, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 1990, p.213.

ou gregos", que deveriam ser tratados por médicos. Um curandeiro podia aconselhar sobre coisas simples como "espinhela caída", mas não sobre doenças sérias - pelo menos na opinião de pessoas bem conceituadas, entre as quais o narrador pretendia enquadrar-se.

Mas após essa introdução toda, Policarpo confessa que sentia-se obrigado a dizer tudo aquilo, "como uma profissão de fé", mostrando que as afirmações anteriores soavam um tanto quanto forçadas até mesmo para ele. Afinal, havia achado "bonito" o "documento" sobre o curandeiro Tobias, então sentira-se na obrigação de praticamente jurar que não tinha proximidade com aquele tipo de prática de cura. Se precisava quase jurar, indicava que não seria nada incomum para ele consultar-se com curandeiros.

O relojoeiro sabia que não deveria valorizar tais atividades, se quisesse estar afinado com as opiniões dos importantes homens do período; a todo momento, porém, deixa transparecer que não as considerava tão bárbaras e perigosas assim. No quarto parágrafo, diz que é totalmente favorável à punição dos curandeiros, "como manda a lei" dos higienistas; logo em seguida, entretanto, mostra que reconhece um valor à curanderia, "a célula da medicina". Policarpo afirma a origem comum da medicina e do curandeirismo, como haviam feito os positivistas.

Ainda nesse caminho de valorizar aquilo que tinha se esforçado por maldizer, o narrador acaba afirmando seu "parentesco" com curandeiros, o que havia negado no primeiro parágrafo. Reconhece a contradição do texto, mas diz que não vai corrigir - "também não borro o que está lá" - isto é, não vai negar sua proximidade com o curandeirismo.

Por mais que o tom debochado da crônica possa sugerir uma desatenção do narrador, o autor deste personagem sabia exatamente o que estava fazendo. Através das atitudes de Policarpo, um ex-relojoeiro que tenta acompanhar o movimento de modernização do país em direção à ordem e ao progresso, mas que estranha os novos hábitos e atitudes pregadas pelos higienistas, Machado mostra o quanto de arbítrio e autoritarismo havia nas atitudes informadas por aquelas autoridades, que tentavam impor seus padrões e valores científicos como norma, passando por cima de tradições e hábitos há muito arraigados em vários grupos sociais, como foi visto ao longo de todo este capítulo.

Quanto ao espiritismo, não é outro o procedimento de Machado. Por mais que suspeitemos que o autor não suportava os curandeiros pretensamente científicos - os espíritas - mais uma vez é preciso ter cuidado e não confundir autor com narrador. Policarpo afirma considerar o espiritismo "uma fábrica de idiotas e alienados", que não deveria subsistir. Tal opinião era digna de um homem ilustrado que estivesse de acordo com a ideologia higienista em fins da década de 1880.

Mas...não era preciso dar "entrada solene nos hospícios", ou, em outras palavras, não era preciso exagerar na repressão aos adeptos deste ou daquele culto, ou aos diferentes agentes de cura. Policarpo nunca vira "tanto curandeiro apanhado", ou seja, a repressão deveria estar impressionando o relojoeiro. Por mais que fossem idiotas ou irritantes, para Policarpo não era necessário destruí-los: ele até os aposentaria, mas com "uma aposentadoria razoável", isto é, o narrador estranhava

aquela perseguição generalizada, mostrando que, na sua opinião, mereciam ao menos algum reconhecimento.

Machado de Assis realiza, através do estranhamento de Policarpo, uma severa crítica às atitudes repressivas dos higienistas, que taxavam o diferente de inferior, bárbaro ou atrasado para justificar sua dominação, e para garantirem sua posição, afastando a ameaça daquela "lucrativa indústria" - se tinham lucro é porque eram muito procurados; se o eram, ameaçavam a classe médica, que ainda não tinha conseguido conquistar a confiança das pessoas em seus tratamentos.

Toda a repressão ainda não tinha conseguido exterminar a "classe interessante" dos curandeiros, segundo Policarpo, pois "por um curandeiro aniquilado, escapam quatro e cinco". Além disso, confirmando o que haviam dito os positivistas, era dos curandeiros o "governo da multidão" (47), por mais que tantos tentassem negar.

O movimento realizado por Policarpo, negando e acusando os curandeiros de modo semelhante ao dos higienistas, e em seguida reconhecendo seu valor, criticando também a classe médica, é muito semelhante ao movimento da própria imprensa ao longo de todo o período aqui trabalhado. Em muitos artigos e publicações, mostra-se a favor da guerra aos curandeiros, denunciando suas práticas, cobrando

47 - idem, em GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de junho de 1889, APUD John Gledson, op.cit., p.194.

cada vez mais repressão, dando apoio aos "senhores médicos", publicando suas palavras. Ao mesmo tempo, porém, critica duramente a classe dos doutores, principalmente através de suas ironias e piadas, mas também ao ceder espaço para críticas de particulares àqueles profissionais, como foi visto aqui no caso da denúncia ao dr. Silvado, ou na publicação do texto do positivista dr. Bagueira, por exemplo. Vemos assim, tanto no estranhamento de Policarpo quanto nos movimentos dos diversos jornais, as rupturas e contradições do discurso aparentemente articulado de ataque a curandeiros.

A mesma imprensa que forneceu tantas críticas à livre atividade dos curandeiros, apoiando as atitudes "civilizatórias" dos higienistas, defendendo com ardor a ciência e seus porta-vozes, ofereceu também muitos elementos para que se percebesse o quanto os médicos eram criticados, desacreditados e mesmo evitados - especialmente por grupos que tinham suas próprias práticas de cura.

Convém agora analisar mais de perto a tão citada "política higienista", tantas vezes classificada neste texto de repressora e normatizadora; faz-se necessário, então, trazer à tona outras fontes, para uma visão mais completa daquela política. Para que a higiene possa ser compreendida por dentro, no que diz respeito ao exercício ilegal da medicina, outras fontes passam a ser buscadas, além dos jornais. Vamos ao terceiro capítulo.

Capítulo 3

A Higiene e as Artes de Cura no Império

"Com efeito, um dia de manhã, estando a passear na chácara, pendurou-se-me uma idéia no trapézio que eu tinha no cérebro. (...) Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anri-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para este resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. (...)"

(Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Bras Cubas*, São Paulo: Ática, 1985, p 14)

Ao longo de todo o Segundo Reinado, intelectuais médicos brasileiros empenharam-se para conseguir maior prestígio e influência junto às autoridades do governo imperial. Como foi visto no primeiro capítulo, foi crescente a preocupação dos administradores do Rio, na segunda metade do século XIX, com questões de salubridade, na tentativa de combater as epidemias e embelezar a cidade, superando o "atraso colonial". E neste contexto, os médicos higienistas passaram a ter um importante papel, com o surgimento na década de 1850 da Junta Central de Higiene Pública (1), órgão criado pelo governo para ser o consultor sobre questões de saúde pública .

Tais questões de saúde pública estavam cada vez mais na ordem do dia, já que entre os políticos e governantes daquele período estava bastante presente a noção de que havia um caminho de "civilização" e "aperfeiçoamento moral" a ser buscado, o qual só seria atingido através da solução dos problemas de higiene pública (2). E, naquele contexto, ninguém melhor que os detentores do conhecimento científico, da técnica - principalmente médicos - para indicar os caminhos a serem seguidos na administração do país.

Porém, como também já foi visto aqui, as autoridades enfrentavam sérios problemas na implantação das medidas indicadas pelos higienistas. Por mais rigorosas que fossem as prescrições dos agentes da higiene, elas eram frequentemente barradas por questões

1 - Em 1886 o órgão passou a se chamar Inspetoria Geral de Higiene.

2 - Estas noções estão analisadas no capítulo 1.

que escapavam ao seu controle, ligadas muitas vezes a hábitos e crenças há muito arraigados em diferentes grupos sociais.

Dentre os diversos problemas de saúde pública enfrentados pela Junta de Higiene, havia a delicada questão da "prática ilegal de medicina", uma pedra no meio do caminho dos higienistas. A questão era complicada não apenas por representar uma ameaça à medicina científica, bastante desacreditada, ainda que de maneiras e graus diferentes, perante os mais variados pacientes - tanto ricos quanto pobres, leitores de jornais ou ex-escravos analfabetos. As medicinas alternativas à medicina oficial, batizadas todas igualmente de "charlatanismo" pelos doutores, além de ameaçarem o sustento dos "senhores médicos", constituíam também um empecilho para as autoridades higienistas, limitando o alcance de suas prescrições.

A ampla categoria utilizada por médicos científicos para denominar seus concorrentes - "charlatanismo" - incluía desde curandeiros e espíritas até homeopatas e boticários. O tratamento dispensado aos diferentes agentes de cura, entretanto, variava de acordo com a situação. Sabemos que os curandeiros, por exemplo, nunca foram bem vistos pelos higienistas, havendo mesmo uma perseguição generalizada a eles no final da década de 1880. Algumas denúncias encontradas nos jornais, como foi visto no segundo capítulo, mostravam que a Higiene era bastante rigorosa nas suas prescrições, trabalhando em conjunto com delegados de polícia na

tentativa de acabar com os "números imensos de curandeiros" que "pululavam na capital" (3)

Em documentos internos da Junta de Higiene(4), encontrava-se o mesmo tipo de recomendação quando o assunto era curandeirismo, como no caso do curandeiro Luiz Ramalho Cardoso, em 1889 - o mesmo que apareceu no capítulo anterior. O delegado de Higiene da freguesia de Campo Grande levou ao inspetor geral de Higiene a seguinte denúncia :

" Tenho a honra de comunicar à V.Exa. que hoje procurou-me o sr. Feliciano Antonio de Abreu, morador no lugar denominado Tiréré, desta freguesia, para referir o seguinte fato que se dera em sua residência anteontem às quatro horas da tarde: tendo sua mulher desconfiança que um seu filho, de seis anos de idade, continha em si vermes, procurara o curandeiro de nome Luiz Ramalho Cardoso e pedira-lhe que desse um remédio para aquele mal ao que anuindo o tal curandeiro lhe fornecera dois papelinhos contendo um medicamento que sendo dado o de um deles ao dito filho às quatro horas da tarde, às nove da noite

3 - "Os curandeiros e o sr. Ministro do Império", em DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 de fevereiro de 1889, citado na nota 21 do capítulo 2 p. 85. Ver também "Exercício ilegal de Medicina", em GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/6/1890, e "Curandeiro", em JORNAL DO COMMERCIO, 3/3/1890 (notas 23 e 24 do capítulo 2) p. 87.

4 - Refiro-me aos seguintes documentos: IS1-26 a IS1-78 - Requerimentos sobre assuntos referentes à saúde pública, de 1850 a 1890, classificados pelo primeiro nome. No Arquivo Nacional. E Atas da Junta Central de Higiene Pública, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

estava ele morto, tendo sido a morte precedida de fortes convulsões. (...)” (5)

O delegado de higiene da freguesia de Campo Grande envia também ao inspetor geral um dos "ditos papelinhos" com um pouco do medicamento fornecido ao menino, para que fosse feita a análise de laboratório do conteúdo do mesmo, sugerindo que se tratava de "santonina" (6). Além dessas, há a informação de que a sepultura onde estava "inumado" o cadáver da vítima estava "assinalada", aguardando as próximas deliberações a serem seguidas.

Ao que tudo indica, pelos documentos existentes sobre o caso, a sepultura continuou apenas "assinalada", isto é, não havia informação alguma de que o corpo tivesse passado por uma autópsia (7). Portanto,

5 - IS1-26, de 21/6/1889. Arquivo Nacional.

6 - Segundo Theodoro J. H. Langgaard, no DICIONÁRIO DE MEDICINA DOMÉSTICA E POPULAR, Rio de Janeiro, 1873, "santonina é um excelente vermífugo, que se aplica na dose de 1 a 4 grãos, segundo a idade do doente; prescreve-se em pós ou feito em pastilhas.(...) Em geral não se pode considerar a santonina como um remédio inocente; a sua aplicação exige sempre alguma cautela, não se devendo dar em dose mui alta, pois ataca as urinas, e altera a vista, enxergando o doente todos os objetos amarelos."

7 - Isso não significa que a Inspetoria de Higiene não tenha querido realizar a autópsia. É bastante possível que a família não tenha permitido que se mexesse no corpo, ainda que os médicos quisessem autopsiá-lo. Isso porque essa prática não era bem aceita no século XIX, em função das atitudes variadas existentes diante da morte. Sobre esse assunto, ver João José Reis, A MORTE É UMA

não existia confirmação de que a causa da morte fosse mesmo a ingestão do medicamento fornecido pelo curandeiro. Mas o inspetor de Higiene deve ter julgado que já tinha evidências suficientes. Dirige-se, então, ao ministro do Império, enviando a cópia do ofício do delegado de Higiene da freguesia de Campo Grande, e um ofício declarando que realizara-se a análise de laboratório do conteúdo do tal "papelinho" (embora seu resultado não estivesse entre os documentos):

"Tenho a honra de passar, por cópia, às mãos de V.Exa. afim de que se digne providenciar como entender em sua alta sabedoria, o ofício do dr. delegado de higiene da freguesia de Campo Grande, comunicando o falecimento de um menino, filho de Feliciano Antonio de Abreu, cinco horas depois de haver tomado um medicamento receitado pelo curandeiro Luiz Ramalho Cardoso, tendo sido a morte precedida de fortes convulsões." (8)

Não há, na documentação sobre o caso, nada que indique qual foi a atitude tomada pelo ministro, se é que alguma atitude foi tomada. Mas a documentação existente é mais que suficiente para que se

FESTA : RITOS FÚNEBRES E REVOLTA POPULAR NO BRASIL DO SÉCULO XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991; e Peter Linebaugh, "The Tyburn Riot against the surgeons", op. cit. Ver também o romance já aqui citado GABRIELLA ENVENENADA OU A PROVIDÊNCIA, de João Vicente Martins (1874), que, ao narrar as acusações mútuas entre alopatas e homeopatas sobre a causa da morte da menina, revela a aversão dos pais à realização de uma autópsia.

8 - IS1-26, Arquivo Nacional, op. cit.

perceba a posição da Higiene em relação ao curandeiro. Apesar de sugerir respeitosamente ao ministro que agisse como entendesse em "sua alta sabedoria", o inspetor afirmava que o menino havia morrido após tomar a medicação indicada pelo curandeiro, mesmo sem dizer o que continha exatamente o remédio, e sem a confirmação da autópsia.

Ou seja, praticamente indicava a culpa do curandeiro ao ministro, que deveria estar bem propenso a aceitar o parecer técnico do doutor.

É claro que o curandeiro poderia mesmo ter causado a morte do menino com seus "papelinhos" . Mas também poderia não tê-la causado, isto é, não há provas suficientes para nenhuma das opções na documentação encontrada. O que há, claramente, é uma explicitação de que para a Higiene, pessoas do tipo de Luiz Ramalho eram culpadas até que se provasse o contrário.

Mas não era só com os curandeiros que as autoridades higienistas agiam dessa maneira. Várias outras atividades, igualmente como prática ilegal de medicina, também eram alvo da suspeição e do rigor da Higiene Pública. Casos provenientes de todo o país eram noticiados pelos agentes da Higiene aos superiores da Inspetoria na Corte, aguardando seus pareceres e ordens. Tais casos eram muito variados, e a Inspetoria fazia o máximo para conseguir que suas prescrições fossem seguidas, denunciando às autoridades executivas tudo que considerasse perigoso.

Foi o que ocorreu com diversos médicos estrangeiros que vieram exercer a profissão no Brasil. Provavelmente atraídos pela falta de

médicos no país, muitos doutores vieram trabalhar aqui ainda na primeira metade do século XIX; nas últimas décadas do Império, entretanto, o cerco a eles foi se fechando. A Higiene vigiava de perto os doutores vindos de fora, inclusive os que já estavam instalados havia tempo. Mas convencer as autoridades do Império a concordar com suas sugestões de órgão consultivo, foi algo um pouco mais demorado.

Os médicos estrangeiros que vinham exercer a medicina no Império, segundo o Regulamento da Junta de Higiene de 1851, deveriam passar por um exame de suficiência nas Faculdades de Medicina do Brasil, para que seus diplomas fossem legalizados, e pudessem assim serem inscritos em um livro de matrículas da Junta. Só após esta inscrição estariam habilitados a exercer a profissão no Império. Havia, porém, algumas exceções previstas na lei. Aqueles médicos que tivessem alguma obra científica publicada, ou que mostrassem terem sido professores em universidades estrangeiras, não necessitariam de "qualquer outra formalidade" para serem inscritos no livro de matrículas.⁽⁹⁾

Alguns anos mais tarde, entretanto, a Junta de Higiene começou a se preocupar com essa exceção do regulamento, que na opinião de alguns de seus membros estava se tornando a regra. Isto é, muitos médicos estrangeiros estariam alegando a exceção prevista no regulamento, sem que tivessem realmente direito a ela, exercendo ilegalmente a medicina, segundo o entender da Junta. Assim, os higienistas passaram a fiscalizar cada vez mais de perto os médicos

9 - ver Regulamento de 29 de setembro de 1851, capítulo IV, artigos 26, 27, 28 e 29. Biblioteca Nacional.

formados em escolas de medicina estrangeiras, e a exigir providências dos ministros do Império sobre as irregularidades que encontravam.

O caso do médico estrangeiro Alexandre Bousquet mostra bem a atuação da Junta nesses casos, revelando também as diferenças entre as prescrições do órgão da Higiene e as atitudes tomadas pelo Ministério do Império. Em 1874 é reiniciada uma investigação sobre o médico francês, que já exercia a profissão no Brasil há 20 anos, autorizado pelo governo. Após duas outras tentativas, em 1866 e 1869, de impedir Bousquet de continuar a exercer a medicina, a Junta de Higiene vinha novamente sugerir enfaticamente ao Ministério a cassação do médico.

O inspetor da Higiene questionava a validade da autorização concedida a Bousquet, acusando-o de não possuir o diploma que alegara, embora fosse autor de uma obra sobre o cólera-morbus, podendo assim se enquadrar na exceção prevista no Regulamento e não submeter-se a exame de suficiência. A acusação da Junta baseava-se em investigações feitas na província do Paraná, onde o médico dizia ter se matriculado em 1858. Segundo o órgão da Higiene, não havia nem sinal do livro de matrículas com o nome de Bousquet. A partir disso, concluiu o inspetor de Higiene que Alexandre Bousquet teria tido "a coragem de iludir o governo com documentos falsos". E acrescenta outra acusação ao estrangeiro:

"(...) Com efeito, não se compreende como em 1866 ele se desse como médico pela Universidade da Suíça, (...) quando

dos papéis agora apresentados se vê que ele registrou em 1858 ser médico por Montpellier.(...) " (10)

Para o inspetor, não havia dúvidas de que se tratava de um charlatão. Em primeiro lugar, porque em suas investigações o higienista não havia encontrado o livro com a inscrição de Bousquet, e como mesmo assim o médico não reapresentava seu diploma, alegando tê-lo perdido, concluiu-se que ele havia "iludido o governo com documentos falsos". Além disso, ao juntar as diversas declarações fornecidas por Bousquet nas várias investigações, o higienista encontrara informações contraditórias : o médico teria declarado ser formado pela Universidade da Suíça, após ter afirmado ser diplomado em Montpellier.

Assim, o inspetor de Higiene vinha sugerir ao novo ministro, o senhor José Bento Figueiredo, que "procedesse contra Bousquet na forma da lei"(11). Para reforçar seu argumento, o higienista dizia que o ministro anterior, sr. João Alfredo Oliveira, havia concordado com o parecer da Junta, anulando a dispensa anteriormente concedida por ele mesmo a Bousquet.

Trocando em miúdos, a situação era a seguinte: A Junta vinha tentando cassar o médico, mandando os resultados de suas investigações ao Ministério do Império, desde 1866. Quando finalmente consegue que o ministro concorde com suas prescrições,

10 - correspondência do inspetor de higiene ao Ministro Secretário d'Estado dos Negócios do Império, José Bento da Cunha Figueiredo. IS1-27, Arquivo Nacional.

11 - idem, ibidem.

acreditando ter provado que Bousquet nem médico era ... ocorre uma troca de ministros, e todo o trabalho da Junta tem que recomeçar. O novo ministro, porém, não parece dar muita importância ao parecer do incansável higienista. Na enorme documentação existente sobre o caso, havia provas suficientes, na opinião do ministro, da honestidade e integridade profissional de Bousquet, que desde 1865 vinha exercendo diversos cargos no Corpo de Saúde do Exército, tendo contratos com os ministérios da Guerra e da Marinha.

Todas as alegações feitas pelo higienista, que citou diversas leis para mostrar que Bousquet não poderia ser liberado só por ter servido como cirurgião do exército, já que sua matrícula nunca teria estado regular, foram ignoradas pelo ministro. Para o sr. Figueiredo, a Junta estava errada. E assim definiu o caso :

" Alexandre Bousquet, que se diz doutor em medicina sem declarar o lugar de sua formatura, nem apresentar o respectivo diploma, pede licença para exercer a medicina no Império independente de exame de suficiência. Apresenta documentos provando sua conduta e os serviços que tem prestado. (...) prestou serviços importantíssimos na Guerra do Paraguai, e nas províncias do Paraná e de São Paulo, tendo sido sempre elogiado.(...) Tem muitos outros serviços, como se vê de uma relação junta em primeiro lugar ao seu requerimento. Parece ser de equidade, senão de justiça, deferir-se favoravelmente o pedido do suplicante.(...) O governo fica autorizado para conceder carta de

naturalização ao súdito francês Alexandre Bousquet, médico ao serviço do Brasil na guerra contra o Paraguai." (12)

O ministro Figueiredo pode ter se sensibilizado com o currículo apresentado pelo médico, ou ter pensado em evitar atritos com as autoridades militares, ou mesmo ter discordado da Junta apenas para mostrar o quanto era poderoso. Mas, de fato, Bousquet apresentara um currículo exemplar, mesmo sem explicar a questão de seu diploma: vinte e quatro documentos atestando suas nomeações como médico do exército e médico do município de Paranaguá, além de diversas homenagens recebidas e cartas que asseguravam sua competência e integridade. Havia também destaque para seu trabalho como vacinador e seu espírito filantrópico, pois durante a epidemia de varíola Bousquet teria atendido gratuitamente muitas pessoas pobres, chegando a receber o título de "médico dos pobres" pelo governo imperial.

Talvez fosse justamente por isso que a Junta insistia tanto em tirar a licença desse médico, isto é, o grande prestígio, a fama de "médico dos pobres" reconhecida até mesmo pelo governo imperial, de um médico diferente, sem ligações com a Academia de Medicina ou com os higienistas. Nesse sentido, era tão perigoso como um curandeiro, devendo, no modo de entender da Higiene, ser enquadrado na categoria "charlatão", e combatido.

12 - em 16 de julho de 1874, pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo. IS1-27, Arquivo Nacional.

Contudo, mais uma vez a Junta de Higiene via seus conselhos serem ignorados pelas autoridades superiores, que fizeram, neste caso, exatamente o contrário do que sugeriu o higienista, liberando o médico. E fizeram mais do que isso. Talvez pensando como Bousquet, que afirmara estar sendo perseguido pela Junta(13), e não concordando com tal perseguição, o ministro não só livrou o médico do exame de suficiência, como autorizou sua naturalização. Por mais que a Junta tivesse investigado, juntado provas, interpretado as leis como julgava ser o mais correto, quem decidia em última instância era o Ministério do Império, até mesmo sobre questões de "prática ilegal de medicina". Isso em plena década de 1870, já contando o órgão com bons 20 anos de existência.

Se as determinações do ministério seguissem os conselhos do órgão de Higiene , como muitas vezes acontecia, ótimo para os higienistas, que viam crescer seu poder junto ao governo imperial. Mas ainda havia muito que se lutar, na década de 1870, para que esses

13 - A junta de Higiene não desistiu do caso, voltando a insistir na questão um ano mais tarde, em 1875. Há uma longa carta de Bousquet, escrita na mesma época em que a Junta retoma o caso, endereçada ao ministro. Nesta carta, o médico conta sua história, os longos serviços prestados ao país, alegando honestidade e honra, e dizendo não entender porque a Junta resolveu perseguí-lo, tentando "arrancar violentamente os meios de sustentar honestamente (sua) numerosa família, depois de velho, e de mais de vinte anos de clínica nesse país." Carta de Alexandre Bousquet de 12 de julho de 1875. Não há qualquer documento posterior que indique a continuidade do caso. IS1-27, Arquivo Nacional.

médicos da Higiene consolidassem seu prestígio junto às autoridades, conseguindo que sua influência aumentasse nas decisões sobre a cidade e a vida de seus habitantes.

O caso de Alexandre Bousquet não foi o único caso de médico estrangeiro perseguido pela Junta de Higiene. Diversos outros estrangeiros passaram por isso, e na década de 1880 a perseguição só aumentou. É possível que essa postura com relação aos estrangeiros tenha crescido devido ao aumento do número profissionais formados pelas faculdades de medicina do Rio e da Bahia. Se a concorrência dos médicos estrangeiros fosse evitada, a classe médica nacional teria maior espaço de atuação. Como no caso dos curandeiros, era necessário eliminar o diferente para garantir a supremacia dos médicos ligados à Academia e à Junta, isto é, aos núcleos de poder da corporação médica.

Na década de 1880, as avaliações dos higienistas não diminuíram em rigor e insistência, marcando com muita perseverança os médicos estrangeiros. Tanto é que todos os casos de doutores formados fora do Brasil que estavam em situação irregular ou duvidosa, encontrados nesse período, não conseguiram autorização do governo para o exercício da medicina. Pelo menos nesses casos de prática ilegal de medicina, a Junta de Higiene superou suas desavenças com o Ministério do Império, conseguindo que as autoridades seguissem seus conselhos.

Foi assim com o francês Francisco Leon Arnand, em 1881 que alegava ser formado pela Universidade de Paris, e pedia

"licença para exercer a profissão de facultativo e abrir uma botica homeopática na vila de Alenquer, província do Pará, onde reside, ou em qualquer outro ponto.(...)" (14)

Após ouvir o parecer da Junta, contrário à concessão de licença ao francês, o governo negou o pedido a Arnand. Alegou-se que o suplicante não podia ser atendido porque, segundo o regulamento da Junta de 1851, o exercício da medicina e da farmácia não poderiam ser exercidos ao mesmo tempo. De fato, o artigo 39 do regulamento dizia que nenhum facultativo poderia preparar ou vender remédios ou drogas. Mas dizia também esse mesmo artigo que essa proibição não existiria nos lugares onde não houvesse botica aberta(15). E como o médico dizia aceitar "qualquer ponto" do país para trabalhar, as autoridades não parecem ter se esforçado muito para atender o suplicante, pois simplesmente abundavam as localidades no país onde não havia botica aberta. Com certeza a Junta "esqueceu-se" da exceção prevista naquele artigo por tratar-se de um homeopata, isto é, um dos componentes bastante visados da lista dos "charlatães" que os higienistas vinham combatendo.

Também foi essa a sorte de Adeodato de Andrade Fialho, formado pela Universidade de Paris, segundo alegava. Esse médico pediu autorização ao governo, em 1884, para exercer a medicina sem ter passado pelo exame de suficiência, pois só prestaria os exames no ano seguinte. Como prova de que tinha mesmo se graduado em

14 - em 15/7/1881, IS1-50, Arquivo Nacional.

15 - ver Regulamento de 29 de setembro de 1851, op.cit., capítulo IV, artigo 39.

medicina, enviara seu diploma obtido na França à faculdade de medicina da Corte. Seu pedido, porém, foi logo negado, pois não estava o suplicante "compreendido em qualquer dos casos dos artigos 42 e 43 do Regulamento de 19 de janeiro de 1882", segundo consta na documentação sobre o caso.(16)

Que o cuidadoso leitor se acalme. Não foi um erro a data do regulamento acima. A data é mesmo essa, janeiro de 1882, quando a Junta de Higiene reformulou seu regulamento.(17) Afinal, já fazia trinta anos que o primeiro regulamento tinha sido escrito, e muita coisa vinha mudando desde então. Nos casos de médicos estrangeiros que queriam autorização para trabalhar no Brasil, mas tinham qualquer detalhe pendente - e os casos eram muitos - já não se via com frequência as autoridades do Ministério discutindo recomendações da Junta. Ao menos nesses casos, suas ordens pareciam significar a palavra final.

No novo regulamento, bem mais curto e grosso ao tratar dos médicos estrangeiros, ficava bem claro que só quem tivesse sido aprovado pela Junta poderia exercer a medicina no Império. Dessa maneira, as exceções que tanto apareciam, ora de médicos que tinham prestado serviços ao exército, ora doutores que tinham autorizações de agentes diplomáticos ou outras pessoas influentes, não atrapalhariam mais o órgão da Higiene em suas prescrições. Sem a autorização dos

16 - em 23/11/1884, IS1-26, Arquivo Nacional.

17 - ver "Decreto no. 8387 de 19/1/1882 - Exercício da Medicina". Na Biblioteca Nacional.

higienistas, não seria permitido a quem quer que fosse o exercício da medicina no país, mesmo que algum presidente de província, ou mesmo algum importante ministro pensasse diferente.

Pelo menos era isso que desejavam os higienistas, que se mostravam irritados com os diversos pedidos de autorização para o exercício da medicina que caíam em suas mãos. Alguns anos mais tarde, em uma reunião interna da Inspeção Geral de Higiene, assim desabafou um triunfante higienista, diante do pedido de um certo dr. Manoel Lavrador :

"O Sr. Dr. Manoel Lavrador (...) é médico formado em escola estrangeira, e não apresenta o seu diploma legalizado pelas Faculdades do Império; logo, não podia ser inscrito no livro da matrícula dos médicos habilitados para exercer a sua profissão no Império.(...) A matrícula que o Sr. Dr. Manoel Lavrador alega ter feito perante a Câmara Municipal de São Roque, carece de efeito para o caso, pois que (..) a necessária matrícula para o legal exercício da medicina passou a ser de competência e atribuição única e exclusiva da repartição de higiene (...)."

E, já que estava entre seus pares, e não precisava lembrar da "alta sabedoria" de nenhum ministro, termina de lavar sua roupa suja :

"(...) Mas, se por erro de fato ou por infração do citado artigo é nomeado Capitão Cirurgião quem não está habilitado para exercer a medicina a consequência lógica é que a nomeação é ilegal e deve ser anulada, mas nunca que pela nomeação fique habilitado para exercer a medicina

quem não o estava segundo os Regulamentos da Higiene. A prevalecer a falsa inteligência que o Sr. Lavrador quer dar à espécie deduziríamos que os presidentes de província estariam armados do absurdo poder de distribuir diplomas a quem lhes aprovesse (...)." (18)

Pelo trecho acima exposto, vemos que nessa reunião em 1888 os higienistas se julgavam bem fortes, não querendo que novos Alexandres Bousquetes desrespeitassem suas prescrições. O fato de terem os médicos estrangeiros suplicantes alguma influência junto a outras autoridades não seria mais tolerado como justificativa para que fossem liberados, se assim não resolvesse a Inspetoria. Não seriam meros "presidentes de província" que teriam o "absurdo poder de distribuir diplomas" a qualquer um - ao menos no modo de entender do inspetor de higiene dr. Gonçalves Cruz.

Mas não devemos esquecer que isso era uma reunião de cúpula, a portas fechadas, dos higienistas da Corte. E, nesse sentido, excelente para compreender-se como aqueles médicos pensavam, como encaravam os outros tipos de médicos. Fica bem clara a intenção desse grupo de higienistas de se fortalecer, de consolidar definitivamente seu lugar, sua influência junto ao governo imperial. Porém, isso não significa, absolutamente, que tudo se passasse exatamente como queriam esses nobres doutores em sua reunião particular. E nem que todo o processo histórico de consolidação do poder desse grupo de

18 - ver Atas da Inspetoria Geral de Higiene, sessão 27a, em 4 de julho de 1888, assinada pelo inspetor de Higiene Dr. Gonçalves Cruz. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

médicos, paralelo às tentativas de supressão de tantos diferentes que povoavam o país, tenha sido algo simples e linear.

O fato de o Regulamento da Higiene ter se tornado mais rígido não significava o fim das "contravenções", isto é, das práticas médicas consideradas ilegais por um determinado grupo de esculápios. Aliás, todos sabemos que não basta inventar uma lei para que algo aconteça ou deixe de acontecer da noite para o dia, principalmente quando se trata de hábitos e crenças há muito presentes em setores da sociedade. E foi por essas e outras que o já nosso conhecido dr. Gonçalves Cruz, ao mesmo tempo em que se livrava do tal sr. Lavrador, enfrentava uma questão bem mais espinhosa pela frente, também relativa à prática ilegal de medicina.

Tudo começou no dia cinco de junho de 1888, quando o inspetor de higiene de São Paulo recebeu um ofício de seu superior, o então inspetor geral de higiene do Império, dr. Souza Lima. Versava o ofício sobre um certo prático de farmácia chamado Diogo Mendes, acusado de "exercer ilicitamente a medicina, a ponto de inculcar-se especialista em obstetrícia" na vila de Dois Córregos, na província de São Paulo.⁽¹⁹⁾ O inspetor paulista, dr. Marcos Arruda, tratou de responder rapidamente ao seu superior na Corte, afirmando que iria "tomar informações" sobre o caso, adiantando que considerava "bem possível" que aquilo estivesse mesmo acontecendo. E completou :

19 - Os documentos relativos a esse caso encontram-se no Arquivo Nacional, IS1-26.

"(...) ainda aqui na Capital somos vexados por médicos ilegalizados e curandeiros de toda sorte, que apesar de multados, recorrem à presidência da província, e até hoje impunes continuam a exercer ilegalmente aqui na Capital a arte de curar em todas as suas formas. Ora, é bem conseqüente que, sendo tolerados tais abusos aqui na Capital, e não existindo Delegados de Higiene nos diversos municípios da província, seja neles ainda muito mais menoscabado o Regulamento Sanitário que nos rege."

Em sua carta ao inspetor geral do Império, o dr. Marcos Arruda nos oferece preciosas informações, enquanto tenta explicar ao seu superior o porquê de ser "bem possível" que um boticário estivesse exercendo ilegalmente a medicina naquela província. Em primeiro lugar, mostra que, em fins da década de 1880, até mesmo na capital da província "toda a sorte" de curandeiros e médicos não autorizados pela Higiene exerciam a "arte de curar em todas as suas formas", à revelia das prescrições dos higienistas. Em seguida, acusa duas possíveis razões para isto : a falta de mais agentes da Higiene, e as divergências entre higienistas e autoridades da província. Pelo que o dr. Arruda dizia, aquelas pessoas conseguiam exercer a arte de curar, mesmo sendo multadas, após recorrerem à presidência da província. Ao tentar justificar a presença de irregularidades em sua província, o inspetor de São Paulo acabou revelando mais uma vez desavenças entre médicos higienistas e autoridades do governo.

Como prometeu o inspetor paulista, as investigações começaram. As autoridades de Dois Córregos receberam ofícios do dr. Marcos Arruda, que pedia informações sobre o caso. O subdelegado de polícia foi o primeiro a responder :

"Satisfazendo o exigido por V.S.(...) cumpre-me informar em relação ao uso ilegal de medicina pelo prático de farmácia Diogo Mendes que não consta-me que esse prático exerça a medicina, mas sim só a farmácia; sendo que o fornecimento de medicamentos, independente de receituários médicos, em moléstias sem importância, a alguns enfermos pobres e mesmo a alguns outros que podem chamar médicos, por terem recursos, mas que o não querem fazer - é um uso inveterado nessa localidade, e do qual está de posse também o outro farmacêutico aqui existente (...)"

O subdelegado de Dois Córregos mostrou em sua resposta que havia uma grande divergência em relação ao que ele e a Higiene consideravam ser "exercício ilegal de medicina". O fato de um boticário receitar remédios mesmo sem ser médico, quando julgasse conveniente - algo de que o prático era acusado - não era nenhum crime para a autoridade policial. Ao contrário, era uma prática bastante comum naquela vila, segundo atestava seu subdelegado, informando que não só enfermos pobres, mas também muitos que "tinham recursos", e poderiam tranquilamente recorrer a um médico, consultavam-se com os boticários. O que mostra que mesmo sendo o médico um artigo de luxo, não era essa a causa de serem os boticários mais procurados do que os doutores.

A outra acusação que sofria o boticário era a de ter sido o responsável pela morte de uma parturiente. Sobre isso, dizia o subdelegado que os dois facultativos existentes na vila, devido a "desafetos" com o prático Diogo, explicavam aquele falecimento "pelo modo que melhor lhes parece", sendo "voz pública" que se a morte fora

causada por alguma imperícia, nenhuma responsabilidade era cabida ao dito prático. Pelo visto, os "desafetos" naquela vila não eram só entre os médicos e o prático Diogo, aproveitando o subdelegado a oportunidade para espetar também os facultativos.

A Câmara Municipal da vila também foi chamada a responder sobre o assunto, e assim o fez :

"Em nesta vila são estabelecidos com farmácia os dois únicos licenciados (...), (e) não consta que um e outro deles exerça a medicina, salvo se por exercício ilegal da medicina se pode entender o fornecer e aviarem eles medicamentos independentes de receitas médicas, em ligeiras enfermidades a indivíduos indigentes e pobres e a outros que, embora avisados para verem médicos que tratem dessas suas enfermidades, a isto se obstinam em não querer - dizendo não lhes merecerem confiança os médicos residentes nesta localidade (...); se tal procedimento importa o uso indevido da medicina,(...) então nesse exercício indevido tem ocorrido ambos os farmacêuticos, porquanto é público e notório que vários enfermos têm recorrido a um e a outro desses farmacêuticos para tratá-los, independentemente da existência ou conselhos médicos (...)"

Novamente a discussão sobre o que era "exercício ilegal de medicina" vinha à tona. O presidente da Câmara Municipal, em nome de todos os vereadores, mostrava que era uma prática comum e bem aceita na vila os boticários serem consultados por doentes, afirmando que muitos enfermos não confiavam nos médicos da região. Ao responder sobre a segunda acusação, além de negar que o prático Diogo tivesse provocado o parto ou a morte da vítima, enfatizava que a

tal senhora e seu marido não queriam chamar nenhum médico. Teriam chamado uma parteira em quem confiavam, pois o médico da vila "não lhes merecia confiança", e só após o parto é que um médico de outra vila teria sido buscado, por insistência do próprio boticário.

As diferenças entre as concepções dos higienistas e as de autoridades policiais e legislativas ficavam bastante escancaradas nessa vila. E, segundo as mesmas autoridades, a opinião dos mais variados enfermos, mesmo que por motivos diversos, também era contrária à da Higiene, pois procuravam mais os boticários que os médicos. Embora conhecessem a lei, essas autoridades discordavam dela, colocando-se ao lado do que diziam ser "a voz pública".

Tanto a Câmara quanto o delegado sabiam muito bem que era proibido aos farmacêuticos receitar medicamentos, tanto é que ambos tentam amenizar esta prática, dizendo que só ocorria em casos de "ligeiras enfermidades". O que não diminuiria em nada o desrespeito ao regulamento, pois não interessava o tipo de doença que estava sendo tratada, mas quem estava tratando. E ainda que o tipo de doença fizesse alguma diferença, com certeza a opinião dessas autoridades leigas em medicina sobre o que era ou não uma "ligeira enfermidade" não interessaria aos higienistas. Mesmo sabendo disso, essas autoridades mostram não concordar com tal regulamento, inocentando o prático, e aproveitando para atacar os médicos da vila.

Estes médicos, provavelmente os autores da denúncia contra o boticário, partiram logo para a defensiva. Escrevem diretamente ao inspetor na Corte, o dr. Souza Lima, contando sua versão sobre os fatos, em um tom bastante pessoal, assinando como "colegas" do inspetor geral. Diziam que o prático Diogo era quem havia feito a

declaração da Câmara dos Vereadores, pois fazia parte dela, e portanto estava sendo protegido pelos colegas. Enviavam também três documentos autenticados, que eram cartas de testemunhas acusando Diogo de ter sido o responsável pela morte da parturiente, por ter dito que seu estado não era grave, fazendo com que só se chamasse um médico quando o estado já era "gravíssimo".

Sabendo dessas conflitantes versões, o nosso conhecido dr. Gonçalves Cruz, - o mesmo que resolvera o caso do estrangeiro Manoel Lavrador -, higienista também envolvido neste caso, vê-se em situação difícil. Havia autoridades defendendo o acusado; não seria tão simples declará-lo culpado. Diz o dr. Gonçalves Cruz que todos os papéis deveriam ser enviados ao governo, e caso ficasse mesmo provado que o farmacêutico era culpado, a Inspetoria deveria ser comunicada, para que então efetuasse o que mandava o regulamento. O dr. Souza Lima concorda, e envia o caso ao ministro, solicitando que fossem tomadas as providências que cabiam, e que "escapavam à alçada desta Inspetoria", a qual não tinha "meios de tirar a limpo ou liquidar essa questão".(20)

Note, caro leitor, que não sou eu quem diz, ou toma partido de algum dos lados. São os próprios higienistas que reconhecem seus limites, aceitando que não podem "liquidar" um caso em que um

20 - O parecer do dr. Gonçalves Cruz é de 6 de julho de 1888, e o dr. Souza Lima envia o caso ao ministro no dia 13 do mesmo mês. Portanto, dois dias depois da declaração dada pelo mesmo dr. Gonçalves Cruz na reunião da Inspetoria já aqui citada.

boticário é acusado de praticar a medicina, e que seus colegas médicos estão sendo atacados. Ainda que o dr. Gonçalves Cruz considerasse "um absurdo", quem estava praticamente "distribuindo diplomas a quem lhes aprovesse" , ou ao menos decidindo quem exercia a medicina naquela localidade, eram o subdelegado e o presidente da província... (21)

Esse poder das autoridades de província muitas vezes passava por cima das prescrições dos higienistas; por mais que eles julgassem abominável, isso vivia ocorrendo nas mais diversas províncias - e não só na de São Paulo, onde o próprio inspetor paulista, dr. Marcos Arruda, confessou que era "vexado" por "médicos ilegalizados e curandeiros de toda a sorte a sorte" que recorriam à presidência da província. Há um caso interessante que indica que a prática era comum há bastante tempo em outras localidades.

Em 1873, o médico Joaquim d'Aquino Fonseca, residente em Recife, envia um longa e detalhada denúncia à Junta Central de

21 - Quanto à continuidade do caso, não há documentos suficientes para que se possa saber o que aconteceu com Diogo Mendes. Há informação de que os papéis seriam enviados ao presidente da província, para que fosse aberto o inquérito policial, em novembro de 1888. Há também mais uma declaração da delegacia de polícia de Dois Córregos, desta vez assinada pelo delegado, que diz que as acusações feitas ao prático Diogo "não passam de uma perseguição". O delegado interrogou o marido da vítima, que inocentou Diogo, e acusou os médicos que operaram sua esposa de serem os responsáveis pela morte - o que leva a crer que Diogo teria sido inocentado.

Higiene Pública na Corte, dirigida ao presidente da instituição (22). Em seu extenso relato, diz o dr. Joaquim Fonseca que tinha sido levado a fazer a queixa por não poder por mais tempo "conservar-se indiferente vendo que as leis deste Império, que regem o exercício da medicina, estavam sendo impune e escandalosamente infringidas(...)". Esta era a segunda vez que se dirigia à Junta, porque, segundo informava, continuavam os "delinqüentes com a maior ostentação insultando até pelos jornais a classe médica da província (...)". Recorria então o médico à Junta, pedindo que a mesma tomasse conhecimento dos fatos e solicitasse do governo imperial "as providências que o caso exige, fazendo desaparecer subterfúgios a que se socorre quando se quer obstar a aplicação destas leis", afirmando que "a presidência da província parece mesmo que protege os delinqüentes", referindo-se aos tais subterfúgios.

O médico estava mesmo nervoso. Já de cara acusava a própria Junta, que não tomara conhecimento dos insultos que vinha sofrendo a classe médica da província de Pernambuco, denunciados por ele, obrigando-o a repetir a queixa. Acusava também os tais "delinqüentes" de infringirem "impune e escandalosamente" as leis que regiam o exercício da medicina. E como se não bastasse, atacava também o presidente da província por proteger os criminosos.

Os "delinqüentes" em questão eram os espanhóis Dominguez e Mascoró, que se diziam doutores em medicina e vinham exercendo a profissão sem apresentar seus diplomas, nem ao menos se preocupando

22 - A carta é de 25 de novembro de 1873, e encontra-se no Arquivo Nacional, IS1-55, maço 40.

em regularizar sua situação junto ao órgão de Higiene. Segundo o dr. Fonseca, continuavam a exercer as profissões de médico e cirurgião "em uma das ruas mais freqüentadas da cidade", apesar de ter o inspetor de higiene local denunciado os dois ao delegado de polícia. Isso porque a autoridade policial teria sido negligente, nada fazendo para impedir a atuação dos médicos espanhóis.

Fonseca sugeria que o delegado de polícia e até mesmo o inspetor de saúde pública da província - por não ter insistido na denúncia, recorrendo a outras autoridades - fossem processados, pois estariam protegendo os médicos espanhóis, e negligenciando seus deveres. Além de exercerem a profissão sem apresentarem seus diplomas, os médicos espanhóis estariam receitando substâncias venenosas aos seus pacientes, dizia Fonseca, quase histérico ao revelar que até "striquinina" os espanhóis já tinham receitado. E narrava mais o revoltado dr. Fonseca :

"(...) Os dois indivíduos, fazendo-se anunciar, por meio de jornais, antes de chegarem nesta província precedidos de pomposos elogios, deixando Lisboa, onde se não quiseram submeter às leis, que são idênticas às nossas e às de todos os países relativamente ao exercício da medicina(...) têm sabido ajeitar e angariar a opinião da classe baixa, ignorante e crédula, como iam fazendo em Portugal; e, inculcando-se como grandes e milagrosos operadores, vão explorando a mesma, fazendo-se crer que são insígnies especialistas em moléstias de olhos (...) e já estariam desacreditados se, por meio de acólitos e assalariados, não propalassem que conseguem o que, a não ser com intervenção divina, é impossível (...)"

Ao narrar os métodos usados por seus adversários, Fonseca associa a procura ao "charlatanismo" a uma prática da "classe baixa", que confiaria nos espanhóis milagrosos por ser "ignorante e crédula". Assim, o médico poderia justificar o porquê de diversos pacientes daquela classe social preferirem os ditos charlatães aos médicos científicos, formados em Faculdades de Medicina: eram de "classe baixa", sinônimo de "ignorantes", e portanto preferiam suas crenças ao conhecimento que, para o médico, era a única verdade, a ciência. No mesmo estilo de médicos da Academia Imperial de Medicina, na Corte, Fonseca exibia o seu preconceito contra classes populares para justificar a desconfiança das mesmas classes em relação à sua ciência.

E além disso, narrava Fonseca, como se não bastasse essa propensão que esses pacientes teriam, enquanto "classe baixa" que eram, a acreditar em "charlatães", os acusados ainda usavam de outros meios para conquistarem sua clientela. Anunciavam-se em jornais, e a tinham colaboração de pessoas que propalavam seus méritos - as quais, segundo Fonseca, só podiam ser "acólitos e assalariados" contratados pelos espanhóis. Mas isso não era tudo. O médico prosseguiu com sua denúncia, afirmando que os espanhóis, quando foram denunciados ao delegado de polícia por exercício ilegal de medicina,

"(...) trataram de aliciar os pobres e gente de baixa condição, que freqüenta seu consultório, e lhes persuadiram que se dirigissem reunidos ao Palácio da Presidência da Província, e lhe pedissem que os isentassem de apresentarem seus títulos, contando eles sem dúvida com o efeito que esse pronunciamento havia de produzir,...); e com efeito se lhes concedeu, dizem que vocalmente, o prazo de três meses para apresentarem seus diplomas(...) porquanto continuaram e continuam a

ver e tratar todos aqueles que se dirigem ao seu consultório, ou os chamam às suas residências (...)."

O episódio narrado pelo dr.Fonseca, que movimentou a cidade, foi noticiado também pelo JORNAL do RECIFE (23). Foi a seguinte a versão do jornal :

" MÉDICOS ESPANHÓIS - No sábado pela manhã um número crescidíssimo de enfermos apinhava-se à porta dos Drs. Mascoró e Dominguez, e ouviam destes a confirmação da notícia de que não podiam continuar a tratá-los, em virtude da intimação policial, que haviam recebido, à requisição do Sr. Inspetor de Saúde Pública, porque não tinham suas cartas vividas por uma das Faculdades de Medicina do Império, e até mesmo iam ser processados pelo benefício que a todos estavam fazendo, curando-os. Essa asseveração produziu um sentimento de profunda tristeza em toda aquela gente, que ficou sem saber o que fazer. Houve então quem lembrasse, que dirigissem uma petição à presidência e fossem levá-la. Aceita a idéia, nomearam uma comissão que tratou de redigir um requerimento que foi logo assinado por 164 pessoas. Sem perda de tempo se pôs em caminho aquela originalíssima procissão de cegos, escrofulosos, surdos, hidrópicos, anêmicos e atacados de outras enfermidades, e chegando ao palácio foram todos recebidos com bonomia pelo Sr. Presidente da Província, que despachou favoravelmente a petição, concedendo um prazo de três meses para os Srs. Drs. Mascoró e Dominguez apresentarem os seus diplomas (...). Contento com tão favorável despacho, a multidão, que havia engrossado em caminho com um bom número de curiosos, prorrompeu em

23 - "Gazetilha", em JORNAL DO RECIFE, 15/9/1873.

vivas continuados ao Sr. Presidente, não só no salão, como em frente ao palácio.”

A história contada pelo jornal trazia novos detalhes ao caso, além de algumas diferenças em relação à versão do dr.Fonseca, como a parte sobre origem da ida dos pacientes à presidência da província. Segundo o médico denunciante, os espanhóis teriam persuadido as pessoas a defendê-los. Já o jornal dizia que a iniciativa teria partido dos próprios doentes, revoltados com o castigo aplicado aos estrangeiros, pois não mais seriam atendidos - embora a "asseveração" de que os espanhóis seriam "processados pelo benefício que estavam a todos fazendo" tenha indiretamente incitado "toda aquela gente" a defender os dois médicos.

Mas independente disso, o fato é que aquela "procissão originalíssima" conseguiu, com sua pressão junto ao presidente da província, algo que muitos médicos estrangeiros tentaram e não conseguiram : permissão para duas pessoas exercerem a medicina sem apresentar os diplomas, ainda que por um prazo determinado. Inúmeros médicos enviaram às autoridades pedidos de prorrogação do prazo do exame de suficiência junto com seus diplomas de faculdades estrangeiras, e receberam um não como resposta, como o aqui citado Adeodato de Andrade Fialho. Portanto, não era tão óbvio que o "efeito que esse pronunciamento havia de produzir" seria o de livrar os estrangeiros da apresentação dos diplomas. Ainda que os espanhóis contassem "sem dúvida" com essa liberação, como dizia o dr.Fonseca, esse resultado obtido foi o menos provável dos resultados possíveis .

É claro que os agentes da higiene não estavam nada contentes com essa autorização concedida aos espanhóis. Na denúncia feita pelo inspetor de saúde de Pernambuco, os espanhóis eram acusados de serem "ignóbeis charlatães", "desconhecidos no mundo científico". Dizia também o inspetor que Dominguez e Mascoró teriam realizado algo semelhante em Lisboa, trabalhando sem apresentar seus títulos e, quando apertados pelas autoridades, teriam mandado os doentes pedirem por eles. Lá, porém, segundo afirmava o mesmo inspetor, as autoridades teriam "continuado em seu empenho em cumprir a lei", obrigando os médicos espanhóis a saírem do país "da noite para o dia".

O inspetor de saúde, escrevendo ao presidente da província um mês após o ocorrido, insistia em afirmar que os médicos espanhóis eram perversos charlatães, e sugeria que o rigor das autoridades acabaria com eles. Porém, o resultado alcançado pelos espanhóis, conseguindo a licença para exercer a medicina mesmo sem a apresentação dos diplomas ou a realização de exames de suficiência, não tinha sido algo simples, fruto da conspiração de malvados charlatães que teriam iludido pobres doentinhos indefesos. Essa simplificação excessiva do acontecimento foi a interpretação feita pelo dr. Fonseca, que acreditava haver uma "proteção" do presidente da província.

Para compreendermos como foi possível a esses espanhóis conseguirem tal proeza, é preciso ir além dessa luta do bem contra o mal. Que o incansável leitor não perca a paciência bem agora. Veja antes como o presidente da província de Pernambuco explicou sua polêmica atitude ao ministro do império:

" Tendo-se estabelecido, há alguns meses, na cidade, dois médicos espanhóis, Dominguez e Mascoró, em pouco tempo obtiveram uma clínica numerosa, sendo em grande parte composta de desvalidos que por eles são tratados sem remuneração alguma. Não estando, porém, eles nos termos da lei aptos para exercerem a medicina, foram intimados pelo Dr. Inspetor de Saúde Pública a habilitarem-se, e como não o fizessem, requisitou este ao Dr. Chefe de Polícia a imposição da respectiva multa e intimação para não continuarem a exercer a profissão médica sem preencher os requisitos da lei. Em virtude disto, declararam-se eles, aos doentes que os procuraram, que não podiam medicá-los. A esta declaração vieram em número superior a 500 pessoas, em maior número desvalidas, trazer-me a inclusa petição, a qual sujeito à apreciação de V.E., cumprindo-me cientificar-lhe que permiti aos mencionados médicos continuar a tratar os doentes que tinham sido nestes dias operados, cedendo aos rogos verbais deles que descreviam o estado em que estiveram e a melhora que têm obtido, e no intuito de evitar, nas circunstâncias atuais, os inconvenientes de uma proibição absoluta, mantendo porém a intimação quanto a novos doentes. Rogo a V.EXcia. que se digne resolver esta questão com presteza, porquanto há desgosto em grande parte da população por se verem privados dos serviços destes médicos, que a ajuizar-se pelo que geralmente corre têm feito curas surpreendentes, principalmente em moléstias de olhos."

E, junto com a carta acima, enviou o presidente ao ministro a seguinte preciosidade :

"ILmo. e EXmo. Sr. Presidente - Os abaixo-assinados infelizes que gemíamos no leito da dor, e outros cegos achando-nos a maior parte bons e outros em tratamento, vamos pelo

presente mui respeitosamente implorarmos a V.EXcia. o favor de consentir que os nossos benfeitores continuem a tratar-nos, como o têm feito até o presente dando as provas mais exuberantes de Médicos Científicos, e de humanos a toda a prova. EXmo. Sr., em dizermos a V.EXcia. que encontramos nestes dois Médicos Estrangeiros um Pai carinhoso e um Amigo Sincero, não o exageramos, pois que é a pura verdade; e nestes termos esperam estes infelizes receberem de V.EXcia. deferimento. "

Cento e trinta e sete assinaturas vinham em seguida ao texto. Depois disso, fica bem mais fácil perceber porque eu afirmei há pouco que o resultado obtido pelos espanhóis não era apenas mais uma "vitória do mal". Ou seja : a atitude do presidente da província ocorreu após um movimento organizado de cidadãos, que partiram pela cidade, arrastaram com eles um grande número de pessoas, e reivindicaram aquela autorização. Não interessou se eram um bando de cegos, surdos e anêmicos, como queria o jornal, ou uns ignorantes e crédulos, como disse o dr. Fonseca, nem tampouco se os espanhóis eram os charlatães expulsos de Lisboa. Cegos ou não, os componentes daquela passeata tiveram capacidade suficiente para pressionar o presidente da província, que querendo evitar maiores "inconvenientes", preferiu liberar os espanhóis dos "requisitos da lei".

Para amenizar sua conduta contrária à lei, ou talvez por compartilhar mesmo da crença nos serviços dos médicos estrangeiros - o que certamente contribuiu para sua decisão - no final de seu texto o presidente da província informa que os acusados vinham fazendo "curas surpreendentes". Mostra assim que seria um grande problema enfrentar o "desgosto de grande parte da população", que não ficaria

nada calma ao se ver privada dos serviços dos médicos que haviam elegido como seus "benfeitores". O jeito encontrado pelo presidente para solucionar o caso foi permitir que os médicos continuassem exercendo a medicina, embora só podendo tratar os pacientes que já tinham, isto é, nada de novos doentes. O que não mudava em nada a contravenção à lei, pois eles estariam exercendo a medicina - e, efetivamente, não serviria para muita coisa, pois seria bem difícil distinguir os novos dos antigos pacientes.

O resultado alcançado pelos espanhóis, portanto, estava longe de ser uma vitória de perversos charlatães que manipulavam ignorantes doentes. Ainda que eles fossem mesmo "charlatães", o que aconteceu foi um movimento organizado por uma parcela da população, reivindicando o que julgavam ser melhor para eles mesmos, exercendo pressão, e chegando a um acordo com uma autoridade que temia mais a ameaça da multidão do que a ira do dr. Fonseca, além de não esconder uma certa crença nas "curas surpreendentes" dos espanhóis.

Mas não foi só através de sua força de multidão que aqueles doentes negociaram a autorização. Dentre as "500 pessoas" que segundo o presidente protestavam em frente ao palácio, 137 assinaram um documento, requerendo liberdade aos seus médicos. Um documento baseado não só em apelos sentimentais : ao afirmarem que os estrangeiros eram "médicos científicos", mostraram que sabiam que o problema principal dos médicos de sua preferência com as autoridades era o fato de serem diferentes, a possibilidade de não serem "científicos". Um entendimento da situação, portanto, bem maior do que poderia supor o dr. Fonseca ao se referir à "ignorante classe baixa" -

que sabia, a seu modo, usar a lei em seu favor para garantir seus interesses.

Os espanhóis Dominguez e Mascoró tiveram sua oportunidade, e puderam exercer a sua medicina durante aqueles três meses concedidos, sem maiores incômodos. Após três meses, o governo imperial, em posse das denúncias, declarou que os estrangeiros não poderiam continuar a exercer a medicina sem que se habilitassem como mandava a lei. A Junta de Higiene resolveu ouvir o dr.Fonseca, e pediu providências ao governo imperial, conseguindo finalmente convencê-lo a seguir o seu regulamento. O caso destes espanhóis, embora distante 15 anos do caso de Dois Córregos, mostra igualmente a distância entre o modo de pensar dos higienistas e o de autoridades das províncias, que agiam por critérios outros que os da Higiene.

Havia também diversas outras formas de desentendimento entre a Junta de Higiene e o governo imperial, em muitos assuntos relativos à saúde pública. Dentre eles, eram bastante numerosos os casos dos suplicantes - farmacêuticos ou não - que fabricavam remédios, e dirigiam-se à Higiene pedindo autorização para comercializá-los. A suspeição dos higienistas era muito grande com relação a esses pedidos envolvendo os chamados "remédios secretos", quase sempre considerados pelos agentes da Higiene como "pura charlatanisse".

Foi assim com o pedido de José Angelo da Costa, que escreveu um longo texto anunciando seu preparado aos higienistas, o "Depurativo Indígena", que seria a "cura radical da sífilis em todas as

suas manifestações" (24). O suplicante afirmava não ser médico nem farmacêutico, porém "pessoa que muito tem se dedicado à causa da medicina", contando que teve "a felicidade" de fazer, mais por obra do acaso que da ciência, uma descoberta "tão importante para a terapêutica como a tipografia para a civilização". Era dessa maneira que Costa qualificava seu invento para combater a sífilis, composto somente de substâncias naturais, espécies vegetais conhecidas pelos índios, o qual teria sido descoberto após uma "internação" de Costa na "floresta do país, para curar-se ou envenenar-se com os remédios vegetais", quando ele próprio sofria da doença. Costa enviava também a fórmula de seu remédio, o que era obrigatório nos casos desses pedidos de autorização para remédios.

Após exibir seu próprio preconceito contra os "índios analfabetos e sem civilização" com quem dizia ter convivido por sete anos, para aprender com eles sobre as plantas medicinais, Costa suplicava aos higienistas que não deixassem que "o preconceito, que ataca todas as grandes descobertas do homem," o "ferisse de morte", o que aconteceria se fosse negada a ele a comercialização do seu Depurativo Indígena. Não é muito difícil imaginar a reação da Inspetoria diante de um pedido desse, vindo de um leigo, e ainda referente a um remédio de índios. O pedido foi negado, por ser proibido por lei o emprego de "remédios secretos". No parecer do químico da Higiene, dizia-se que as plantas que compunham o remédio não eram ainda conhecidas.

24 - José Angélo da Costa, IS1-55, maço 40. O requerimento é de 1892. No Arquivo Nacional.

Porém, alguns anos antes, ainda no império e ainda se chamando Junta Central de Higiene Pública, o órgão dos higienistas teve que engolir mais uma desavença do ministro do império, em um caso bem semelhante. O farmacêutico Augusto Alves de Campos Nelson (25) solicitava autorização para comercializar seu preparado, o "Elixir de Cajaponia Composto", cuja fórmula indicava ser constituído por vegetais brasileiros "já bem estudados", segundo o farmacêutico. A Junta deu seu parecer, de acordo com o seu regulamento :

"(...) o preparado não se acha nas condições de ser aprovado por isso que não é invenção nem aperfeiçoamento real de fórmula conhecida(...)"

O ministro, porém, após ouvir o parecer dos higienistas, tomou a seguinte decisão :

"(...) Doutrina contrária à da Junta tem seguido este ministério sempre que se trata de pretensões semelhantes. No caso vertente o suplicante não quer prêmio por invenção e uma vez que seu preparado não é nocivo à saúde, entendo que pode ser concedida a licença pedida."

O farmacêutico Campos Nelson, fazendo seu requerimento no começo da década de 1880, teve mais sorte que o inventor do "Depurativo Indígena", que enfrentou uma Higiene provavelmente

25 - Augusto Alves de Campos Nelson, IS1-26, requerimento de 1883. No Arquivo Nacional.

mais fortalecida naqueles primeiros anos de república. Força essa conquistada a duras penas, como temos visto aqui, e ainda bastante relativa nos últimos anos do império. Mesmo porque havia casos em que a própria Higiene era obrigada a reconhecer falhas no seu regulamento, abrindo ela mesma certas exceções não previstas.

Isso aconteceu diversas vezes durante o império com farmacêuticos não regulamentados pela Junta, e que apesar disso acabavam sendo liberados por ela para exercer a farmácia. Não eram, como no caso do prático Diogo Mendes, de Dois Córregos, acusados de prática ilegal de medicina, embora não fossem habilitados para exercer a farmácia, e muito provavelmente receitassem remédios como fazia Diogo, isto é, sem a recomendação de médicos. Isso porque nas localidades onde esses casos ocorriam, não havia nem sombra de facultativos para tratar dos doentes.

Foi o que ocorreu com Alexandre Brethel, prático não habilitado para exercer a farmácia em faculdades do império, que solicitava permissão para ter botica aberta na freguesia dos Tombos de Carangola, na vila de São Paulo do Muriaé, província de Minas Gerais. O caso se deu em 1864. O parecer da Junta, assinado pelo Dr. Pereira Rego, indicava uma relativa tolerância do órgão :

"Sem contestar as habilitações teóricas e práticas que possa ter o suplicante para exercer a farmácia, a Junta Central de Higiene Pública não o acha habilitado na forma do Regulamento (...). Como porém a Câmara Municipal respectiva, e outras autoridades, dão como necessária uma botica no lugar em que o suplicante resolve tê-la, o Governo

Imperial em sua sabedoria resolverá como julgar mais conveniente”(26)

Embora não autorizasse explicitamente o pedido de Alexandre Brethel, o dr. Pereira Rego não se mostrava contrário à concessão da licença. Pelo tom de seu parecer, mostra que não iria perseguir o boticário caso o ministro o autorizasse. Em um caso semelhante, três anos mais tarde, o mesmo Pereira Rego foi mais explícito. Refiro-me ao boticário Carlos Cahé, que tinha uma botica no município de Oliveira, província de Minas Gerais, desde 1855, sem tê-la regularizado. Mesmo sem apresentar seu diploma, dirige-se ao governo pedindo a regularização da sua botica, alegando que no lugar, que era populoso, não havia outra. Sem maiores dados sobre o caso, em posse de um atestado favorável da Camara Municipal do lugar, declarou a Higiene :

“(...) A Junta de Higiene acha essa pretensão no caso de ser deferida, como o já tem sido outras em iguais circunstâncias.” (27)

Os dois casos aqui citados, ambos da década de 1860, podiam ter sido tratados com mais rigor, se assim quisesse a Junta. Mas não devemos supor que a Higiene tenha flexibilizado por não ser ainda tão rígida nesta década, sendo bem mais austera nas décadas seguintes. As flexibilizações se deram em função das particularidades dos casos : em

26 - Alexandre Brethel, IS1-27, requerimento de 1864. No Arquivo Nacional.

27 - Carlos Cândido de Souza Cahé, IS1-40, requerimento de 1867. AN.

localidades tão afastadas, era melhor ter pessoas autorizadas pela Junta, e assim minimamente controláveis, do que não ter nenhuma. Nesses casos, manter os locais sem médicos e sem farmacêuticos seria deixar o caminho mais livre para os curandeiros e os outros agentes de cura que lá existissem. A Junta não tinha opção, pois ou aprovava esses boticários que tinham se dado ao trabalho de pedir autorização, ou deixava esses municípios totalmente isentos de qualquer possibilidade de seu controle.

Para mostrar que essas flexibilizações não se davam só na década de 1860, vejamos o que diziam os higienistas em uma reunião, em maio de 1888, ao comentar o assunto. Tinha a palavra o dr. Gonçalves Cruz :

"(...) A regra geral deve ser o exercício da farmácia por farmacêuticos formados, e o exercício da farmácia por práticos só ser tolerado como exceção. Infelizmente o que testemunhamos é que o que deveria ser exceção tende a constituir-se como regra geral. (...) Condescendentes liberalidades nessa matéria por parte desta inspetoria terão por inevitável consequência que quase todas as localidades no interior em breve regorgitarão de farmácias dirigidas por práticos habilitados ou não que para o futuro farão concorrência aos farmacêuticos formados que pretendam ali estabelecer-se. (...)" (28)

Embora essas "liberalidades" continuassem ocorrendo bem depois da década de 1860, é também verdade que o rigor da Higiene

28 - Atas da Junta Central de Higiene Pública. Sessão 18a. em 2/5/1888. AGCRJ.

vinha mesmo aumentando no final do império. Tanto é que nesta reunião os higienistas consideravam flexibilizações como aquelas ocorridas como uma "tendência deplorável", à qual ao órgão não poderia "ser indiferente". A inspetoria cada vez mais apertaria o cerco a todas as pessoas ligadas à cura que, nas palavras do dr. Gonçalves Cruz, fizessem concorrência aos seus médicos e farmacêuticos regularizados. "Este futuro é que a Inspetoria não deseja preparar", dizia o higienista referindo-se à predominância dos concorrentes.

O futuro que ela desejava preparar para o país, sem concorrentes como curandeiros, ou médicos sem diplomas, homeopatas ou práticos não formados, tirando da vista o diferente, pobre e ignorante, seria um futuro higiênico, civilizado e moderno, nos moldes dos países europeus. Bastava suprimir e eliminar a "sujeira" da frente; o intuito era mesmo o de "limpar" o país do atraso, eliminando os obstáculos, ainda que estes obstáculos significassem as preferências, os hábitos, os modos de pensar e agir de cidadãos provenientes de diversos grupos sociais.

Nesta árdua luta aqui acompanhada, travada ao longo de toda a segunda metade do século XIX, com o intuito de aumentar sua influência, a Higiene visava interferir junto ao governo tentando difundir esse "ideal modernizador", essa ideologia da higiene. E só mesmo nos primeiros anos da república essa autoridade do órgão higienista atingiria uma maior consolidação.

Conclusão

" OS CURANDEIROS - Niterói é o ponto escolhido pelos curandeiros, espíritas ou não, que ali exercem desassombradamente a sua indústria, tão lucrativa quanto indigna. Não há muito que faleceu Eduardo Marius, o célebre curandeiro da Água Azul, no Fonseca. Dando notícia desse falecimento, dissemos nós que convinha que a polícia providenciasse no sentido de evitar que Marius tivesse substituto, o que provavelmente iria acontecer. Realizou-se a nossa profecia, e por atacado. Marius não teve um substituto, teve quatro !" (1)

Após tanto mistério, entrega de mão beijada o fim do caso do curandeiro Marius. Morreu em 1889, ainda muito procurado e respeitado. Ao que tudo indica, a série de artigos de jornais não conseguiu abalar muito a sua credibilidade. Marius chegou a ser procurado pela polícia, sendo intimado a depor. Passou um tempo escondido, e quando resolveu apresentar-se ao juiz de direito, não o encontrou, voltando para casa "em santa paz" (2). Há informações de que ainda foi perseguido por algum tempo, chegando a ser "recolhido na casa de detenção" para ser julgado por crime de estelionato. Porém, não há indícios de que tenha sido condenado. Quando morreu, ainda era bastante conhecido e buscado.

Mas após sua morte, ou mesmo nos tempos em que ficou mais recolhido, escondido da polícia, a "indústria" não parou, isto é, o curandeirismo não acabou. Ao contrário, ficou bastante claro que Marius não era uma exceção; embora fosse um curandeiro célebre e

1 - GAZETA DE NOTÍCIAS, 11/4/1889, p.1.

2 - GAZETA DE NOTÍCIAS, 4/12/1888, p.1.

mais famoso, havia uma forte crença e procura não só por sua atividade particular, mas por aquela prática de cura de maneira geral. Acreditava-se em curandeiros, e não só em Marius. Tanto é que vários outros surgiram após o seu fim, exercendo às claras a profissão, como "profetizara" o jornal. Como já indicava Policarpo, "por um curandeiro aniquilado, escapam quatro ou cinco", pois era deles o "governo da multidão", em pleno final da década de 1880.(3)

A história deste curandeiro é especialmente interessante, pois traz detalhes sobre a vida e a profissão de um daqueles agentes de cura - detalhes em geral tão difíceis de se encontrar, em se tratando desses profissionais. Contudo, não é só esse o interesse do caso de Marius. Ele é também importante para pensarmos sobre diversas questões levantadas ao longo de todo este texto.

No primeiro capítulo, vimos médicos de renome na Corte serem duramente atacados por questões de imperícia e ineficácia de seus tratamentos. Chegava-se a afirmar que médicos matavam seus pacientes, acusações idênticas às que tantas vezes eram feitas a curandeiros. Assim, ficou claro que no final da década de 1880 os

3 - Refiro-me ao personagem Policarpo, narrador da série de crônicas "Bons Dias!", de autoria de Machado de Assis, publicadas na GAZETA DE NOTÍCIAS, em 1888 e 1889, aqui citado no final do capítulo 2. Em GAZETA DE NOTÍCIAS, 14/6/1889, APUD John Gledson (org.), op. cit., p.194.

médicos científicos ainda estavam bem longe de atingir o respeito e a legitimidade com que sonhavam.

É verdade que seu prestígio vinha aumentando durante a segunda metade do século XIX; algumas batalhas tinham sido vencidas no sentido da profissionalização da atividade, que no seu início era bastante rudimentar, com professores despreparados, faculdades desorganizadas e sem condições mínimas de ensino. Nas primeiras décadas das faculdades de medicina lutou-se principalmente pela sua institucionalização, sendo aos poucos, principalmente após a década de 1870, que a preocupação com a produção científica passou a ser primordial. As instituições médicas passaram por importantes reformas, das quais a mais significativa ocorreu só em 1884, trazendo importantes transformações no ensino da medicina no país.(4)

Mesmo assim, como foi possível acompanhar, importantes disputas entre os médicos eram travadas ainda no final da década de 1880, as quais revelavam mais do que divergências pessoais ou brigas por pacientes. Tratava-se de diferenças sobre questões internas dos procedimentos médicos, relativas aos princípios da ciência. O conflito entre Magalhães e Monat foi exemplar para mostrar que, em 1888, ainda não havia se consolidado uma estabilidade no interior da própria corporação médica, não havia se formado um consenso mais forte entre os colegas de profissão.

A partir deste conflito, onde importantes médicos eram acusados de forma semelhante a que se atacavam curandeiros e outros "charlatães", percebeu-se que aqueles doutores não tinham muita

4 - Cf. Flávio Edler, op. cit., e Lilia Schwarcz, op. cit.

legitimidade e prestígio junto a muitos pacientes. Eram ironizados e combatidos abertamente pela imprensa, sentiam-se desrespeitados, chegavam a ser objeto de crítica pública nos dias de carnaval. É claro que as atitudes em relação aos médicos eram variadas, pois membros de elites intelectualizadas poderiam desprezar apenas os médicos mais "desviantes", defendendo ainda a medicina científica, enquanto que grupos iletrados, bem mais distanciados daquela ciência, provavelmente desconfiavam dos procedimentos médicos de maneira mais geral, preferindo suas próprias práticas e crenças. Mas, ainda que de diferentes maneiras, havia uma descrença bastante generalizada, em diferentes setores da sociedade, nas prescrições dos médicos científicos.

Assim, diversos médicos afirmavam, em muitas teses e em debates no interior da Academia Imperial de Medicina, que era necessário combater o "charlatanismo" - categoria abrangente que, como vimos, englobava toda e qualquer atividade diferente da medicina científica. No entender daqueles esculápios, era preciso acabar com a concorrência, educar a população, e firmar sua medicina como única forma legítima do exercício da arte de curar. Em oposição à figura generalizante e hostil do charlatão - na qual eram incluídos curandeiros como Marius - esses médicos científicos iam construindo uma identidade, tentando se afirmar como os portadores do remédio que conduziria a nação ao progresso e à modernidade. No caso do combate ao curandeiro Marius, ficou bastante clara essa intenção, divulgada pela imprensa, de se extinguir o "charlatanismo" e de se buscar apenas os "ilustres médicos".

Mas a história de Marius também mostrou que, apesar das diversas tentativas de destruir as práticas de cura não oficiais, elas

continuavam bem fortes, contando sempre com muitos pacientes, provenientes de diferentes grupos sociais. Marius permaneceu bastante procurado, mesmo com todo o ataque que sofreu. Quando morreu, foi logo substituído, chegando a quatro o número de curandeiros que o sucederam. O que mostra a força destas atividades, paralelas à medicina oficial, em pleno início da década de 1890, isto é, no momento de implantação do regime republicano, quando se reforçavam os elos de legitimação e os vínculos entre o governo e a ciência. No segundo capítulo, vimos com mais cuidado essa força das outras práticas de cura, e a questão da desconfiança bem generalizada em relação à medicina científica.

Assim, vários casos de problemas de diferentes pacientes com os esculápios foram tratados, junto com exemplos de diversas manifestações de cura distintas da medicina científica, que eram muito presentes no cotidiano dos mais variados habitantes da capital do império. Foi possível perceber o quanto os médicos estavam longe de atingir o seu ideal de legitimidade, sobretudo junto aos setores populares e grupos iletrados . O almejado reconhecimento da superioridade da medicina científica pelos doutores ainda se encontrava distante; os médicos disputavam lado a lado com seus concorrentes a preferência dos pacientes.

E disputavam também, ainda, mais prestígio e influência junto às autoridades do governo imperial, como vimos no terceiro capítulo. Justiça seja feita : é claro que as disputas junto à burocracia imperial não eram mais aquelas do início do século, quando os médicos lutavam por condições mínimas para a existência das próprias faculdades de medicina. Muita coisa já havia mudado, até mesmo dentro da própria

corporação e no ensino médico, que se desenvolvia mais ainda após as reformas ocorridas na década de 1880. A ciência médica se fortalecia aos poucos, enquanto os higienistas se envolviam cada vez mais nas questões de administração pública. Com certeza, o aumento da perseguição às práticas de cura não oficiais teve relação com essas reformas do ensino profissional, pois os médicos se sentiam mais fortes vendo sua ciência mais estruturada. Assim, os higienistas iam aos poucos conseguindo um maior espaço de atuação.

Mas é importante frisar este "aos poucos". Pois, como ficou claro no capítulo três, era ainda bem relativa essa influência dos higienistas, principalmente em províncias distantes da Corte; a aceitação de suas prescrições dependia de confrontos com autoridades de províncias, ministros e outras figuras importantes do cenário político. E essas autoridades de província - como vimos em casos como o do farmacêutico Diogo, em Dois Córregos, ou dos médicos espanhóis em Pernambuco - agiam por critérios bem distintos daqueles pregados pelos médicos higienistas, frisando em suas falas que os mais variados cidadãos preferiam, muitas vezes, aqueles agentes de cura aos médicos diplomados. Mais uma vez o caso de Marius é significativo, ao mostrar que mesmo na Corte, e apesar da forte pressão de higienistas - naquele episódio bem representado pela imprensa - o curandeiro não perdeu a credibilidade da maioria de seus pacientes. E, mesmo com a sua morte, o curandeirismo não dava mostras de estar desaparecendo.

Fica assim bastante relativizada a idéia de que os médicos teriam uma estreita relação com as autoridades do governo, ou que os higienistas agiam lado a lado com "o Estado" - os primeiros medicalizando a sociedade, e o segundo garantindo a exclusividade do

exercício da profissão. Ao contrário desse tipo de argumento, presente em obras importantes da história da medicina (5), vimos que o processo de consolidação da medicina científica foi lento e conflituoso.

Foi também bastante tumultuado e sinuoso o fortalecimento da influência dos higienistas junto a várias autoridades do governo. A idéia de que os higienistas seriam fortes e poderosos desde os primórdios do século XIX, então, mostra-se bem longe de corresponder ao que vimos aqui, até mesmo no finalzinho do império. Para citar só o ano de 1888, temos três significativos exemplos : o "puxa-puxa Monat-Magalhães", o curandeiro Marius, entre tantos outros, e o prático Diogo, de Dois Córregos. Só esses três casos oferecem bons elementos para questionar a hipótese, presente em boa parte da bibliografia dedicada ao tema, de que a força de ciência médica, absoluta e atemporal, residiria simplismente nas dimensões de poder contidas no saber, e não nos meandros sempre mais complexos e contraditórios da História.

Mas isso já foi feito, e não só por mim (6). Não pretendo ficar apenas criticando estes autores, sem tocar nos problemas relativos a esta dissertação. Dou a mão à palmatória, tentando explicar algumas das falhas e deste trabalho, sem imaginar que o arguto leitor não as tenha percebido.

5 - Ver, por exemplo, Roberto Machado, DANAÇÃO DA NORMA, op. cit., ou Madel Luz, op. cit. Ver também outros autores que trabalham com a história da medicina no capítulo 1.

6 - ver, por exemplo, Flávio Edler, op. cit.

Ao trabalhar com as atividades de cura não oficiais, tinha presente a preocupação (melhor dizer - a pretensão) de dar voz aos praticantes daquelas atividades, tantas vezes taxadas de "charlatanismo", "embustes", produtos da "ignorância do vulgo", "velhacaria", entre outros títulos. Eram muitos os adjetivos comumente usados para qualificar as atitudes de diversos grupos sociais, que exerciam e frequentavam as outras medicinas, os quais não tinham na ciência a sua única verdade. Esses grupos, como vimos, também eram objeto das preconceituosas denominações de setores das elites letradas : "ignorantes", "populacho", "Zé povinho", eram considerados "eternamente crianças", "embrutecidos", "desqualificados", de "miolos endurecidos". No modo de entender daqueles grupos letrados, e principalmente de diversos intelectuais médicos, era em função dessas características que tantos populares desprezavam os benefícios da medicina científica.

Como explicitarei ao longo do texto, pretendia chegar aos agentes daquelas atividades de cura, e também aos pacientes, tentando entender as diferentes atitudes com relação à medicina científica, e a procura às outras formas de cura. Muitas vezes, entretanto, é difícil evitar a armadilha apontada por Roy Porter (7), ou o que ele chama da "fascinação pelo vilão". Isto significa que muitas vezes, ao se tentar entender a relação entre os médicos oficiais e os "charlatães", na tentativa de se contrapor àquelas visões preconceituosas, acaba-se

7 - Roy Porter, "The Patient's View : Doing Medical History from Below", op.cit, p.181.

colocando os praticantes das atividades ilegais como verdadeiros heróis, mesmo sem a intenção de fazê-lo.

É necessário, então, explicitar que ao mergulhar nas trincheiras daquela guerra no mundo da cura, o objetivo não era entrar nos méritos dos diferentes médicos, tentando encontrar quem seria mais ou menos confiável, ou mais ou menos charlatão. Ao contrário, vimos que todos os lados cometiam falhas terríveis, erros fatais - tanto médicos renomados como célebres curandeiros. O que se pretendia mostrar é que a medicina científica não era a única forma de medicina existente, e nem tampouco a mais buscada. Afinal, nem mesmo entre os médicos havia muito consenso sobre quais os melhores procedimentos de sua ciência, mesmo no final do império. Ou, em outros termos, o objetivo era mostrar que os médicos científicos disputavam sua clientela com os curandeiros e outros concorrentes em pé de igualdade; ao contrário do que pregavam, não obtinham legitimidade apenas por serem científicos, o que para eles era sinônimo de superiores, ou de serem mais eficazes que os "embusteiros".

Isso, obviamente, não significa afirmar que todos os concorrentes dos médicos fossem íntegros, que não houvesse quem enganasse seus clientes, ou que fossem necessariamente melhores que os médicos. É claro que havia charlatanismos, tanto por parte de curandeiros como por parte de médicos. Mas não era isso que estava em questão neste trabalho. O que se buscava era chegar àquelas outras práticas, e às formas pelas quais os pacientes se relacionavam com as diferentes medicinas - necessitando, para isso, passar pela visão dos médicos sobre seus concorrentes, tentando interpretá-la de outras maneiras.

Que havia desconfiança com relação aos médicos, isso ficou bastante demonstrado, como também ficou clara a forte presença e procura aos concorrentes dos doutores. Mas é preciso pensar sobre isso sem entrar no mérito das prescrições dos diferentes médicos, sem querer julgar se eram melhores as sangrias, ou os glóbulos homeopáticos, ou talvez as panacéias anunciadas nos jornais, ou mesmo um chazinho de ervas feito com água da fonte Água Azul. Para refletir sobre esses tratamentos, o que nos interessa é entender os pacientes que a eles recorriam, em que eles acreditavam.

Por que os médicos eram bastante desacreditados, principalmente por membros das camadas mais pobres e iletradas da sociedade? Podemos alegar que havia poucos médicos, principalmente nas localidades mais distantes da Corte, e os poucos que havia cobravam caro para atenderem seus pacientes. Mas só isso não explica o porquê da desconfiança aos doutores, pois vimos aqui que até mesmo pessoas que tinham boas condições financeiras muitas vezes evitavam os médicos existentes, como no caso de Dois Córregos, por exemplo. Além disso, pessoas importantes, autoridades e políticos, entre outros, também consultavam curandeiros e outros agentes de cura, como foi dito pelos jornais no caso do curandeiro Marius.

Podemos pensar, então, que a crença na medicina científica não era ainda algo consolidado, mesmo no final do império. E que a própria medicina científica ainda era algo rudimentar, iniciante; naquele período ainda dava seus primeiros passos, muitas vezes não se diferenciando das suas concorrentes. Em contrapartida, a crença em práticas mais antigas como o curandeirismo, era bem mais arraigada em diversos setores sociais.

Essa idéia é sugerida por Darnton, quando estuda a França do final do século XVIII (8). O autor mostra que naquele contexto, quando a ciência ainda era bastante iniciante, ela muitas vezes se confundia com outras crenças, fazia parte de um universo de coisas exóticas, onde ficção e realidade acabavam se misturando. Ao estudar a forte presença do mesmerismo - um sistema de cura que partia do pressuposto da existência de um fluido magnético em torno do corpo, que se fosse bloqueado causaria doenças - o autor mostra que havia naquela conjuntura uma abertura, uma forte aceitação para novos empirismos e experimentalismos : aí se encaixaria a ciência para consolidar seu triunfo.

Em outras palavras, a idéia sugerida pelo autor é a de que a ciência, quando surgiu, tinha o mesmo impacto de experimentos e atividades não científicas - ao menos naquele contexto estudado por ele. Assim, para ser aceita, ao menos em um "nível popular",⁽⁹⁾ a ciência se baseava na crença das pessoas que a ela recorriam. Vem daí a relação estabelecida com o tema deste trabalho : havia necessidade de que houvesse crença na medicina científica, ainda tão iniciante no Brasil do século XIX, para que a mesma tivesse êxito. Sem entrar nos detalhes dos procedimentos, refiro-me à "eficácia simbólica" que faltava

8 - Robert Darnton, O LADO OCULTO DA REVOLUÇÃO : MESMER E O FINAL DO ILUMINISMO NA FRANÇA. São Paulo : Cia das Letras, 1988.

9 - idem, p.23.

à medicina científica, aquela pensada pelo antropólogo Lévi-Strauss.
(10)

Ao trabalhar com esta noção, o autor refere-se à importância da crença na magia, ou em formas de cura, para a sua eficácia, muito mais do que quaisquer fatores objetivos. O autor não está interessado, ao estudar determinadas práticas mágicas de cura, nos mecanismos concretos que tornariam possíveis tais curas. Sua explicação era dada pelo fato de se acreditar que ali havia um grande feiticeiro, capaz de curar; por haver um consenso, um reconhecimento social do poder de cura daquele que estava exercendo a atividade terapêutica.

A importância da crença para ocorrer a cura de doenças já tinha sido analisada por Marc Bloch, em OS REIS TAUMATURGOS, bem antes do estudo de Lévi-Strauss.(11) Ao estudar o poder miraculoso dos reis da França e da Inglaterra, do século XII ao XVIII, que com seu toque curavam as escrófulas, o autor procura entender a crença nesse milagre, partindo do pressuposto de que só havia o milagre porque se acreditava nele. Assim, estudar um fenômeno dessa natureza, o que ele realmente se propunha a fazer, o que o interessava de fato, era estudar a crença no milagre.

Essas idéias aqui superficialmente levantadas podem ser boas para se pensar na desconfiança de diversos pacientes em relação aos

10 - Lévi-Strauss, "O feiticeiro e sua magia", e "A eficácia simbólica", em ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.

11 - Marc Bloch, OS REIS TAUMATURGOS : O CARÁTER SOBRENATURAL DO PODER RÉGIO. FRANÇA E INGLATERRA. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

médicos, e também na força de outras práticas de cura como o curandeirismo, no final da década de 1880 no Brasil. Faltava, em muitos casos, crença nos médicos científicos para garantir sua eficácia simbólica, a qual sobrava no caso de diversos curandeiros, como Marius.

Há também uma outra autora que trabalha com a questão da crença, pensando nas práticas de feitiçaria do Rio de Janeiro durante a república (de 1890 a 1940). Trata-se da antropóloga Yvonne Maggie (12). A autora estuda os mecanismos reguladores, instituídos na república, de combate aos feiticeiros, tentando mostrar que os próprios artigos do Código Penal revelavam que os seus autores temiam os malefícios que queriam combater. Na linguagem usada pelos acusadores, ou mesmo na forma de conduzir os processos, as autoridades mostravam que compartilhavam daquelas crenças, segundo a autora. O vocabulário dos delegados estaria impregnado de termos que eram oriundos dos terreiros, como "despacho", ou "consultas", por exemplo. Além disso, seriam combatidas somente algumas práticas, alguns cultos considerados impuros e maléficos, enquanto outros, que tinham o "status de religião", eram permitidos. Ou seja : o critério para combater as práticas de feitiçaria era o da sua relação com a produção de malefícios, o que, para a autora, indicava que a crença na magia era compartilhada pelas autoridades.

Se essa crença não fosse compartilhada , não haveria diferenciação na repressão, e todos os cultos seriam igualmente

12 - Yvonne Maggie, MEDO DO FEITIÇO : RELAÇÕES ENTRE MAGIA E PODER NO BRASIL. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992.

combatidos. É o que argumenta Maggie, afirmando que o que se queria com a repressão era o fim dos "feiticeiros maldosos", e não o fim da feitiçaria. Era por isso que a denúncia era estimulada. Essas denúncias e todo o processo de repressão, então, acabariam reforçando a crença, chegando a autora a afirmar que "(...)a repressão não extirpou a crença, foi fundamental para sua constituição" (13).

Ao afirmar que a repressão reforça a crença, Maggie mostra que, na sua opinião, as práticas de feitiçaria seriam talvez bem mais fracas se fossem esquecidas pelas autoridades - como no caso do combate à feitiçaria no Zimbábue em 1897, exemplo usado pela autora, onde as autoridades inglesas simplesmente proibiram denúncias, as quais faziam parte da moral e da crença na feitiçaria, enfraquecendo assim todo o sistema de crença. No entanto, esta argumentação da autora deixa de lado, ao se colocar dessa maneira, toda a forte tradição ligada àquelas práticas, todas as motivações e os significados daquelas atividades para os grupos que delas participavam, como se sua existência dependesse muito mais da aprovação ou não das autoridades, do que de seus próprios interesses e concepções.

Além disso, Maggie explica que certas expressões vindas do feitiço teriam se espalhado por outras esferas sociais, havendo um sincretismo entre categorias do universo jurídico e categorias da crença. Assim, autoridades jurídicas teriam se apropriado de expressões originadas nos centros de feitiçarias. Contudo, a autora deixa de analisar esse sincretismo como um encontro de grupos diferentes, como um movimento de mão dupla, isto é, se os delegados e outras

13 - idem, p.24.

autoridades se "contaminaram" com elementos da cultura dos feiticeiros, os praticantes da feitiçaria, por sua vez, também realizaram trocas culturais com aqueles sujeitos, entrando em contato com novos elementos, e também teriam se reformulado.

O encontro entre as diferentes práticas , mesmo o que ocorre em situações de repressão, tem um movimento de ida e volta, e não pode ser pensado como uma imposição de apenas um dos lados. O foco da autora, ao menos nesse ponto de seu trabalho relativo ao "sincretismo", recai exclusivamente sobre aquelas autoridades, os agentes da repressão, deixando na sombra o outro lado. Como mostrou Carlo Ginzburg, ao estudar processos inquisitoriais envolvendo praticantes de crenças camponesas, no final do século XVI (14), a repressão àquelas crenças fazia parte de um embate, onde aconteciam diversas trocas culturais. Assim, o historiador mostrou a existência de um processo conflituoso e de mão dupla, no qual as diversas crenças e práticas culturais se transformavam mutuamente.

Mas todas essas noções a respeito da crença parecem um pouco generalizantes quando voltamos aos sujeitos deste texto, os praticantes e frequentadores das práticas ilegais de medicina do império. Isso ocorre em função da dificuldade em se chegar a sujeitos históricos ocultados e silenciados como os curandeiros, e seus pacientes. É sempre muito mais difícil encontrá-los do que chegar aos médicos oficiais. Segundo Roy Porter, "só se pode saber sobre os doentes através

14 - Carlo Ginzburg, OS ANDARILHOS DO BEM. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

dos médicos" (15), o que é sempre uma limitação ao acesso àqueles sujeitos. As fontes utilizadas neste trabalho, se oferecem uma idéia sobre o assunto, são sempre problemáticas e parciais. Mas esse trabalho é só um começo, uma primeira aproximação ao tema; sua continuidade no doutorado é que vai tentar cobrir esses buracos aqui deixados, inventando novas fontes e caminhos, para que os curandeiros não estejam apenas no título da tese...

15 - Ou, nas palavras do autor, " You can only know about the sick through doctors' eyes, their case histories and hospital records (...). That is why we have admirable histories of epilepsy and hysteria, but significantly none of epileptics or hysterics." Cf. Roy Porter, op.cit, p.182.

Fontes e Bibliografia

A - FONTES

1 - Fontes Manuscritas :

1.1 - Arquivo Nacional (RJ)

- IS1-26 a IS1-78. Ministério do Império e do Interior. Requerimentos sobre assuntos referentes à saúde pública (1850 - 1890).

- IS4-39 e IS4-40. Ministério do Império - Junta Central de Higiene Pública. Ofícios e documentos diversos (1884).

- IPR - Processos Cíveis de natureza diversa

- SPJ - Guia de Fundos

1.2 - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

- Atas da Inspetoria Geral de Higiene Pública :

códices 8-3-3 e 8-3-4 (1888)

código 8-3-5 (1889)

- Avisos do Governo :

códices 8-3-22 e 8-3-23 (1888)

códices 8-3-24 e 8-3-25 (1889)

1.3 - Arquivo do Tribunal do Juri (RJ)

- Livro de listagem de processos criminais.

1.4 - Arquivo Estadual de Niterói

- SPP - Fundo Secretaria de Polícia da Província :

Livro de registro das portarias de presos e mandados de soltura da Casa de Detenção de Niterói (1839 - 1854)

Livro de Matrículas da Casa de Detenção da Corte (1880 -1889)

1.5 - Academia Nacional de Medicina

- Relatório do presidente da Junta Central de Higiene

Pública, 1872. Prat.9b, Reg. Do - 133.

- Relatório do Ministério dos Negócios do Império, 1886. Prat. 9b, Reg. Do - 135.

2 - Fontes Impressas :

2.1 - Periódicos

- O ESPELHO DIAMANTINO - periódico de política, literatura, belas artes, teatro e modas. N.8, 21 de janeiro de 1828.

- GAZETA DE NOTÍCIAS (1880 - 1890)

- JORNAL DO COMMERCIO (1855, 1867, 1880 - 1890)

- O PAIZ (1880 - 1890)

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1887 - 1990)

- DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (1855, 1867)

- GAZETA DA TARDE (1889)

2.2 - Publicações Médicas

A LIBERDADE ESPIRITUAL E O EXERCÍCIO DA MEDICINA, distribuição gratuita do Centro Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, travessa do Ouvidor no.7, 1887.

CASTRO, Domiciano Mateus Monteiro de, "Quais os trabalhos da antiga Sociedade e nova Academia Imperial de Medicina que mais têm contribuído para os progressos da medicina prática no país." Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada em 4 de dezembro de 1850

COSTA, Francisco de Paula, "Algumas considerações sobre o charlatanismo em medicina." Tese apresentada e sustentada em 9 de dezembro de 1841. Em REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1

FEITAL, J.M.de N., "O misticismo em medicina, ou o charlatanismo misterioso" em REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1, p.557.

FRAGOZO, Antonio Marcolino, "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja

inteiramente livre? " - Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1850

GARY, Aleixo, DO CHARLATANISMO E DA INFLUÊNCIA DOS REMÉDIOS SECRETOS SOBRE A SAÚDE PÚBLICA, A MEDICINA E A FARMÁCIA. Rio de Janeiro, 1863

GUEDES JÚNIOR, Joaquim Alves Pinto, "Deve haver leis repressivas do charlatanismo, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre?" Tese para o doutoramento em medicina apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1853.

IMBERT, J.B.A., UMA PALAVRA SOBRE O CHARLATANISMO E OS CHARLATÕES. Rio de Janeiro, 1837

PEIXOTO, João Monteiro, "Deve haver leis repressivas do charlatanismo médico, ou convém que o exercício da medicina seja inteiramente livre? " Tese para o doutorado em medicina apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 13 de dezembro de 1852

REVISTA MÉDICA BRASILEIRA - jornal da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, primeiro ano, maio/1841, número 1

2.3 - Outros

- Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1838. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

- Código Penal do Império. Biblioteca Nacional, Seção de

Obras Raras.

- Regulamento da Junta Central de Higiene Pública. Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras.

B - BIBLIOGRAFIA

1 - Obras de Referência

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão, DICIONÁRIO DE MEDICINA POPULAR, Paris, 1890.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LANGGAARD, Theodoro J. H., DICIONÁRIO DE MEDICINA DOMÉSTICA E POPULAR, Rio de Janeiro, 1873.

FERNANDES, Reginaldo, O COSELHEIRO JOBIM E O ESPÍRITO DA MEDICINA DE SEU TEMPO, Rio de Janeiro, Ed. do Senado Federal, 1982.

2 - Obras Literárias

Martins Pena, COMÉDIAS, comp. por D. Damasceno e M. Figueiras, Rio de Janeiro, Tecnoprint, 1968.

Machado de Assis, BONS DIAS!, John Gledson (org.), São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1990

João Vicente Martins, GABRIELLA ENVENENADA OU A PROVIDÊNCIA, Rio de Janeiro, 1874.

3 - Bibliografia citada

BLOCH, Marc, OS REIS TAUMATURGOS : O CARÁTER SOBRENATURAL DO PODER RÉGIO, FRANÇA E INGLATERRA. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

CAVALCANTE, Berenice, "Beleza, limpeza, ordem e progresso : a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX " em REVISTA RIO DE JANEIRO, n.1. dezembro/1985, p.95.

CHALHOUB, Sidney, VISÕES DA LIBERDADE : UMA HISTÓRIA DOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO NA CORTE. São Paulo: Cia das Letras,1990.

CHALHOUB, Sidney , A GUERRA CONTRA OS CORTIÇOS : CIDADE DO RIO, 1850 - 1908. Campinas, Primeira Versão n.19,IFCH / UNICAMP, 1990.

CHALHOUB, Sidney, "Vacinophobia : medicina, tradição e protesto popular no Rio de Janeiro (1804 - 1904), (mimeo), IFCH / UNICAMP, 1994.

CHALHOUB, Sidney, A HISTÓRIA NAS HISTÓRIAS DE MACHADO DE ASSIS : UMA INTERPRETAÇÃO DE HELENA. Primeira Versão n.33, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1991.

CHALHOUB, Sidney, CIDADE FEBRIL: CORTIÇOS E EPIDEMIAS NA CORTE IMPERIAL. Tese de livre-docência apresentada ao departamento de História da UNICAMP em setembro de 1994

CHALHOUB, Sidney, TRABALHO, LAR E BOTEQUIM: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COOTER, Roger, "Anticontagionism and history's medical record" em THE PROBLEM OF MEDICAL KNOWLEDGE: EXAMINING THE SOCIAL CONSTRUCTION OF MEDICINE, Edinburg, 1982.

COSTA, Jurandir Freire, ORDEM MÉDICA E NORMA FAMILIAR. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

DARNTON, Robert, O LADO OCULTO DA REVOLUÇÃO : MESMER E O FINAL DO ILUMINISMO NA FRANÇA. São Paulo : Cia das Letras, 1988.

EDLER, Flavio Coelho, "AS REFORMAS DO ENSINO MÉDICO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, 1854-1884". Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - Departamento de História. São Paulo, 1992.

ENGEL, Magali, MERETRISES E DOUTORES - SABER MÉDICO E PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO (1840 - 1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Marta , MENINAS PERDIDAS : OS POPULARES E O COTIDIANO DO AMOR NO RIO DE JANEIRO DA BELLE ÉPOQUE. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FRITSH, Lilian de Amorim, "Palavras ao vento : a urbanização do Rio Imperial" em REVISTA RIO DE JANEIRO, n.3, agosto / 1986.

GINZBURG, Carlo, OS ANDARILHOS DO BEM. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude, "O feiticeiro e sua magia", e "A eficácia simbólica", em ANTROPOLOGIA ESTRUTURAL. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LINEBAUGH, Peter, "The Tyburn Riot against the surgeons", em ALBION'S FATAL TREE: CRIME AND SOCIETY IN EIGHTEENTH-CENTURY ENGLAND, Allen Lane, 1975.

LUZ, Madel Terezinha, MEDICINA E ORDEM POLÍTICA BRASILEIRA: POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE SAÚDE (1850-1930). Rio de Janeiro : Edições Graal, 1982.

MACHADO, Roberto, et alli, DANAÇÃO DA NORMA: MEDICINA SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DA PSIQUIATRIA NO BRASIL. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MAGGIE, Yvonne , MEDO DO FEITIÇO : RELAÇÕES ENTRE MAGIA E PODER NO BRASIL. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1992.

MONTERO, Paula , DA DOENÇA À DESORDEM - A MAGIA NA UMBANDA. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

MURICY, Katia, A RAZÃO CÉTICA : MACHADO DE ASSIS E AS QUESTÕES DE SEU TEMPO. São Paulo : Companhia das letras, 1988

PECHMAN, Robert Moses; e RIBEIRO, Luís Cesar Queiroz, "A Companhia de Saneamento do RJ : contribuição à história do capital imobiliário" em REVISTA RIO DE JANEIRO n. 1, dez 1985, p.105.

PECHMAN, Sérgio; e FRITCH, Lilian , "A Reforma Urbana e o seu Averso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século" em REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo, v.5 n.8/9, p. 139-195, set.1984/abr.1985.

PEREIRA, Leonardo, O CARNAVAL DAS LETRAS: OS LITERATOS E AS HISTÓRIAS DA FOLIA CARIOCA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.

PORTER, Roy, "The patient's View: doing medical history from below", em THEORY AND SOCIETY, vol.14, n.2, março/1985.

REIS, José , A MORTE É UMA FESTA : RITOS FÚNEBRES E REVOLTA POPULAR NO BRASIL DO SÉCULO XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1991

SANTOS FILHO, Lycurgo dos, HISTÓRIA GERAL DA MEDICINA BRASILEIRA. São Paulo : Hucitec/ Edusp, 1991.

SCHWARCZ, Lilia , O ESPETÁCULO DAS RAÇAS : CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL - 1870-1930. São Paulo : Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau, LITERATURA COMO MISSÃO. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano, A NEGREGADA INSTITUIÇÃO : OS CAPOEIRAS NO RIO DE JANEIRO, 1850-1890 - Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1993.